

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BIANCA FERREIRA DE ANDRADE

**A CONSOLIDAÇÃO DA OPERAÇÃO CONDOR: UM ESTUDO DOS CASOS
BRASILEIRO E CHILENO**

Porto Alegre

2022

BIANCA FERREIRA DE ANDRADE

**A CONSOLIDAÇÃO DA OPERAÇÃO CONDOR: UM ESTUDO DOS CASOS
BRASILEIRO E CHILENO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira de Andrade, Bianca

A Consolidação da Operação Condor: um estudo dos casos brasileiro e chileno / Bianca Ferreira de Andrade. -- 2022.

94 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Brasil. 2. Chile. 3. Contrainsurgência. 4.
Operação Condor. 5. Política Internacional. I. Carlos
de Oliveira de Castro, Henrique, orient. II. Título.

BIANCA FERREIRA DE ANDRADE

**A CONSOLIDAÇÃO DA OPERAÇÃO CONDOR: UM ESTUDO DOS CASOS
BRASILEIRO E CHILENO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo
UNISINOS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Aos meus pais, que sempre confiam em mim e em minhas teimosias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à comunidade acadêmica e administrativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao Estado, e ao povo brasileiro pela oportunidade de obter uma formação de qualidade em uma instituição pública de ensino, referência no Brasil e no mundo. Agradeço particularmente os Professores do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) e os servidores da Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER).

Sou grata aos membros do CESPRI por me mostrarem o que é fazer ciência, e pela resistência em meio às dificuldades diversas. Registro aqui minha admiração por cada um. Creio que a Profa. Sonia Ranincheski sentiria um orgulho enorme do grupo. A ela, minha gratidão eterna. Um especial agradecimento ao Prof. Henrique de Castro, pela paciência e dedicação ao me orientar por tanto tempo. Estendo o agradecimento às sempre presentes, Luana, Marielli, e Greice.

De Minas Gerais, agradeço aos meus saudosos avós, Lilia e Milton, por terem sido referência de amor e partilha; Lana e Tião, pela sua herança de determinação e afeto. Agradeço à minha grandíssima família, que conhece a distância, mas não conhece obstáculos para se fazer presente. Sobretudo, agradeço a meus amados pais, Mirian e Maia, pelo apoio incondicional. Mais do que apenas me ensinarem, eles me presentearam com a liberdade de aprender. Por isso, lhes serei grata daqui até o infinito. Agradeço ao meu irmão mais velho, Thiago, por me lembrar de que às vezes vale a pena ousar, e por me passar tanta confiança que é sempre meu contato de emergência. Obrigada, Caio e Iuri, por me motivarem, mesmo sem saber.

Dos pés vermelhos, agradeço o primeiro: meu irmão Lucas. De todos os seus inúmeros sábios conselhos, agradeço àqueles que me fizeram seguir firme em meus propósitos. Aprendi muito em sua companhia, inclusive a redigir textos acadêmicos, mas hoje agradeço particularmente a sua cumplicidade em todos esses anos de Porto Alegre. Agradeço às minhas cunhadas, Bruna e Marcela, pelo carinho genuíno. À Mariana, por ser gente-casa e sempre me abrigar. À Giulia, por me dar coragem. Ao Bruno, por acreditar em mim. À Valéria por me lembrar de acreditar também. Às minhas amigas mais antigas, Bruna e Gabriela, e às que resistiram ao ensino médio, por me fazerem perseverar. Um por todos, todos por um. Obrigada, Mosqueteiros.

Enfim, os gaúchos. Agradeço imensamente às minhas amigas por terem sido família e lar. Júlia, Bibiana, Camila, Gabriela, e Vitória: muito obrigada, a vida em Porto Alegre jamais teria sido tão especial sem vocês. Eu me sinto muito sortuda sempre que penso em nossa amizade. Pelo incentivo e parceria constantes, agradeço à Luiza por me fazer sentir que eu nunca estaria sozinha. Pelas minhas primeiras palavras em francês e pela admiração recíproca, obrigada Lobato. Agradeço aos meus amigos Lucas e Leonardo pelo bom humor e carinho, que tornaram os dias letivos mais fáceis. Agradeço também à Júlia Migot, cuja companhia tornou um pouco menos árduos os anos de pandemia. Aproveito para registrar meu carinho por todos da Turma 14, muitos dividiram comigo salas de aula, cafés no bar do Velho, trabalhos em grupo e coordenação de projetos. Por mais que nossas vidas tenham tomado rumos diferentes, minha experiência universitária foi ainda mais enriquecedora graças a eles.

La palabra vive al replicarse – Berta Cáceres.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre os processos político-ideológicos no Brasil e no Chile que culminaram na sua aliança dentro da rede da Operação Condor. Tratava-se de um sistema secreto de cooperação que visava a conter e a eliminar focos de insurgência de dissidentes políticos, durante a década de 1970. Tendo como base as técnicas de contrainsurgência formuladas na Guerra da Argélia (1954-1962) e do Vietnã (1959-1975), a operação contou com a coordenação de esforços dos governos dos países da América do Sul, sobretudo os da região do Cone Sul – Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil. Considerando esses aspectos, o recorte temporal contempla o período de 1970 a 1975, em que se apresentaram marcos importantes de divergência e convergência política entre Brasil e Chile. O objetivo principal da monografia foi compreender a adesão a essa cooperação e, para tanto, foi utilizada a metodologia de estudo de casos, com base em extensa revisão bibliográfica e por meio do método dedutivo. A análise proposta foi sistematizada em três eixos principais que refletiram na organização dos capítulos: a relevância dos legados de experiências militares anteriores em conflitos no Terceiro Mundo, os condicionantes nacionais dos casos em tela e os aportes teóricos existentes nas Relações Internacionais que possibilitam o estudo de casos análogos. Em linhas gerais, observou-se que o alinhamento ideológico entre Brasil e Chile foi fruto da posição geopolítica da América Latina para a disputa da Guerra Fria, do fomento de um pensamento anticomunista que, em maior ou menor grau, já existia nesses países, e do ensejo ao apagamento de suas peculiaridades históricas, para que prevalecesse uma lógica de contenção e eliminação do inimigo interno. Concluiu-se, assim, que o desejo de manutenção de uma ordem social acrítica esteve inevitavelmente ligado às relações de poder calcadas na estrutura político-econômica que permeava os países em questão: o capitalismo, após o fim de sua fase imperialista.

Palavras-chave: Brasil. Chile. Contrainsurgência. Operação Condor. Política Internacional.

RESUMEN

El presente trabajo aborda los procesos político-ideológicos en Brasil y Chile que culminaron en su alianza dentro de la red de la Operación Cóndor, a cual fue un sistema secreto de cooperación destinado a contener y eliminar focos de insurgencia por parte de disidentes políticos durante la década de 1970. Basado en técnicas de contrainsurgencia formuladas en la Guerra de Argelia (1954-1962) y Vietnam (1959-1975), la operación contó con la coordinación de esfuerzos de los gobiernos de los países de América del Sur, sobretodo de la región del Cono Sur: Chile, Argentina, Paraguay, Uruguay, Bolivia y Brasil. Considerando estos aspectos, el marco temporal comprende el período de 1970 a 1975, en el que se presentaron importantes hitos de divergencia y convergencia política entre Brasil y Chile. El objetivo principal de la monografía fue comprender la adhesión a esta cooperación y, para eso, se utilizó la metodología de estudio de caso, basada en una revisión extensa de la literatura y a través del método deductivo. El análisis propuesto se sistematizó en tres ejes principales, reflejados en la organización de los capítulos: la relevancia de los legados de experiencias militares previas en conflictos en el Tercer Mundo, las condicionantes nacionales de los casos en cuestión y los aportes teóricos existentes en Relaciones Internacionales que permiten el estudio de casos análogos. En términos generales, se observó que el alineamiento ideológico entre Brasil y Chile fue resultado de la posición geopolítica de América Latina en la disputa de la Guerra Fría, del fomento de un pensamiento anticomunista que, en mayor o menor grado, ya existía en estos países, y de la oportunidad de borrar sus peculiaridades históricas para que prevalezca una lógica de contención y eliminación del enemigo interno. Se concluyó, por lo tanto, que el deseo de mantener un orden social acrítico estaba inevitablemente conectado a las relaciones de poder basadas en la estructura político-económica que permeó a los países en cuestión: el capitalismo, luego del final de su etapa imperialista.

Palabras clave: Brasil. Chile. Contrainsurgencia. Operación Condor. Política Internacional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Mísseis Antibalísticos
ALN	Ação Libertadora Nacional
ALN	Armada de Libertação Nacional
Alpro	Aliança para o Progresso
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CDHNU	Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIA	Agência Central de Inteligência
CIE	Centro de Informações do Exército
CIPDG	Centre d’instruction et de préparation à la contre-guérilla
CISA	Centro de Informações de Segurança Aeronáutica
CNUDH	Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CORU	Coordenação das Organizações Revolucionárias Unidas
DINA	Diretoria de Inteligência Nacional
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
F.A.	Forças Armadas
FAC	Facção Anticomunista
FLN	Frente de Libertação Nacional
FSLN	Frente Sandinista de Libertação
GPRA	Governo Provisório da República Argelina
JID	Junta Interamericana de Defesa

MAC	Movimento Anticomunista
MACV	Military Assistance Command
MIR	Movimiento de la Izquierda Revolucionaria
MNA	Movimento dos Países Não Alinhados
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NSS	National Security Strategy
OAS	Organização Armada Secreta
OBAN	Operação Bandeirante
OC	Operação Condor
OEA	Organização dos Estados Americanos
OHCHR	Office of the High Commissioner for Human Rights
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCA	Partido Comunista Argelino
PDC	Partido Democrata Cristão
PEI	Política Externa Independente
PEX	Política Externa
PIDCP	Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
PRU	Unidade Provincial de Reconhecimento
RI	Relações Internacionais
SALT	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
SI	Sistema Internacional
SID	Servicio de Informaciones de Defensa
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOF	US Army Special Forces
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A GUERRA FRIA E OS CONFLITOS INSURGENTES NO TERCEIRO MUNDO	19
2.1	EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS PRECEDENTES À OPERAÇÃO CONDOR E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.....	23
2.2	A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA A AMÉRICA LATINA APÓS A CRISE DOS MÍSSEIS (1962).....	37
3	A OPERAÇÃO CONDOR E OS CONDICIONANTES POLÍTICOS NACIONAIS	45
3.1	A CONSOLIDAÇÃO DA OPERAÇÃO CONDOR: ATORES, ALVOS E MÉTODOS	46
3.2	O CENÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO BRASILEIRO (1970-1975).....	55
3.3	O CENÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO CHILENO (1970-1975)	61
4	O PAPEL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA COMPREENSÃO DO FENÔMENO DA OPERAÇÃO CONDOR	68
4.1	A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE: O ELO ENTRE O NACIONAL E O INTERNACIONAL	69
4.2	A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE OPERAÇÃO CONDOR NA CONTEMPORANEIDADE.....	78
5	CONCLUSÃO	83
	REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia abordou a Operação Condor (OC) utilizando a metodologia de estudo de casos. A OC, estabelecida em 1975, foi um sistema secreto de inteligência e operação, no qual os países partícipes (Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil) compartilhavam informações e podiam praticar suas operações em território estrangeiro, com o propósito de perseguir dissidentes políticos. A violência, nesse contexto, adquiriu novos contornos, visto que era tanto institucionalizada, na medida em que os militares se apoderaram do Estado, como paralela à legalidade, uma vez que foram estabelecidos aparatos de violência clandestinos, paramilitares, como centros de tortura e de inteligência contrainsurgente (MCSHERRY, 2005). Visando compreender o cenário político-ideológico que propiciou um ambiente local e regional favorável ao empreendimento de uma operação como essa, foram selecionados dois países, Brasil e Chile, para compor os estudos de caso aqui realizados.

Imagem 1 - Mapa político países da América do Sul



Fonte: Geogeral, 2022.

Embora sejam dois países de contextos sociopolíticos distintos, Brasil e Chile incorporaram uma mesma doutrina, elaboraram uma mesma noção de inimigo subversivo e

aderiram à OC. No que tange às peculiaridades nacionais, o politólogo Alain Rouquié (1991, p. 177) em *O extremo-ocidente* faz a seguinte crítica à literatura que entende a situação dos Estados latino-americanos na Guerra Fria como única e exclusivamente resultante da tutela norte-americana: “[...] as interpretações instrumentalistas são, como se sabe, de um alcance analítico limitado, na medida em que ignoram os mecanismos singulares da produção dos processos políticos”. Não obstante o reconhecimento do próprio autor quanto à relevância, até mesmo condicionante, da política externa estadunidense para a América, sua crítica é contundente e revela-se importante indicador de uma lacuna nos estudos acerca dos países latino-americanos durante a Guerra Fria. Nesse sentido, apoderando-se dessa crítica, faz-se necessário compreender por qual motivo uma mesma doutrina, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), pôde ser mobilizada pelo Brasil e Chile a ponto de culminar na OC. A percepção de uma ameaça em comum à segurança nacional dos casos em tela tornou-se, portanto, o fio condutor da monografia.

Tal cenário provoca alguns questionamentos, entre eles o que orienta a presente pesquisa: “Quais fatores ideológicos incidiram para a consolidação da Operação Condor e para a adesão do Brasil e do Chile a esse sistema secreto de inteligência e coordenação regional?”. A partir dessa questão, foi possível fazer inferências quanto à mudança na política internacional do período que sucedeu a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962, bem como ao nível de influência norte-americana sobre os países da América Latina e aos aspectos nacionais que proporcionaram – ou não – a aliança em uma organização transnacional terrorista, como foi a Operação Condor. O recorte temporal selecionado para a realização dos estudos de caso foi de 1970 a 1975. Essa escolha se deu em razão da simultaneidade dos seguintes eventos e tendências: o agravamento da repressão na ditadura brasileira após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1969; e a ascensão, em 1970, de um presidente socialista, Salvador Allende, no Chile, bem como a sua queda em 1973, deflagrada por um golpe militar violento. Esse período de cinco anos é também imediatamente anterior à primeira reunião de trabalho que, na presença de representantes de inteligência nacional dos países do Cone Sul, abordou o desenvolvimento da operação (ALMADA et al., 2018; GASPARI, 2015; MCSHERRY, 2005; SIGMUND, 1993).

Quadro 1 - Marcos temporais históricos na política brasileira e chilena

ANO	BRASIL	CHILE
1969	Promulgação do AI-5; assunção da Presidência por Emílio Garrastazu Médici.	Massacre de <i>pobladores</i> na cidade sulista de Puerto

		Montt.
1970 - 1972	Giovanni Enrico Bucher, embaixador da Suíça no Brasil, é libertado pelo grupo guerrilheiro de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), após ser trocado por 70 prisioneiros políticos.	Eleição de Salvador Allende para Presidência, em 1970; Greve dos Patrões, em 1972.
1973	Fim do milagre econômico; início das operações militares contra a guerrilha do Araguaia.	Derrubada do governo de Allende, por meio de golpe militar.
1974	Concluída a repressão da guerrilha do Araguaia.	Pinochet assume o cargo de Presidente.
1975	Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional	

Fonte: ANDRADE (2022) (produção nossa).

O objetivo principal foi, portanto, a identificação nesses países tanto dos processos que culminaram na constituição da operação como dos elos entre as políticas nacional, regional e internacional que promoveram a incorporação de estratégias e táticas de guerra suja no Cone Sul. Buscaram-se também os seguintes objetivos secundários: (i) compreender as origens da DSN e das estratégias contrainsurgentes que culminaram nas atividades da operação; (ii) interpretar a Operação Condor à luz da disciplina de Relações Internacionais (RI); (iii) identificar possíveis dilemas derivados desse período histórico. Para tanto, realizou-se uma interpretação da Operação Condor, com base no método dedutivo, a partir da revisão bibliográfica de autores especialistas, como o paraguaio Almada et al (2018) e a norte-americana McSherry (2005), bem como de referências na área de Relações Internacionais, como o acadêmico britânico Halliday (2007) e a brasileira Pecequilo (2011).

A fim de estabelecer uma sequência lógica dos capítulos, coerente com objetivos da monografia, foi feita a divisão em três capítulos. O primeiro, “A Guerra Fria e os conflitos insurgentes no Terceiro Mundo” abordou o contexto histórico, com ênfase nas experiências de guerra em que se desenvolveram as estratégias contrainsurgentes e as premissas da DSN, bem como na política externa estadunidense para América Latina; cada uma dessas temáticas foi explanada em uma subseção específica. O segundo, também dividido em duas subseções, centrou-se na descrição do que, até o presente momento, se sabe – graças à contribuição de autores que perscrutaram documentos tornados públicos nos anos 1990 e 2000 – sobre a OC e os eventos que possibilitaram a sua concretização. Também no segundo capítulo foram realizados os

estudos de caso sobre o Brasil e o Chile, abarcando os principais eventos e fatores sociopolíticos que aproximaram esses dois países em uma mesma visão geopolítica de mundo. Por fim, no terceiro, foi realizado um exercício reflexivo sobre a relevância de estudar um objeto histórico tão específico, como a Operação Condor, e os aportes teóricos existentes nas Relações Internacionais que possibilitam a sua análise.

2 A GUERRA FRIA E OS CONFLITOS INSURGENTES NO TERCEIRO MUNDO

De forma geral, a insurgência é resultado da contestação do governo instituído, ou ainda, do *status quo*, por parte de um grupo minoritário capaz de angariar o apoio de parte da população civil. Por isso, a expressão “conquista de corações e mentes” é tão presente ao se tratar desse tema; afinal, a sedução da população e a obtenção de legitimidade do governo instituído passam a ser sinônimos de vitória política. Em guerras que apresentam tal dinâmica, o objetivo tático do contrainsurgente é isolar – física e psicologicamente – determinado grupo-alvo (LEAL, 2011). Considerando-se esses aspectos, o contexto de Guerra Fria impactou os conflitos assimétricos em todo o globo. As questões de ordem nacional e as de ordem internacional por vezes se confundiram, devido à forte carga ideológica que orientava a disputa entre as duas superpotências e à busca incessante pela posição de *hegemon*, tornando a estrutura do Sistema Internacional (SI) um importante constrangimento para a ação de atores tanto estatais como não estatais.

Assim, entre 1955 e 1962, houve a expansão da contenda entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para os países pertencentes ao Terceiro Mundo¹, onde, de fato, foram travados os conflitos “quentes”. Ademais, há que se considerar que, com o fim dos grandes impérios coloniais, a incerteza quanto à orientação que tomariam as novas nações as tornava uma área de competição e erupção de conflitos (HOBSBAWM, 2016). De acordo com Painter (1995), a maioria das baixas durante a Guerra Fria ocorreu no Terceiro Mundo, onde eclodiram mais de cem guerras. Foi também nesses países que os conflitos estiveram mais próximos de um embate nuclear, uma vez que eram regiões de influência, substanciais para os contendores. Logo, a bipolaridade era o orientador principal não apenas das políticas de EUA e URSS, mas de todas as demais nações do globo (PECEQUILO, 2011).

Para os EUA, era fundamental manter a liderança no Terceiro Mundo, assim como garantir o acesso a seus recursos e mercados (PAINTER, 1995). Os EUA “[...] entraram na era do pós-guerra em uma posição excepcionalmente poderosa, era simultaneamente o banqueiro, o

¹ Após as guerras mundiais, houve o surgimento de atores que estavam fora do centro do sistema. Assim, foi definido um novo referencial, o chamado “Terceiro Mundo”, a fim de compreender os países que não se situavam, política e economicamente, no eixo Leste/Oeste (Segundo e Primeiro Mundo) e visavam uma “terceira via”, buscando desenvolvimento econômico e modernização política e social (PECEQUILO, 2011).

comerciante, [...] o policial e o teólogo do mundo” (PAINTER, 1995, p. 530, tradução nossa). O país visava, pois, manter essa posição. Nesse sentido, foi interessante para os Estados Unidos a adoção da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a qual era parte da estratégia norte-americana de incumbir aos seus parceiros o dever de conter a ameaça comunista dentro de suas fronteiras nacionais; aos EUA caberia a dissuasão nuclear. Em outras palavras, era na DSN que estava contida a fórmula proposta pelos EUA para a manutenção da segurança coletiva do Ocidente e, conseqüentemente, da posição hegemônica do país no mundo livre²². Com essa orientação para a política externa, os EUA se afastaram de um posicionamento mais isolacionista, que até então lhe era característico, e adotaram a DSN, contrarrevolucionária, que foi especialmente relevante para as ditaduras militares que proliferaram, a partir de 1964, na América Latina (ALMADA et al., 2018; PECEQUILO, 2011).

Como coloca Marini (2018), a contrarrevolução inevitavelmente aflige o Estado, que parte de uma perspectiva militar e policial para tratar de enfrentamentos políticos, e compete a ele o embate em três frentes – o aniquilamento, a conquista de bases sociais e a institucionalização:

Efetivamente, sendo o Estado como é – a força concentrada da sociedade, a síntese das estruturas e relações de dominação existentes –, a vigência de um processo contrarrevolucionário incide necessariamente sobre ele, afetando-o em sua estrutura e funcionamento (MARINI, 2018, p.1).

Nesse sentido, o tipo de tática escolhida para manipular o clima político e preparar a população é o da guerra psicológica, com o uso do medo e da “propaganda negra”, que , caracterizando-se como o uso de mentiras para desacreditar ou confundir o inimigo, é de grande relevância para um Estado contrarrevolucionário (MCSHERRY, 2005; DINGES, 2004). Para além das estratégias referentes à guerra psicológica, a violência pode também se manifestar das seguintes formas: coercitiva, quando almeja que seus alvos reduzam a participação política; lesiva, quando pretende castigar; e destrutiva, quando visa à exterminação (ARANEDA, 2012). Quanto a esse último conceito, é interessante retomar a obra da pesquisadora J. Patrice McSherry (2005). A partir do momento em que a autora assume, no título de seu livro, a expressão “*predatory States*” (Estados predatórios, em uma tradução literal) para tratar das ditaduras latino-americanas, ela está se referindo a um governo que instaura uma força tal capaz de causar medo,

²² Regido pela ideia de que o comércio livre e a paz mundial eram inexoráveis e dependentes do sistema capitalista, como apregoava Norman Angell em “A Grande Ilusão” (2002) – publicado originalmente em 1910.

confusão e desorientação em seus cidadãos. Como a própria etimologia da palavra “predatório” propõe, a sua acepção destrutiva fez-se presente para determinados grupos enquadrados na classificação de “subversivos”. Conforme a autora apontou no segundo capítulo de *Predatory States*, intitulado “Cold War Security Coordination: The Global Context”, é nesse sentido que atuou a Operação Condor, pois se tratou de uma política calculada de extermínio de inimigos políticos (MCSHERRY, 2005).

No que tange aos conflitos irregulares, como é o caso da contrarrevolução, ou contrainsurgência, é preciso assinalar seu caráter assimétrico, haja vista que não há uso das formas convencionais de combate, de forma aberta e direta. Nesse caso, interessa mais a corrosão da influência e do poder do inimigo que a conquista de territórios. Outros exemplos desse tipo de assimetria são embates que envolvem a presença de terrorismo, de guerrilhas e de movimentos de resistência (LEAL, 2011; ROSALES, 2014). Essas características relegaram às guerras assimétricas um lugar secundário no estudo da guerra, nos âmbitos tanto da Ciência Política como das Relações Internacionais. Conforme argumenta Merom (2003), havia uma compreensão de que esse tipo de guerra não incidia de maneira importante sobre a política internacional, e, ademais, poucos estudos compreendiam a sociedade como o núcleo da guerra. Os estudos geralmente centravam-se na capacidade industrial, em estruturas organizacionais, na economia e na política; os seres humanos apenas eram relevantes se considerados como parte da força empregada, ou, quando se tratava de figuras políticas marcantes (MEROM, 2003). Como complementa Halliday (2007, p. 137), tratando especificamente de revoluções:

Não existe uma razão única para esta marginalização.[...] As próprias RI começaram como um estudo da guerra e das causas da guerra e permanecem guiadas, como os documentos para a prevenção da guerra na Carta da ONU, pela crença de que a guerra entre os Estados deve ser percebida como uma agressão racionalmente decidida e não a internacionalização do conflito social.

Porém, ao longo do século XX, esse tipo de guerra foi predominante, sobretudo nos países do Terceiro Mundo (REIS, 2017), e a Operação Condor (OC), na década de 1970, foi resultado desse contexto da prevalência de guerras não convencionais e da assimilação da DSN. As experiências internacionais precedentes, de que se valeu a OC para consolidar-se, referem-se às décadas de 1960 e 1970, já em Guerra Fria. Esse período foi marcado por uma série de eventos que colocavam em xeque a legitimidade do sistema de dominação desenvolvido pelos EUA, que até então, com algumas exceções, permanecia incontestado em suas principais zonas de influência.

Ao mesmo tempo, esse período é frequentemente caracterizado como *détente*³; afinal, como a URSS havia desenvolvido uma bomba nuclear no ano de 1949, as duas superpotências haviam então alcançado alguma paridade nuclear, havendo temor recíproco quanto à proliferação desse tipo de arma. Assim, alguns tratados foram assinados para conter a aquisição e o desenvolvimento de tecnologia nuclear que não fosse para fins pacíficos, como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), o Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT, na sigla em inglês) e acordos sobre Mísseis Antibalísticos (ABMs, na sigla em inglês) (HOBSBAWM, 2016). Concomitantemente, observou-se o fortalecimento nos continentes africano e asiático de movimentos pró-independência os quais já se haviam iniciado após o final da Segunda Guerra Mundial e eram favorecidos pelo princípio de autodeterminação dos povos, presente na Carta de São Francisco, instrumento jurídico constitucional da Organização das Nações Unidas (ONU) firmado em 1945 (CHENNTOUF, 2010).

No contexto de descolonização dos países do Terceiro Mundo, um dos argumentos que respaldaram a DSN era de que a URSS se valeria da sensível situação política de determinados países para propagar o comunismo. Entendia-se, por essa perspectiva, que se tratava de uma janela de oportunidades para a URSS, já que muitos dos movimentos de descolonização orientavam-se por um sentimento antiocidental, pelo desejo de desprender-se das amarras da dependência, antes caracterizadas pelo domínio das metrópoles europeias⁴ (PAINTER, 1995). A partir desses elementos, acentuou-se o caráter universalista da DSN, absorvendo o conceito de “guerra total”⁵, marcada “pela utilização de recursos ilimitados, tanto humanos quanto materiais, para a consecução de seus objetivos de vitória” (SOUZA, 2013, p. 15). Baseando-se nos escritos de Mao, Ho Chi-minh, Giap e Guevara, e buscando contrapô-los, os formuladores da DSN

³ “Nas RI’s, *détente* tem comumente significado afrouxamento ou distensão nas relações tensas entre nações ou governos. As décadas de 1960 e 1970 costumam ser referidas com este vocábulo, pois houve um relativo afrouxamento nas relações entre Estados Unidos e União Soviética” (BUENO, 2022).

⁴ Os movimentos populares também ganharam força em países europeus, inclusive nas metrópoles então em decadência, como Portugal, Espanha e França. Essa efervescência social foi bem captada no ano de 1968, quando o movimento estudantil francês de Maio de 1968 foi às ruas – inicialmente, a fim de demandar o fim da divisão de dormitórios masculinos e femininos, e, posteriormente, para pedir o fim do governo de Charles De Gaulle. Em 4 de abril daquele mesmo ano, Martin Luther King foi morto, o que deu início a uma onda de protesto nos EUA, a qual também coincidia com o período considerado o mais violento da Guerra do Vietnã, de forma que a chegada de sacos pretos de jovens soldados estadunidenses mortos em combate incitou revoltas contra a guerra (HOBSBAWM, 2016; MARINI, 1978).

⁵ O conceito de guerra total foi desenvolvido pelo general do exército imperial alemão Erich Ludendorff (1865-1937) e pressupõe que a guerra, para ser bem sucedida, depende de uma formação sistemática do povo inteiro. Esse conceito viria a influenciar a ideia estadunidense de guerra generalizada e do governo da guerra sobre a política (COMBLIN, 1978).

entenderam que a luta em defesa do Ocidente deveria compreender todos os âmbitos sociais e desencadear a contrarrevolução, pois se alegava que a URSS, por sua vez, incitaria a Guerra Insurrecional ou Revolucionária (SOUZA, 2013).

2.1 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS PRECEDENTES À OPERAÇÃO CONDOR E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Considerando o contexto apresentado, é possível salientar dois eventos que merecem atenção ao se tratar de um Estado Contrainsurgente: a Guerra da Argélia e a Guerra do Vietnã. O intuito da presente seção, ao tratar desses conflitos, não é realizar um extenso e detalhado estudo de caso, mas sim identificar alguns traços que possam corroborar o estudo da Operação Condor (OC) e depreender os efeitos que uma operação de tal monta possa influir sobre as relações civis e a cultura política de um determinado país, assim como os fatores que ensejaram a adoção de métodos truculentos de investigação. Esses dois eventos compõem a triangulação pela qual a doutrina contrainsurgente passou, pois esta, tendo sido formulada após as experiências da França na guerra revolucionária da Argélia, foi aplicada no Vietnã pelos Estados Unidos e, posteriormente, foi utilizada em vários países da América Latina durante os governos militares, entre as décadas de 1960 e de 1980 (GASPARI, 2015).

Dois dos principais manuais que abordam a doutrina de contrainsurgência são o de Roger Trinquier, *La Guerre Moderne*, de 1961, e o de David Galula, *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*, de 1964, ambos baseados nos anos de experiência francesa na Guerra da Argélia (1954 –1962). As práticas do exército francês no país seguiram a linha de tentativa e erro, por vezes fazendo uso da experiência acumulada em conflitos na região da Indochina; de todo modo, ainda não existia um corpo doutrinário contrainsurgente quando o conflito deslanchou. Por essa razão, a guerra foi um marco do início do desenvolvimento da doutrina como é conhecida hoje, e uma referência para tratar e entender dessa temática (GOETZKE, 2005; TACHIKAWA, 2017). As peculiaridades da sociedade argelina, atravessa pela colonização francesa – a primeira invasão francesa data de 1830 –, e a relação de proximidade geográfica e até mesmo identitária com a França são fatores importantes para interpretar a dinâmica insurgente e contrainsurgente e seus resultados, uma vez que essa possui como centro gravitacional a população (FRANÇOIS, 2009).

Devido ao apoio da população argelina à França durante a Segunda Guerra Mundial, existia uma expectativa⁶ de que o país seria recompensado pelos seus esforços, de forma que o sistema político e econômico francês fosse mais inclusivo, coisa que não aconteceu (GOETZKE, 2005; TACHIKAWA, 2017). Como coloca Chenntouf (2010, p. 62), “[...] a Segunda Guerra Mundial cria tamanho turbilhão que as relações entre as metrópoles e as colônias se tornam incapazes de existir de forma similar ao vivido no pré-guerra”. Nesse período, a França criou a União Francesa, no seio da Quarta República (1946–1958), em um intento de reconstrução e substituição do império francês, o que apenas incitou mais revoltas nos países do Maghreb⁷, pois lhes era negado o conceito de autogoverno. Os anos de 1945 e 1946 são, portanto, de uma efervescência política latente na Argélia (CHENNTOUF, 2010). Ademais, a relação franco-argelina estava permeada pelo consolidado mito da Argélia Francesa (YAZBEK, 2008), sintetizado na frase do então Ministro do Interior e posteriormente Presidente da República, François Mitterrand: “*L’Algérie, c’est la France*”⁸ (TANDONNET, 2016). Em grande parte, essa noção foi concebida em razão da presença de aproximadamente um milhão de colonos franceses e da descoberta de petróleo e gás natural no Saara, o que criava a atraente ideia de uma política petrolífera independente para a França⁹ (CHENNTOUF, 2010). Assim:

Para o governo francês, a Argélia representava uma extensão do território da metrópole, uma terra de colonos onde se cultivava a vinha e para onde se enviavam prisioneiros políticos. O sentimento de pertencer a uma comunidade nacional foi forjado pela população não europeia em oposição à lei francesa que impunha o repúdio da religião muçulmana aos candidatos à naturalização. Apesar de serem franceses, os argelinos muçulmanos não gozavam de plena cidadania e ocupavam assim uma categoria intermediária entre o estrangeiro e o nacional (SPIRE apud ARAUJO 2017, p. 404).

Na noite de 1º de novembro de 1954, iniciou-se uma série de ataques que marcou o início da guerra, ou revolução, da Argélia. Os termos pelos quais é referida dependem do emissor.

⁶ Esse desejo foi bem expresso no “Manifesto do Povo Argelino”, de 1943, redigido pelo líder muçulmano Ferhat Abbas, que demandava a participação política plena dos muçulmanos, assim como uma constituição que lhes garantisse a igualdade (FRANÇOIS, 2009).

⁷ Países da região noroeste da África: Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia. Algumas definições também situam o Egito como parte dessa classificação (WEBSTER, 2022).

⁸ “*L’Algérie, c’est la France et la France ne reconnaître pas chez elle d’autre autorité que la sienne*” (TANDONNET, 2016, online).

⁹ Como coloca o poeta e pensador da ilha de Martinica, Aimé Césaire, a colonização desciviliza o colonizador, que passa a ser motivado pela ambição e pela cobiça – objetivos camuflados por um discurso que equipara a colonização à evangelização e à uma empresa filantrópica. A partir desse pressuposto, o autor questionou se a colonização foi, realmente, a aproximação entre diferentes culturas. A essa pergunta, ele mesmo responde que não houve esse contato de fato, pois todo o empreendimento colonial estava pautado na lógica de dominação e exploração (CÉSAIRE, 1978).

Afinal, para os argelinos, tratava-se de movimento de independência nacional, revolução e guerra de libertação; para os franceses, seria insurreição, terrorismo, rebelião em seus territórios ultramarinos, a qual deveria ser contida por operações policiais a fim de manter a lei e a ordem (BRANCHE, 2007). Outro aspecto a ser considerado é que a França entendia que não devia prestar satisfações quanto às medidas tomadas na Argélia, pois seriam concernentes à sua soberania nacional e, em princípio, a França resolveria a situação meramente com força policial. Deste modo, o país ratificou a Convenção Europeia dos Direitos do Homem – adotada pelo Conselho da Europa em 1950 – apenas em 1974, anos após o fim da Guerra da Argélia. Já em relação à quarta Convenção de Genebra – redigida em 1949 –, a qual a França já havia ratificado, foi apenas em 1961 que o país reconheceu sua aplicabilidade em determinados casos sobre presos políticos argelinos (BRANCHE, 2007).

Segundo Merom (2003), com o acirramento dos ânimos quanto à situação nacional da Argélia, a França possuía dois caminhos alternativos à guerra, o desengajamento ou a integração rápida e igualitária. No entanto, nenhuma dessas opções satisfazia ao clima político da França, pois, ao passo que não existia qualquer entusiasmo para uma transferência de recursos e para o compartilhamento de poder, havia um grande comprometimento com a ideia da Argélia Francesa. Dessa forma, não houve outra saída senão enfrentar a Frente de Libertação Nacional (FLN), em um processo árduo e brutal, que teria resultado em um milhão de mortes, conforme as estimativas mais elevadas (GOETZKE, 2005). É preciso apontar que, a princípio, a insurgência argelina não estava organizada na FLN¹⁰, a qual foi criada em 1955 e tornou-se a organização suprema do movimento, centralizando as operações insurgentes, inclusive as da Armada de Libertação Nacional (ALN), que chegou a contar com 130 mil combatentes. Nem todos os partidos, porém, aderiram a esses moldes. O Partido Comunista Argelino (PCA), por exemplo, não atuou de forma contundente na guerra, pois entendia que a independência estava condicionada à consolidação do socialismo na França, e, assim, não seria de todo negativo se a Argélia fosse assimilada pela metrópole. O nacionalismo argelino, portanto, era inicialmente muito calcado em uma identidade árabe e muçulmana (ARAUJO, 2017). Porém, no primeiro congresso da FLN, adotou-se uma orientação revolucionária que tinha como imperativo o estabelecimento de uma ordem socialista após a independência (HRBEK, 2010).

¹⁰ Conforme Hrbek (2010, p. 160), quem decidiu iniciar os ataques de novembro foram os chamados “chefes históricos”, nomeadamente, Aït Abmed, Mohammed Boudiaf, Ben Boulaid, Abmed Ben Bella, Mourad Didouhe, Rabah Bitat, Larbi Ben M'hidi, Belkasem Krim e Mohammed Khider.

Essas divergências ideológicas dos grupos em disputa foram significativas durante a guerra e tiveram reflexos na formação do Estado nacional argelino pós-independência. Inevitavelmente, essas questões viriam a produzir um sentimento de desconfiança entre a população local, e, da mesma forma, influenciaram a relação posteriormente travada com o Estado francês e a população argelina (YAZBEK, 2008). No que concerne ao período aqui em questão, tais divergências foram estrategicamente manipuladas como uma arma de guerra e, mesmo antes, durante a colonização francesa¹¹, constituíram uma ferramenta amplamente usada.

Ademais, esses aspectos interessam na medida em que os estudos de cunho sociológico, demográfico e cultural estavam presentes tanto nos manuais supramencionados – de Galula (1964) e Trinquier (1961) – quanto no preparo das forças francesas enviadas à Argélia (ARAUJO, 2017). O centro de treinamento dos oficiais que combateram no país, o Centre d’instruction et de préparation à la contre-guérilla (CIPDG), por exemplo, contava com cursos sobre “psicologia e sociedade muçulmana”, “sociologia muçulmana”, entre outros tópicos que visavam compreender a sociedade civil cujos corações e mentes eram também alvo das ações militares, como será tratado adiante (TACHIKAWA, 2017).

Posteriormente, Galula (1964) e Trinquier (1961) também consideram o papel da população no combate contra a FLN. Para Trinquier, especialmente, existia uma grande preocupação com a opinião pública, pois o autor dava particular relevância à guerra psicológica na contrainsurgência. Galula, por sua vez, deu maior ênfase à manipulação política da sociedade, atentando para o estabelecimento de líderes que poderiam contribuir para a causa, assim como para o atendimento de reivindicações feitas pela maioria do povo, a fim de consolidar uma presença bem aceita da operação (VALEYRE; GUERIN, 2009).

A França organizou-se em duas principais etapas, a operação *quadrillage* e o Plano Challe. Quanto à primeira, inicialmente, a Argélia foi dividida em setores, os quais eram sujeitos a três tipos de zona: de pacificação, de operação e de interdição. Tanto a zona de operação, como a de interdição, eram áreas voltadas para a ação militar, nas quais a população residente deveria ser, em sua maioria, evacuada. Já a de pacificação era presumida como segura para a população civil, deveria ser protegida, e, além disso, deveria receber os recursos básicos para sua

¹¹ Dois exemplos disso foram tratados pelo historiador Mustafa Yazbek (2008): o decreto francês de 1865, segundo o qual todo argelino que renegasse sua religião muçulmana receberia cidadania francesa; e o Código dos Indígenas, de 1880, que buscava reprimir os grupos, sobretudo tribais, que se opunham à opressão colonial (YAZBEK, 2008).

sobrevivência. Era também ali onde o governo engajava a população na guerra psicológica, visando conquistar os corações e mentes (TACHIKAWA, 2017).

Ainda que houvesse tal ideia de zona segura, a prática da tortura por militares franceses foi generalizada no período. Na teoria, deveria ser o último recurso empregado para se obter informações, porém passou a fazer parte do cotidiano argelino, indiscriminadamente, pois estava inserida em um plano mais amplo de modernização, de industrialização, para convencer que o futuro era a França – sobretudo no Plano Constantine, promovido por De Gaulle (HRBEK, 2010). Em outras palavras, tratava-se de uma tática truculenta para impor um projeto colonial, político e econômico, que em última instância deveria seduzir essa população. Os civis eram alvo dessa tortura, pois vários eram suspeitos de prover suprimentos aos insurgentes, abrigo, ou simplesmente de os terem visto, ou conhecido. A tortura, mais do que um meio de obter informações, era um meio de transmitir uma mensagem. Ademais, era o canal encontrado para interpretar a vida social argelina, embora fosse há tanto tempo uma colônia (BRANCHE, 2007). Essas táticas foram alvo de críticas da comunidade internacional e dos próprios franceses:

O terror atingiu o seu apogeu em 1957 com a “batalha de Argel”, tentativa conduzida pela ALN para implantar-se mais profundamente na cidade. Os franceses responderam com uma impiedosa campanha de perseguição, aprisionamento e tortura que efetivamente destruiu a organização da ALN na capital, deixando uma herança de ódio e suscitando uma onda de indignação na França e em todo o mundo, campanha esta cujos métodos e procedimentos empregados pelos paraquedistas franceses foram comparados àqueles da Gestapo na Alemanha nazista (HRBEK, 2010, p. 163).

O objetivo francês de seduzir a população argelina ao atender suas reivindicações fazia-se complexo, devido à sua heterogeneidade e aos seus diversos interesses. Era composta, sobretudo, por tribos árabes, berberes e os *pieds-noirs*, nome atribuído aos colonos franceses e seus descendentes. Somado a isso, estava o caótico contexto do jogo político que colocava em relevo outras questões vinculadas a projetos republicanos, comunistas, anarquistas, entre outros (YAZBEK, 2008). A desconfiança difundida e impulsionada pelas operações psicológicas de contrainsurgência culminaram no esfacelamento do tecido social, já instável, como observa-se em:

[A] luta continuava em um clima que, entre a população civil europeia da Argélia, beirava o pânico e assumia os contornos de uma verdadeira “caça aos árabes” movida por colonialistas mais empedernidos, que não aceitavam as eventuais consequências da implantação de um governo nacionalista argelino em um país cuja construção atribuíam a si (YAZBEK, 2008, p. 71).

Do mesmo modo que a tortura ameaça a reprodução do cotidiano social e cultural, sobre o qual a identidade de uma nação se ancora; a guerra psicológica, ao disseminar falsas informações, ameaça a credibilidade para se desenvolver uma identidade nacional que partilhe de um significado coletivo para uma mesma experiência social (HUMPHREY, 2000). Logo, o pânico retratado por Yazbek (2008) era resultado desse sentimento constante de insegurança.

Quanto aos grupos evacuados, essas pessoas passavam por um “reagrupamento” e eram realocadas para facilidades desenvolvidas pelo governo francês, com escolas, moradias e serviços médicos. Esses locais também tinham como objetivo isolar os insurgentes da população e promover a propaganda oficial francesa. Contudo, foram um fracasso, pois os espaços eram superpopulosos, insalubres e infestados por doenças contagiosas. Esse foi um cenário que mobilizou muito a comunidade internacional em prol da causa da FLN (TACHIKAWA, 2017). Ademais, muitos conseguiram fugir dessas zonas para Tunísia ou o Marrocos e compuseram os reservistas da ALN (HRBEK, 2010).

O Plano Challe, por sua vez, foi implementado após a França conseguir conter as provisões de armas e os movimentos de insurgentes nas fronteiras com a Tunísia e o Marrocos – essa contenção ficou conhecida como Batalha de Fronteiras –, nas quais foram construídas barreiras eletrificadas (HRBEK, 2010; TACHIKAWA, 2017). Com o Plano Challe, o supremo comandante Maurice Challe enviou, em fevereiro de 1959, comandos de quarenta a sessenta oficiais para perseguir insurgentes, após obter informações mais precisas sobre a localização de seus esconderijos. Os comandantes indicados por Challe haviam sido treinados pelo CIPDG, o que expressava a confiança quanto à aplicação das técnicas da guerra psicológica, que permaneceram sendo implementadas até o fim da guerra. Mais uma vez é possível observar como as desconfianças da sociedade eram utilizadas, pois alguns dos insurgentes capturados eram, por vezes, incorporados ao exército francês, como um tipo de clemência por sua contribuição. Concomitantemente, as populações que estavam nas zonas de pacificação, onde ainda eram implementadas operações de assunto civil, continuavam sofrendo, sob as circunstâncias caóticas do reagrupamento, o que ensejava criticismo doméstico e internacional (TACHIKAWA, 2017).

Depois dessa mobilização francesa, a FLN enfrentou sérias dificuldades, e ficou evidente que não conseguiria obter sua independência por meios militares. Considerando esse cenário insalubre nos quais as populações civis foram condicionadas e os abusos históricos cometidos

durante a colonização – incluindo a grande desigualdade social e econômica que prestigiava os *pieds-noirs* –, a FLN direcionou a sua estratégia na busca por angariar apoio político da comunidade internacional (ARAUJO, 2017; TACHIKAWA, 2017). Esse movimento fez que a situação argelina fosse pauta de quatro encontros da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), entre 1957 e 1959. Como apontado anteriormente, a França não entendia que essa fosse uma questão concernente ao âmbito da ONU, pois acreditava que era um assunto de sua soberania nacional, por isso os debates da AGNU geraram grande desconforto político para o país europeu. Após a criação do Governo Provisório da República Argelina (GPRA), em setembro de 1958, proclamado pela FLN e liderado por Farhat Abbas, a causa da independência argelina ganhou ainda maior legitimidade internacionalmente, obtendo apoio de países asiáticos e africanos. A pressão para a capitulação francesa aumentou, fazendo que De Gaulle não encontrasse outras alternativas perante o tempo curto, senão os Acordos de Évian, de 18 de março de 1962, que marcaram o fim do conflito e a independência argelina (HRBEK, 2010; WILSON CENTER, 2021)

Ainda que a França tenha tido superioridade tática na guerra, e mesmo considerada vitoriosa no âmbito operacional e tático, sua atuação resultou em grande fracasso político e estratégico (FRANÇOIS, 2009). Ao fim, a FLN obteve sucesso em sua principal causa para a Argélia: a independência. A França, porém, sequer pôde definir um estado final político almejado alcançável:

Se o objetivo de toda guerra é atingir um estado final político, e não simplesmente derrotar um adversário armado em campanha, o estado final idealizado fornece o marco que dita todos os outros aspectos da guerra. Os estados finais claramente declarados e alcançáveis proporcionam uma unidade de propósito e de ação que molda os esforços logísticos, administrativos e diplomáticos necessários para travar a guerra. Um estado final indefinido, indistinto ou vacilante produz a confusão e a discórdia, tornando improvável qualquer tipo de sucesso (FRANÇOIS, 2009, p. 56).

O Tenente-Coronel Philippe François (2009) avalia a guerra a partir da perspectiva militar, que busca apreender os legados e lições aprendidas na esfera castrense. Ainda que este não seja o foco aqui, o autor ressalta dois pontos valiosos para a análise do quadro político, o primeiro refere-se justamente ao estado final político indefinido (por parte da França), e o segundo, refere-se à população como centro de gravidade do embate. Esses são aspectos característicos das guerras irregulares e que incidem sobre a organização social de um determinado país. No caso da Argélia, a exploração e discriminação, à qual o povo argelino foi

submetido durante o colonialismo, foram cerne da ilegitimidade dos projetos políticos provindos da então metrópole na região. Existiam ali diversos grupos de interesses e visões de mundo divergentes.

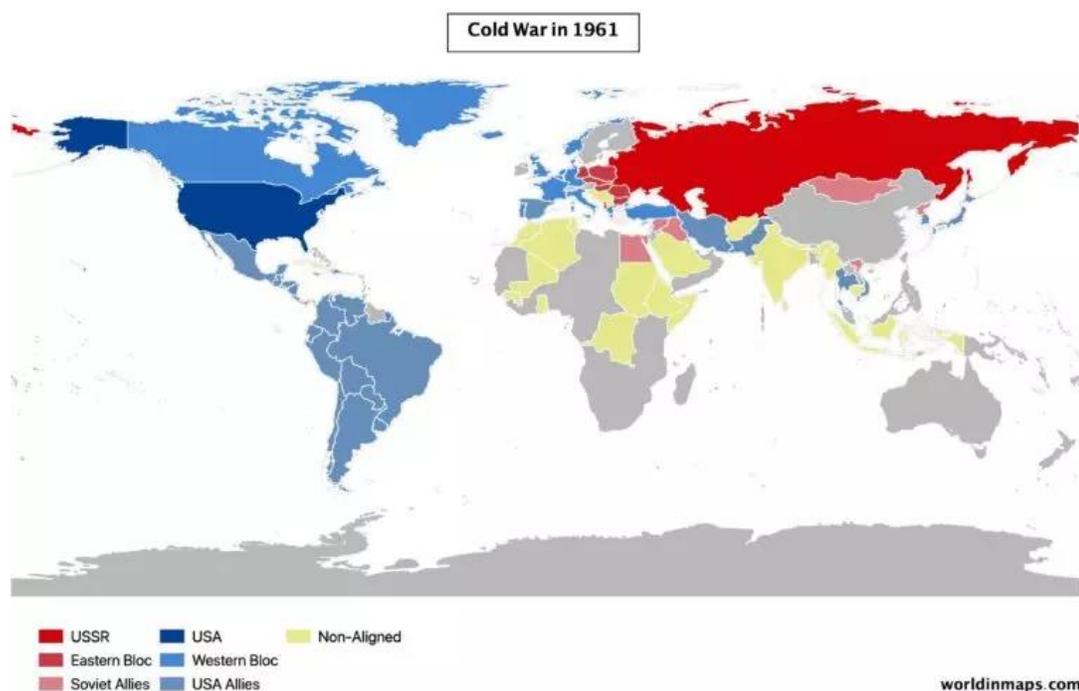
Isso ficou claro na guerra, pois, ao passo que muitos franco-argelinos apoiaram o exército francês – chegando ao número total de dois milhões de conscritos –, havia uma elite urbana muçulmana, em partes ressentida com o descompromisso francês em lhes conceder cidadania e direito a uma participação política mais ativa, em partes avessa à violência empregada pela FLN (FRANÇOIS, 2009; YAZBEK, 2008). Ao mesmo tempo, a exclusão sistemática, durante o colonialismo, de uma grande parcela da população a regiões montanhosas impulsionou “uma fonte inesgotável de guerrilheiros” que defendiam a revolução (YAZBEK, 2008, p. 46). E, além disso, os franco-argelinos que até então dominavam o país economicamente, defenderam ferrenhamente a manutenção da Argélia francesa, chegando à criação da terrorista Organização Armada Secreta (OAS), que recorreu a métodos truculentos em sua fúria pela manutenção da colônia (HRBEK, 2010). Ou seja, as divisões históricas intencionalmente criadas eram profundas e irreconciliáveis (FRANÇOIS, 2009).

Da mesma maneira, a incompatibilidade entre um corpo ideológico de dominação colonial e uma nova divisão de mundo promoveu um sentimento nacionalista árabe¹² na Argélia, cuja presença já era observada¹³ em demais países do Maghreb. A identidade árabe e islâmica era o principal contrapeso à cultura francesa na Argélia, por essa razão foi um fator de mobilização política importante (ARAUJO, 2017). Atrelado a isso, estava o contexto internacional favorável, em razão da solidariedade do Terceiro Mundo, cujo encontro emblemático foi o da Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955, que deu origem à política de não alinhamento em relação à disputa bipolar (YAZBEK, 2008). No mapa a seguir, é possível dimensionar a expansão dessa tendência perante os demais alinhamentos político-ideológicos favorável à URSS ou aos EUA:

¹² O nacionalismo árabe tem sua origem ainda no século XIX, quando passou a se desenvolver o entendimento de uma cultura compartilhada por países do norte da África e do Oriente Médio, suas primeiras manifestações detinham um matiz laico e partiam do reconhecimento de um “patrimônio linguístico, cultural, religioso e histórico comum” (PINTO, 2015, p. 84).

¹³ O início do século XX, devido ao contexto da guerra da França e Inglaterra ao antigo Império Turco-Otomano e da guerra árabe-israelense, proporcionou um campo fértil para o desenvolvimento do aspecto político do pan-arabismo, a partir do qual a cultura islâmica seria um elemento de integração que sobrepassaria as divisões territoriais da época e seria capaz de constituir uma unidade política árabe – um dos obstáculos para tanto foi o apontado por Vicenzi (2006), que é a herança tribal da região, que favoreceria o paroquialismo.

Imagem 2 - Mapa mundi que apresenta a divisão de alianças após a Conferência de Bandung (1955) e a Primeira Cúpula do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) (1961)



Fonte: World in Maps, 2022.

Como se evidencia na distribuição apresentada no mapa, o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) trouxe alternativas para o posicionamento dos países que deixavam de serem colônias. Observa-se, portanto, que, embora houvesse uma tentativa de fazer uso estratégico, por parte da França, dos antagonismos locais para facilitar o isolamento dos insurgentes, as dissidências existentes dificultaram a sedução da população à causa francesa (ARAÚJO, 2017; YAZBEK, 2008). O final da guerra se traduziu na independência argelina, mas a desconfiança entre diferentes grupos não apenas remanesceu, como recrudescer. Essas divergências ideológicas dentro da sociedade argelina foram, paradoxalmente, uma das causas para o fracasso francês e também um dos resultados da ação francesa. Esse paradoxo recai sobre um dilema apresentado por Barry Buzan (1983), que afirma que assim como a segurança dos indivíduos está irreversivelmente ligada ao Estado, a sua insegurança também estará; dessa forma, a partir do momento que o Estado torna-se uma ameaça inegável à segurança individual, a sua legitimidade é contestada.

O Estado francês, portanto, entendido dentro do contexto explanado anteriormente, de decadência do colonialismo e da consolidação dos ideais iluministas – igualdade, liberdade e

fraternidade –, tem seu domínio sobre a Argélia questionado por se tornar uma ameaça aos direitos humanos e à segurança nacional, caso se considere a Argélia como parte do território francês, e internacional. Levando em conta que a própria França foi o berço do pensamento libertário iluminista, não é surpreendente o fato de ter existido uma formação intelectual da elite argelina que estudou na França como força motriz da revolução, tampouco o de intelectuais franco-argelinos, como o filósofo Jean Paul Sartre e o escritor Albert Camus, terem se posicionado ativamente sobre a guerra (YAZBEK, 2008). Esses foram os mesmo ideais que haviam, antes, justificado o colonialismo, a partir da alegação de que os povos nativos do norte da África não possuíam quaisquer valores, o que teria ensejado a missão civilizatória francesa (HUMPHREY, 2000).

Foram elencadas até aqui as principais razões que explicam o porquê dessas diferenças terem comprometido a ação francesa, cumpre salientar também os motivos de terem sido seu resultado, amalgamados na estratégia contrainsurgente de fazer uso da guerra psicológica e da tortura. Nesse sentido, o trabalho do Professor de Sociologia australiano, Michael Humphrey (2000), traz importantes contribuições ao analisar a recorrência de casos de violência extrema na Argélia contemporânea e como tais episódios de terrorismo, sequestro, mutilações corporais e outras torturas, massacres, carros-bombas, entre outros, estão ligados a uma fragmentação da sociedade herdada de ondas de violência que remontam à guerra. Em seu artigo “Violence, voice and identity in Algeria” (2000), o autor apresenta uma divisão elementar, reflexo das divisões ideológicas dos anos 1960: os defensores dos valores ocidentais seculares em contraposição aos defensores dos valores islâmicos pós-coloniais. Embora presente, essa dicotomia simplifica a complexidade social argelina, porém dá conta de revelar a forma como os antagonismos políticos podem resultar em e ser resultado da violência sobre os corpos. Assim, a brutalidade é evidência de uma guerra total – conceito que faz parte da ideia de guerra contrainsurgente –, daí a eficácia do terror se referir não só à habilidade de causar dano, mas à de lhe conferir significado (HUMPHREY, 2000). Humphrey (2000, p. 3, tradução nossa) apresenta essa situação como um embate civilizacional e afirma que: “[a] violência é sempre poderosa retoricamente, a fim de ser socialmente constitutiva”.

A guerra deixou profundas cicatrizes no país e uma herança legada a outras nações do globo: a guerra contrarrevolucionária, contrainsurgente ou suja. Esse tipo de guerra existe desde tempos remotos da história, porém fundamentou-se, a partir de então, essa guerra aos moldes dos

aspectos doutrinários da Escola de Guerra Francesa. Por meio de uma triangulação que perpassou França, Estados Unidos e outros países latino-americanos, essa doutrina foi sistematicamente ensinada a militares brasileiros e chilenos encarregados pela perseguição de dissidentes políticos, e um dos seus aspectos centrais era o uso da tortura como arma de guerra. Antes de serem aplicadas no continente americano, essas táticas foram usadas por militares estadunidenses na Guerra do Vietnã, para enfrentar um conhecido inimigo da França, os vietcongues, os quais a ex-metrópole havia tentado controlar durante o período de descolonização da Indochina (1946-1954) (MCSHERRY, 2005). A Guerra do Vietnã (1959-1975) foi um exemplo clássico de enfrentamento entre grupos insurgentes e contrainsurgentes, onde ocorreu a Operação Phoenix, que será tratada posteriormente. Alguns autores, como Calloni (2016), chegam a afirmar que Condor foi uma réplica de Phoenix.

Portanto, intentou-se a aplicação de medidas contrainsurgentes no Vietnã, aprendidas da experiência francesa na África. Há que se ter em conta que, inicialmente, o objetivo dos EUA era travar uma guerra limitada. A opção pela guerra suja, por sua vez, foi também resultado da estratégia adotada pelo general vietnamita Vo Nguyen Giap, a guerra total do povo inteiro. O general sabia que essa era uma guerra capaz de derrubar a moral estadunidense. Assim, garantiu algumas vantagens, como preparo da população para enfrentar bombardeios, e dos vietcongues e outros combatentes para aproveitar a geografia local (VIZENTINI, 2006). Ainda assim, a assimetria de forças era evidente, e, nesse sentido, os EUA repetiram falhas estratégicas que já haviam sido observadas, por exemplo, na Guerra da Coreia. Antes da conclusão da Guerra do Vietnã, em 1970, o estudioso da política externa estadunidense, Gabriel Kolko, produziu o artigo “The Nature of the Vietnam War”, no qual já indicava aquilo que interpretava como a principal falha militar dos EUA. Segundo Kolko (1970), a superpotência se encontrava pronta para contendidas com outras nações industrializadas – preparada para realizar bombardeamentos estratégicos (de custos baixos e previsíveis) e com investimentos consideráveis na tecnologia de armas nucleares. Quando essas capacidades foram aplicadas na Coreia, o resultado foi a grande miséria do povo coreano e a destruição de toda a infraestrutura que antes amparava o sustento do país, e que se repetiu no caso do Vietnã. Por essa razão, o autor argumenta que “[o] enorme poder de fogo resultou em enormes baixas civis e barbárie, mas a desumanidade não foi sinônimo de vitória” (KOLKO, 1970, p. 5, tradução nossa).

Ainda na década de 1970, já em relação à Guerra do Vietnã, o linguista Noam Chomsky (1973), em testemunho ao Comitê de Relações Exteriores dos Estados Unidos, argumentou que a guerra travada pelos EUA era, em realidade, contra os camponeses e a população civil do Sul. Sob essa perspectiva, estes poderiam se aliar e dar apoio aos membros da Frente de Libertação Nacional (FLN) vietnamita, ou ameaçar, de outras formas, o governo imposto e sustentado pela ingerência externa dos EUA. Chomsky aponta que a ausência de legitimidade do governo do Sul era reconhecida pelos formuladores de políticas estadunidenses, e, em razão dessa grande fragilidade política, houve a repressão extrema da população civil (CHOMSKY, 1973). Essa inferência vai ao encontro da de Kolko, pois este analisa que os pesados empregos de arma de fogo – cerca de 43 mil toneladas de artilharia por Boeing-B 52 usadas por mês – raramente atingiam campos inimigos, e sim camponeses, como foi o caso do massacre de My Lai-Song Mi, em 1968. Os exemplos quanto à artilharia corroboram com os argumentos extraídos de Chomsky, afinal os aparatos bélicos americanos eram adequados para guerras nucleares, intensas e contra alvos estáticos, o que não era coerente com aquele contexto (KOLKO, 1970). A desigualdade de forças também é evidente em Vizentini (2006, p. 61):

Os norte-americanos jogaram no Vietnã meios de destruição poderosíssimos. Os GIs (soldados americanos), que em 1965 somavam 25 mil no país, atingiram seiscentos mil em 1968. A 1ª Divisão de Cavalaria Aerotransportada conta com quinze mil soldados de elite e quinhentos helicópteros ultra modernos. Para ela, é construído o maior heliporto do mundo, An Khe, com 5km de largura por 7km de extensão. Os superbombardeiros B-52 são instalados em várias bases do Vietnã do Sul e da Tailândia. [...] Além disso, o Exército e as milícias do governo de Saigon atingem um milhão de efetivos bem armados pelos EUA.

A aplicação dos métodos de contrainsurgência foi também danosa para a população civil, que via seu modo de vida e sua dignidade ameaçados por ações abertas e encobertas. O governo do sul e o dos EUA já contavam com a vasta experiência britânica e francesa como fonte de literatura para implantar a contrainsurgência. A formulação dessa literatura estava ligada a um momento de crise dos impérios europeus, e uma grande ânsia por fazer que o colonialismo, nos moldes do século XIX, resistisse (MILLER, 2018). Os impérios não obtiveram sucesso, mas “a fórmula provou ser mais durável que os impérios coloniais que a inventaram” (MILLER, 2018, p. 150), e a sua aplicação na guerra perpetrada pelos EUA em solo vietnamita foi prova disso. O cenário internacional era o de Guerra Fria, e, embora o mote nacionalista e de independência herdado da Guerra da Indochina persistisse, o principal embate ideológico ali travado referia-se

ao sistema político-econômico, ou seja, entre o sistema capitalista do Sul e o socialista do Norte, e aos interesses estratégicos estadunidenses para a região (HOBSBAWM, 2016). A contrainsurgência foi sobretudo aplicada no Sul, pois era no território supostamente já dominado pelo Estado do Vietnã, apoiado pelos EUA, no qual se temia a adesão dos camponeses à causa do norte e outras formas de rebeldia (MILLER, 2018). Ao longo de todo período foram realizadas várias tentativas para conter movimentos populares, nas quais o argumento do desenvolvimento econômico e social para garantir adesão à causa do Sul era frequentemente mobilizado para seduzir os corações e mentes, em um contexto de falta de legitimidade política (CHOMSKY, 1973; MILLER, 2018).

Nesse sentido, da mesma forma que os franceses buscaram isolar a população civil dos insurgentes ao projetar os reagrupamentos, algo parecido foi feito no país asiático. As “agrovilas” reuniram populações de vilas rurais, marcadas historicamente pela presença de opositores do governo, a fim de promover espaços interligados por redes de saúde e educação, e com direito a terras agricultáveis. Advogava-se o desenvolvimento, concentrando esses grupos em zonas densas e prósperas. Contudo, na prática, foi uma forma de isolar essa população e garantir um controle mais contundente de seu cotidiano, de suas preferências, simpatias políticas, e de suas lealdades. Ademais, os cidadãos considerados como ameaça eram submetidos a trabalhos forçados, deveriam limpar a terra, cavar canais, entre outras atividades físicas exaustivas, sem nenhum tipo de recompensa. A justiça não raramente também era manifestada por um Estado veementemente draconiano. Em 1959, por exemplo, após ser declarado estado de sítio, foram realizadas intensas campanhas propagandísticas nos vilarejos, os quais posteriormente recebiam um tribunal militar itinerante, permitido pela lei nº10/1959, que julgava os civis *in loco* e carregava consigo uma guilhotina para executar as penas de morte (MILLER, 2018).

Para além dessa infraestrutura econômica e jurídica contrainsurgente, uma outra forma de controle era o censo, Census-Grievance. A princípio proposto pelo oficial Tran Ngoc Chau, em um intento de promover uma contrainsurgência ética, com uso da força apenas em último caso e redução dos danos aos civis. O censo contemplaria questões voltadas a compreender se os cidadãos notavam algo de diferente nos vilarejos, se algo os perturbava, ou se o governo poderia auxiliá-los de alguma maneira. Seria uma forma de engajar essa população, que eventualmente poderia defender o governo como seu representante. Porém as informações obtidas foram usadas

para pressionar e causar temor naqueles que não corroboravam em interrogatórios, além de ter sido usada uma abordagem de manipulação, terror, coerção e assassinatos (MILLER, 2017).

Esses métodos também foram base para a Operação Phoenix, apoiada pela Agência Central de Inteligência estadunidense (CIA, na sigla em inglês) e pelo Comando de Assistência Militar (MACV, na sigla em inglês) no Vietnã. Essa operação consistiu na coordenação da inteligência estadunidense com a vietnamita, que, apesar de aliadas, possuíam dificuldades de compartilhamento de informações. Utilizava os métodos contrainsurgentes que já foram abordados anteriormente, como infiltração, interrogatórios, torturas e assassinatos. Tratava-se, portanto, do esforço de campanha conjunto da polícia nacional do Vietnã do Sul, a força de polícia nacional especial, e as forças armadas convencionais de ambos os países; além da Unidade Provincial de Reconhecimento (PRU, na sigla em inglês). Esta era relativamente independente dos governos estatais, era bem aparada em termos técnicos e de pessoal e era financiada pela CIA. Foi a unidade que ficou mais atrelada à operação, e cujas as estatísticas da CIA indicam a maior efetividade de captura de vietcongues – era estimado que foram 380 quadros para cada mil homens em 1970, mas esses números revelaram-se problemáticos dificultando o acesso ao que foi a real situação da operação (ROSENAU, 2009).

Quando as violações perpetradas contra civis se tornaram de conhecimento público nos EUA, o movimento ativista contra a guerra ganhou força e, após o fim da Guerra do Vietnã, congressistas abraçaram a causa dos direitos humanos como uma forma de reclamar a virtude americana (KEYS, 2020):

A desmoralizante derrota no Vietnã marcou o fim temporário das aventuras imperiais dos EUA apoiadas por uma intervenção militar em grande escala. Porque acabou em ignomínia, com a reputação dos Estados Unidos em farrapos no exterior, e com dúvidas paralisantes sobre a política externa dos EUA em casa, o fim da guerra deixou os americanos ansiando por se sentir mais uma vez que o país era uma força benevolente no mundo. A promoção internacional dos direitos humanos era um meio de recuperar a virtude dos EUA: era uma forma de terapia doméstica, curando o trauma psíquico da guerra, reposicionando o país ao lado da moralidade. O legado da Guerra do Vietnã explica não apenas o momento do fortalecimento dos direitos humanos, mas também seu conteúdo, pois a versão liberal dos direitos humanos que passou a definir as prioridades da política externa no final da década de 1970 fez dos prisioneiros políticos e da tortura suas causas centrais - abusos que se tornaram proeminentes em parte por causa de suas conexões com Vietnã do Sul (KEYS, 2020, p. 360).

A influência do novo posicionamento da política externa dos EUA na década de 1970, sobretudo no governo de Jimmy Carter (1977-1981), teria efeitos sobre a América Latina, visto

que a superpotência também havia respaldado governos ditatoriais que empregavam táticas truculentas para perseguir dissidentes políticos (PECEQUILO, 2011). O fato de as ações contrainsurgentes terem sido, em grande medida, encobertas, e o uso de métodos de controle a princípio não parecerem ilegais, como o caso do censo, fez que fosse possível evitar o enquadramento dentro dos termos jurídicos acordados internacionalmente¹⁴. Além disso, como afirmou Barbara Keys (2020), ambos os casos explanados nesta seção se referem a relações de poder constituídas em épocas que o Sistema Internacional (SI) ainda era regido por impérios. A manutenção desse vínculo foi buscada por modos espúrios de exploração e agressão, que não são prerrogativas nem do governo instituído, nem da ingerência externa (UNESCO, 2017).

Em termos estratégicos, nenhuma das potências obteve êxito em sua finalidade última nos casos aqui elencados: a Argélia logrou a independência, e o Vietnã desgastou as forças americanas até sua retirada. Esses períodos foram superados às custas de desaparecimentos, torturas e numerosas perdas humanas. Seus efeitos deletérios em termos de macropolítica tampouco foram menos custosos: impactaram a desconfiança entre os grupos sociais manipulados, afetando o respeito a instituições democráticas, incentivou uma cultura do medo e da ameaça e, de maneira indireta, pôde manter relações assimétricas no SI. Ou seja, há uma relação de continuidade entre a exploração escancarada do passado e a assimetria que reverbera no presente. A fim de compreender de que forma as relações de poder refletiram na OC, a próxima seção abordará a política externa dos EUA para a América Latina, buscando identificar os elementos que, posteriormente, amparariam a lógica que sustentou a operação.

2.2 A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA A AMÉRICA LATINA APÓS A CRISE DOS MÍSSEIS (1962)

O episódio que ficou conhecido como “Crise dos Mísseis”¹⁵, ou “Crise de Outubro”, ditou as diretrizes da política externa estadunidense para a América Latina. Até então, os EUA se

¹⁴ Vale lembrar que a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) havia sido aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Por seu conteúdo refletir normas consuetudinárias de índole cogente, pode ser tratada como vinculante pelos Estados – ainda que possua caráter normativo e não defina mecanismos de sua aplicação. Contudo, ainda há debate na literatura jurídica a respeito desse caráter vinculante, ou não, da DUDH. Ademais, outros pactos específicos de direitos humanos foram assinados durante a Guerra Fria, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), em 1966. O pacto que trata sobre tortura, foi acordado apenas em 1984 (LAFER, 2012; REZEK, 2014).

¹⁵ A Crise dos Mísseis cubanos ocorreu em 1962, quando se descobriu que a URSS de Nikita Krushev havia instalado mísseis na ilha do Caribe. Os EUA, ao tomarem conhecimento dessa situação, obrigaram sua retirada por

pautavam em uma política bastante tradicional, entendendo a região como uma esfera de influência inconteste. Os EUA sempre prezaram por garantir sua dominação na região, como fica claro na declaração da Doutrina Monroe, de 1823, que forneceu as bases ideológicas para a posterior guerra travada entre Estados Unidos e Espanha, em 1898, pelas ilhas caribenhas e pacíficas: Cuba, Porto Rico, Guam, Ilha Wake e Filipinas. Essas foram as primeiras incursões estadunidenses a uma lógica colonialista (CUMINGS, 2009). Já no século XX, entre 1947 e 1959, houve descaso com os aliados latinos e um maior foco estadunidense no Pacífico e na Europa. No que tange à contenção da URSS, os primeiros planos estratégicos para a América Latina partiram da hipótese de uma guerra total com a União Soviética. Por esse motivo, foi elaborada a doutrina de segurança hemisférica, presente na Junta Interamericana de Defesa (JID) – que fomentava a cooperação militar entre os países –, de 1942, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), estabelecido em 1947, e Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 1948 (ALMADA et al., 2018).

Esses recursos, que visavam o bloqueio bélico das Américas, foram substituídos por uma lógica de segurança nacional. Como será visto posteriormente, os dispositivos bélicos foram acionados pelos EUA quando da Crise dos Mísseis, e foram evidências de um acirramento da Guerra Fria em solo americano, que quase beirou a um conflito direto. Porém, passado o perigo iminente, adotou-se novamente uma estratégia voltada para a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Neste caso, cada país aliado aos EUA estaria incumbido de conter ameaças comunistas em seu território. Para tanto, foram usadas estratégias de guerras sujas, assim como a coordenação e articulação entre países vizinhos. Afinal, a premissa era de que esta possível ameaça, tipificada no inimigo interno, era a uma só vez nacional e internacional (ALMADA et al., 2018).

Em 1962, conforme a assistência técnico-militar por parte da URSS à Cuba foi aumentando, os governos do Caribe e da América Latina começaram a mobilizar, em diferentes instâncias, debates sobre o posicionamento estratégico de Cuba e os possíveis significados da maior presença soviética. Já havia alguma desconfiança quanto à instalação de mísseis balísticos soviéticos na ilha, que se evidenciava em razão do próprio posicionamento estadunidense; sobretudo, a solicitação de uma reunião informal dos chanceleres pelo Secretário de Estado, Dean

meio de ameaça de guerra. Naquele momento, as superpotências deixaram “o mundo à beira de uma guerra desnecessária” (HOBSBAWM, 2016, p. 227). Concomitantemente à retirada dos mísseis de Cuba, os EUA também retiraram os que se encontravam na Turquia, argumentando que já estavam obsoletos (HOBSBAWM, 2016).

Rusk, antes da XVII Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, o pedido, no âmbito da Comissão Consultiva de Segurança da OEA, de um “estudo sobre infiltração comunista e a influência de técnicos e militares do bloco oriental em Cuba e suas possíveis implicações com as campanhas de subversão em países americanos” (DOMINGOS, 2014, p. 92) também gerou inquietações. O projeto implicaria um monitoramento, por parte dos países da região, do trânsito de pessoas para fora do continente e para Cuba. Não passou despercebido para o embaixador brasileiro na OEA, Penna Marinho, que este seria um plano de policiamento que remontaria ao vigente durante a Segunda Guerra Mundial. O representante ainda acrescentou, de maneira enfática, que tal atitude significaria o tolhimento da liberdade de locomoção, e repudiou medidas repressivas e reacionárias a fim de conter o comunismo. O Brasil era um dos poucos países americanos que ainda possuía relações diplomáticas com Cuba, assim como Bolívia, Chile, México e Uruguai, e tal colocação do embaixador foi quase um prenúncio dos anos que se seguiram, em termos de monitoramento (DOMINGOS, 2014).

Os meses que antecederam a crise foram de tensão, a maioria dos países caribenhos – excetuando o Haiti – temiam a presença soviética em Cuba e eram favoráveis a medidas mais contundentes; o México defendia veementemente a autodeterminação dos povos e o direito cubano de estabelecer uma boa defesa; já o Brasil, sob a égide da Política Externa Independente (PEI), examinava a situação e buscava seguir as linhas mestras de sua política, mas sem se opor aos EUA. Conforme Afonso Arinos, em relato para o Itamaraty em 1962, existiam duas linhas de ação que interessavam mais à superpotência. A primeira se referia ao desejo de tornar Cuba um empreendimento custoso à URSS; e a segunda, demonstrar o signo da solidariedade hemisférica, ao congregar os países americanos à uma mesma causa, dentro da OEA (DOMINGOS, 2014). Essas intenções revelavam, por si só, o novo papel estratégico que a América Latina passou a adquirir no contexto da Guerra Fria.

O documento final emitido após a Reunião Informal dos Chanceleres, em Nova Iorque, também evidenciou o posicionamento mais agressivo estadunidense, ao qual aderiram vários países americanos. Apesar do seu caráter dúbio – afinal o documento buscou agregar ressalvas feitas pelo representante brasileiro no que tange o respeito à não ingerência –, havia um nítido tom mais defensivo, e mesmo agressivo, ressaltando o fortalecimento e a aplicação do TIAR (DOMINGOS, 2014). A questão cubana já havia se constituído como uma preocupação hemisférica ainda naquele ano, em janeiro, quando a representação colombiana na OEA

convocou a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em Punta del Este, no Uruguai, a partir dos artigos 6º e 11º do TIAR. De acordo com a página da OEA (2021):

Convocada a pedido da Colômbia, para considerar as ameaças à paz e à independência política dos Estados americanos, que pudessem surgir da intervenção de potências extracontinentais destinadas a romper a solidariedade americana. Convocação aprovada pelo Conselho Permanente, mediante resolução aprovada em sua sessão de 4 de dezembro de 1961.

Foi nesse encontro que ficou decidida a exclusão de Cuba do sistema interamericano. Antes da tomada da decisão, visualizou-se a formação de três correntes principais do posicionamento dos países envolvidos: “(a) o governo cubano, no fundamental contrário à sua eventual exclusão do sistema interamericano, (b) os países favoráveis à iniciativa colombiana, inclusive à exclusão do governo revolucionário do foro hemisférico, e (c) os países neutralistas, autonomistas e/ou céticos com relação ao argumento da segurança coletiva na questão cubana (Brasil e outros)” (AVILA, 2011, p. 58). Portanto, considerando a reunião de consulta e a reunião informal, observa-se não apenas o interesse estadunidense em adotar uma presença mais veemente quanto à sua influência no continente (HOBSBAWM, 2016), mas também um grande respaldo para que tal comportamento fosse adotado. Contudo, alguns países representavam uma resistência importante, em razão de sua projeção internacional, como o Brasil.

Nesse sentido, uma das estratégias encontradas pelo governo Kennedy foi a impulsão da Aliança para o Progresso (Alpro), “uma espécie de prolongamento da política de 'contenção' (*containment*) da América Latina, tendo como foco o desenvolvimento socioeconômico da região como forma de combater as raízes estruturais do comunismo e ideologias radicais, evitando a proliferação de novas Cubas” (LOUREIRO, 2020, p. 20). A aliança tinha como pilares tanto a implementação de reformas sociais, por meio de investimentos, quanto o treinamento militar em contrainsurgência (JOFFILY, 2018). Se por um lado a ajuda econômica para reformas resultou em um verdadeiro fracasso, pois não dava conta de solucionar problemas estruturais mais graves como a desigualdade social e a concentração de renda; por outro, foi um fator importante para desestabilizar governos democraticamente eleitos que se opunham às medidas ostensivas de contenção do comunismo. No Brasil, o pesquisador Felipe Loureiro (2021) identificou que a alocação da ajuda econômica estadunidense estava relacionada a determinantes políticos e direcionada a governadores opositores ao então governo presidencial de João Goulart (LOUREIRO, 2021). A Alpro foi breve e sem resultados significativos para seus objetivos

estabelecidos, e uma das razões para tanto foi a visão paternalista dos EUA sobre a região, o entendimento que só existiam como opções a revolução ou a reforma, desconsiderando todo o complexo quadro político e social (WIARDA, 1988 apud PECEQUILO, 2011).

Ainda assim, a aposta estratégica dos EUA se centrou no âmbito político-militar, pois o projeto da aliança fracassou e corroborou para a incredulidade de alguns *policy-makers* em reformas de curto prazo como forma de manutenção de influência. Desse modo, houve maior treinamento militar e policial em operações de contrainsurgência (JOFFILY, 2018). Além disso, a região retornou ao desinteresse para a administração de Nixon, de 1969, cujo Secretário de Estado era Kissinger. Este priorizava as relações dos EUA com as demais potências, e, por essa razão, o país apenas dava apenas algum suporte para os seus aliados do Terceiro Mundo, envolvendo-se caso algum evento possuísse implicações diretas para os interesses estadunidenses, como foi o caso do golpe contra o governo de Salvador Allende no Chile, por exemplo (PECEQUILO, 2011). Há uma citação de Kissinger feita pelo Ministro das Relações Exteriores do Chile na época, Gabriel Valdés, na qual o político estadunidense afirma que: “Nada de importante pode vir do Sul. A História nunca foi produzida no Sul. O eixo da história começa em Moscou, passa por Bonn, atravessa até Washington, e depois chega a Tóquio. O que acontece no Sul não é de nenhuma importância” (KISSINGER, 1969 apud SIGMUND, 1993, p. 38).

Uma vez instalado o golpe militar em solo brasileiro, e, posteriormente, em outros países latino-americanos, como o Chile, a política externa americana se encontrou em uma posição sensível e, não raramente, contraditória. Isso porque, como mencionado na seção anterior, a causa dos direitos humanos, sobretudo na década de 1970, havia se tornado um ponto importante na formulação da política externa e na articulação da Casa Branca com a população civil, insatisfeita com as atividades no Vietnã (KEYS, 2020). Concomitantemente, os aliados dos EUA no Cone Sul possuíam uma agenda anticomunista própria, e não estavam dispostos a sucumbi-la às oscilações norte-americanas (JOFFILY, 2018). Ademais, o conceito de “geopolítica”¹⁶ havia

¹⁶ O termo tem suas origens no século XIX, no qual sobressaiam alguns nomes de referência na área, sobretudo o sueco Rudolf Johan Kjellén, o germânico Friedrich Ratzel e o francês Paul Vidal de La Blanche. A contribuição desses autores culminou na concepção do Estado como um organismo evolutivo, carente de um espaço vital (*Der Lebensraum*); em outras palavras, o espaço tornou-se sinônimo de poder. Quanto à geopolítica moderna, o precursor foi o britânico Halford Mackinder, em “The Geographical Pivot of History” (1904) – ainda que o autor não usasse o termo. Em 1943, Mackinder reeditou seu artigo “The Round World and the Winning of the Peace”, que antecipava a política americana de contenção do expansionismo soviético. Seguindo essa mesma linha, Nicholas Spykman orientou as diretrizes da política externa estadunidense no pós II Guerra, com o conceito de *rimland*, indicando as prioridades de alianças estratégicas para o país (FERNANDES, 2003).

adquirido renovada importância no tabuleiro político do século XX (FERNANDES, 2003), e tampouco era coerente com a defesa dos direitos humanos, que Washington pretendia assumir.

Tal posicionamento ambíguo foi solucionado, até o governo de Jimmy Carter, do seguinte modo:

Se houve discordâncias entre agências governamentais ou no interior de cada uma delas, até a eleição de Jimmy Carter não foram consistentes o suficiente para alterar significativamente os rumos da política externa, mesmo com a atuação decidida de setores do Congresso contrários aos regimes autoritários. A aparente contradição entre um país orgulhoso de seus sólidos fundamentos democráticos e sua política externa de promoção e aliança com ditaduras militares de direita “resolveu-se” em duas operações. A primeira construiu um argumento apoiado na noção de que os países da região não estavam maduros para viver uma democracia. A segunda, em um contexto político altamente polarizado, consistiu em empurrar para a direita o leque de opções, transformando os militares autoritários pró-EUA em “moderados”, tática viabilizada pela ameaça de um risco maior, representado pelo setor nacionalista de ultradireita (JOFFILY, 2018, p. 77).

Assim, houve a coexistência entre as disputas nas agências governamentais e o apoio tácito às ditaduras latino-americanas. Foi durante os anos 1970 que a Operação Condor (OC), veiculada sobretudo pelo governo chileno de Pinochet, ganhou forma e foi aplicada. E, mesmo fazendo uso das formas mais agressivas de contrainsurgência, foi congratulada por representações norte-americanas importantes. De acordo com McSherry (2005), há evidências de que Henry Kissinger teria sinalizado seu apoio a Condor, em junho de 1976. Fato é que o secretário, ao se encontrar com Pinochet, afirmou:

Nos Estados Unidos, como você sabe, somos solidários com o que você está tentando fazer aqui. Acredito que o governo anterior estava caminhando para o comunismo. Desejamos o melhor ao seu governo. [...] Minha avaliação é que você é uma vítima de todos os grupos de esquerda ao redor do mundo, e que seu maior pecado foi derrubar um governo que estava se tornando comunista.[...] Nós não desejamos enfraquecer sua posição (KISSINGER, 1976 apud MCSHERRY, 2005, p. 85, tradução nossa).

Além disso, em termos de preparo e composição do aparato técnico no qual a operação se pautaria, o serviço secreto de inteligência norte-americano desempenhou um papel relevante. Tanto a Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) quanto as forças militares corroboraram para sistematizar e coordenar os serviços de inteligência, assim como garantiram o acesso de seus aliados à tecnologia de ponta, como os computadores utilizados na operação e o acesso ao sistema continental de comunicações sediado na Zona do Canal do Panamá (MCSHERRY, 2005). A aproximação da CIA com os governos autoritários do continente já era

observada desde a Operação Brother Sam¹⁷, em 1964. Isso ficou claro no ano de 1974, quando o governo norte-americano liberou para consulta alguns documentos relativos ao Brasil e esses foram analisados pela pesquisadora Phyllis R. Parker. Foi então que a autora, ao perscrutar os arquivos, identificou evidências que comprovaram as hipóteses da oposição de esquerda do período ditatorial brasileiro, de que havia existido, sim, participação deliberada de Washington no golpe. Ainda que o então embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, tenha negado o propósito de intervenção militar dessa força-tarefa, esta possuía capacidade nuclear (GREEN e JONES, 2009). Tal circunstância põe em xeque as intenções exclusivamente pacíficas alegadas pelo embaixador. Ademais, Gordon nunca escondeu seu apoio ao golpe, e, sobretudo, sua crença na “fé democrática” de Castelo Branco (GREEN e JONES, 2009, p. 85).

Do mesmo modo, nove anos mais tarde, em 1973, a CIA veio a contribuir para o golpe que derrubou a presidência de Salvador Allende, no Chile. Quando o médico socialista venceu as eleições de 1970, na presidência estadunidense estava Richard Nixon. Este era um “anticomunista visceral” (WINN, 2010, p.70) que possuía relações estreitas com uma figura importante do empresariado chileno, Agustín Edwards, dono do jornal conservador, *El Mercurio*, e vice-presidente da Pepsico. Assim, inquietado pelos alertas de seu amigo chileno e temeroso perante a possibilidade de mais um país vizinho aderir ao socialismo, Nixon deu aval para que fossem desenvolvidas estratégias para impedir a assunção de Allende naquele ano:

Em meados de setembro, a CIA estava organizando duas conspirações paralelas. O “Caminho 1” era um golpe constitucional com duas variações: em uma, os democratas-cristãos seriam convencidos a votar em Alessandri, que então renunciaria e apoiaria Eduardo Frei em uma nova eleição; na outra, o ainda presidente Frei dispensaria seu gabinete civil, formaria um gabinete militar, indicaria um presidente interino e deixaria o país sob controle militar [...]. O “Caminho 2” promovia um violento golpe militar e buscava identificar a ajuda dos oficiais dispostos e capazes de promovê-lo. Quando a CIA e o Departamento de Estado concordaram que para um golpe ser bem-sucedido teria de ser criado um caos econômico, as agências do governo dos Estados Unidos começaram a seguir as instruções de Nixon para “fazer a economia explodir” (WINN, 2010, p. 71).

O caminho tomado foi o segundo, no qual, desde os primórdios, instituiu-se uma ditadura extremamente violenta. Em termos de operações secretas, o golpe consistiu em uma operação importante, em que foram empregados os métodos mais avançados existentes até então – de

¹⁷ “A operação secreta norte-americana, batizada de Brother Sam, era um plano de contingência concebido em 1964 para responder ao agravamento da crise política no Brasil. A operação incluía uma força-tarefa naval e abastecimento de petróleo, gasolina, e derivados, além de armas e munição para os conspiradores” (GREEN e JONES, 2009, p. 81).

acordo com o então diretor da CIA, William Colby (CALLONI, 2016). O cuidado com o sistema de Informação ganhava especial destaque nesse cenário, por ser determinante para a ação contrainsurgente. A Operação Condor foi criada alguns anos após o golpe, seguindo a lógica das experiências antecessoras, Argélia e Vietnã, destacou-se pelo nível de coordenação que logrou obter entre os países da região – em grande medida proporcionado pela CIA –, bem como pela seletividade de vítimas. A CIA, de forma geral, manteve relações próximas com as forças repressivas locais, o que permitia a realização de ações como o grampeamento telefônico, a censura de correspondências, o intercâmbio de lista de pessoas que viajaram ao exterior e em que hotéis se hospedaram. Observa-se que essa ultravigilância dos movimentos de cidadãos se assemelha muito àquela repreendida por Penna Marinho, em 1962. O Chile, país que foi peça chave para compreender os avanços da operação, possuía, na década de 1970, o maior comando da CIA (CALLONI, 2016).

Jimmy Carter assumiu a presidência dos EUA em 20 de janeiro de 1977. A sua perspectiva para a política externa era de abandono da preferência pela geopolítica, e a retomada de uma visão mais idealista, valorizando a democracia, que entendia como mais compatível com os princípios da nação. Para ele, a “*détente* igualara os Estados Unidos aos demais países, fazendo com que perdessem sua identidade, e Carter tinha como objetivo recuperá-la” (PECEQUILO, 2011, p. 233). Assim, os direitos humanos se consolidam como parte da agenda estadunidense. Entretanto, mais uma vez, há uma dualidade entre esta e a de seus parceiros, preocupados com seu desenvolvimento e sua inserção na economia internacional. Essa incompatibilidade, como bem colocado por Pecequilo (2011), evidenciava a incompreensão e desconhecimento por parte dos EUA em relação a seus aliados no hemisfério. O que explica, de maneira geral, vários dos fracassos da política externa americana para a região na década de 1970 – como se observou também no caso da Alpro (PECEQUILO, 2011).

3 A OPERAÇÃO CONDOR E OS CONDICIONANTES POLÍTICOS NACIONAIS

A partir dos anos 1990, observou-se, internacionalmente, a defesa de princípios relacionados ao direito à verdade, justiça e reparação. Foi nesse contexto, em 1998, que o juiz espanhol, Baltasar Garzón Real, levou o ex-ditador chileno, Augusto Pinochet, à justiça por crimes cometidos sob o marco da Operação Condor (OC) (BOEL, CANAVAGGIO, QUINTANA, 2021). Passaram a ser mais valorizadas, portanto, a análise e a apuração de documentos que pudessem corroborar para a busca de reparações; nesse sentido, as Comissões Nacionais da Verdade (CNV) adquiriram relevante papel esclarecedor, além de proverem recomendações ao Estado a fim de que a história não se repetisse. Presentes em vários países que passaram por transição democrática, “elas se apresentaram como alternativa ao modelo disruptivo de tribunais judiciais” (HOLLANDA; ISRAEL, 2019, p. 3), ou seja, trataram das violações cometidas de modo que não fosse abalada a ordem instituída (HOLLANDA; ISRAEL, 2019). A partir do trabalho destas e da publicação e descoberta de documentos importantes – tais como os Arquivos do Terror, encontrados no Paraguai – politólogos e historiadores puderam se debruçar com maior cautela sobre os períodos de ditaduras militares na América Latina.

Ao passo que a CNV¹⁸ brasileira foi criada em maio de 2012 e encerrada em 2014 (BRASIL, 2021), a Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación de Chile¹⁹, mais conhecida como Informe Rettig, foi criada em 1990²⁰, imediatamente após o fim da ditadura chilena, e encerrada em 1991. A iniciativa de organizar e disponibilizar esse tipo de arquivo é compreendida como um passo importante para assegurar os direitos humanos, pois, como consta no relatório redigido por Louis Joinet – relator especial para a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CNUDH) de 1993 –, as vítimas de violações devem ter o direito de conhecer

¹⁸ “Quanto ao polo de distinções, além da decalagem temporal, o Brasil diverge de situações arquetípicas de comissões da verdade no mundo pela condição radicalmente plural da experiência do comissionismo. Diferentemente da organização sempre e apenas nacional das comissões da verdade no mundo, com eventuais sedes regionais vinculadas a escritórios centrais, o Brasil conheceu um fenômeno *sui generis* de proliferação de comissões da verdade em municípios, estados e instâncias extra-estatais” (HOLLANDA; ISRAEL, 2019, p.4).

¹⁹ O nome “Condor” apenas aparece no Informe Rettig, e, como os documentos que corroboraram com as investigações sobre a operação apenas foram descobertos ou desclassificados posteriormente, é brevemente abordada e tratada com um tom de incerteza, como se observa na seguinte passagem: “Tal grupo, aparentemente coordenado pela Diretoria de Inteligência Nacional (DINA), recebeu o nome Condor” (CHILE, 1991, p. 726).

²⁰ Outras comissões criadas para investigar as violações aos direitos humanos foram: Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación (1992), Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (2013), e Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos y Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura (2010) (MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS, 2021).

os fatos, e, em decorrência, de obter justiça e reparações (BOEL; CANAVAGGIO; QUINTANA, 2021). Essa lógica, por sua vez, vai de encontro às leis de anistia, editadas em vários países da América Latina, nos anos 1980. Por essa razão, o esforço de recuperar tais arquivos se fez valoroso para dimensionar o que foi a OC (BOEL; CANAVAGGIO; QUINTANA, 2021).

Cumpriu-se, aqui neste capítulo, salientar os fatos apreendidos pela equipe de expertos responsáveis pela sistematização e análise desses documentos, além de suas interpretações sobre a conduta do Estado e da sociedade durante os períodos de exceção. A revisão bibliográfica desses autores possibilitou a identificação dos elementos principais aos quais a seguinte seção se propôs: atores alvos e métodos. Posteriormente, as seções 3.2 e 3.3 irão apresentar um breve panorama do cenário político-ideológico dos casos em tela, Brasil e Chile, no recorte temporal de 1970 a 1975. Esse período foi selecionado pois engloba momentos de afastamento e aproximação entre os dois países, no que tange a visão política dos governos no poder, e se encerra com a institucionalização da OC, em 1975.

3.1 A CONSOLIDAÇÃO DA OPERAÇÃO CONDOR: ATORES, ALVOS E MÉTODOS

A Operação Condor (OC), como introduzida anteriormente, foi fruto de uma aliança entre países do Cone Sul – a saber, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil²¹ –, e se configurava em uma rede encoberta encarregada pelo monitoramento e repressão, não raramente extermínio, de grupos considerados subversivos pelos governos ditatoriais latino-americanos. Há indícios consistentes de que a primeira reunião designada a alinhar as estratégias e objetivos da operação teria sido realizada entre vinte e cinco de novembro e primeiro de dezembro de 1975, em Santiago do Chile. Uma das evidências foi uma carta, convite para uma reunião de trabalho secreta²², assinada por Manuel Contreras, coronel do exército chileno e diretor da Diretoria de Inteligência Nacional (DINA), ao general Benito Guanes Serrano, chefe da inteligência militar paraguaia, e ao diretor da polícia paraguaia, general Francisco Brites (ALMADA et al., 2018).

²¹ Posteriormente, Equador e Peru também aderiram, porém participaram de maneira mais esporádica (ALMADA et al., 2018).

²² “Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional” (BRASIL, 2014).

Observa-se, assim, desde o início, a relevância da diligência chilena para conformar diferentes lideranças e autoridades em prol de um mesmo objetivo. O documento assinado²³ nessa reunião foi encontrado entre os Arquivos do Terror do Paraguai, descobertos em 1992, na cidade de Lambaré. No ano anterior ao encontro, em 1974, o ditador chileno Augusto Pinochet visitou o também ditador paraguaio, Alfredo Stroessner, visando uma aproximação com os governos vizinhos, após ter consolidado o golpe (CALLONI, 2016).

Imagem 3 - Pinochet (à direita) e Stroessner, 1974.



Fonte: El País, 2020.

Ao final da visita, Stroessner lhe concedeu uma medalha de ouro, em referência a Solano López, e afirmou que seria Pinochet o líder que protegeria a região da doutrina antinacional e anticristã comunista (CALLONI, 2016). Com essas palavras, vislumbra-se a ideologia que orientaria a ação da operação, que foi sumarizada pela pesquisadora J. Patrice McSherry (2005) como a defesa do Ocidente e da civilização cristã.

Ainda segundo a autora McSherry (2005), a operação incorporou a ideia de defesa hemisférica, definida por fronteiras ideológicas. Almada et al. (2018) complementa que este se tornou um dogma central da DSN, e, uma vez que o inimigo era, a uma só vez, nacional e internacional, as fronteiras políticas tornaram-se obsoletas. Seguindo essa linha, Joseph Comblin afirmou, em 1978, que dificilmente poder-se-ia identificar o que a doutrina queria proteger de fato, quais bens exatamente deveriam ser mantidos em segurança; porém, era funcional a partir do momento que o inimigo havia sido identificado – no caso, o comunismo. Ou seja,

²³ Os representantes brasileiros presentes, na qualidade de observadores, eram veteranos das operações de guerrilha no Araguaia e membros do Centro de Informações do Exército (CIE). Acompanharam ativamente todas as reuniões, embora o documento tenha sido assinado pelo Brasil apenas em 1976 (CALLONI, 2016; BRASIL, 2014). O CIE era o órgão que detinha competência quanto a operações contrainsurgentes (BRASIL, 2014).

retoricamente, o argumento era a defesa da sobrevivência de uma nação, e, por esse motivo, todo o seu povo deveria ser mobilizado nesse enfrentamento; a ideia de sobrevivência passa a ser, assim, tão vaga quanto a de segurança. A flexibilidade destes conceitos foi o que tornou possível a presença do Estado, de maneira ostensiva, em diversos âmbitos da sociedade. Nesse sentido, a guerra passou a governar a política. Na perspectiva de Comblin, a ideia de onipresença da ameaça comunista era indissociável da onipresença da DSN, e não poderia ser compreendida se alienada da guerra fria, da guerra generalizada e da guerra revolucionária (COMBLIN, 1978).

Efetivamente, porém, não existia uma ação coordenada de grupos opositores, considerados como de “subversão marxista”. Portanto, o discurso era amplificado²⁴ a fim de justificar, perante a sociedade civil, as ações repressivas que vieram a se configurar como terrorismo de Estado (ALMADA et al., 2018). Logo, eram enquadradas como subversivas todas as ideias que colocassem em risco a ordem nacional, fossem elas defendidas pacificamente, ou por grupos armados (MCSHERRY, 2005). Desse modo, o sentimento de pertencimento do cidadão, nesses regimes, estava atrelado à ideia de uma comunidade nacional, ensejando a despolitização dos indivíduos. Concomitantemente, legitimava um papel mais expansivo e politizado para as Forças Armadas (FERNANDES, 2009; MCSHERRY, 2005).

Apesar de a operação, como uma verdadeira rede estabelecida entre os países do Cone Sul, apenas ter se concretizado em novembro de 1975, alguns casos que a precederam, ao longo de 1974 e 1975, deram o norte para a sua atuação. Entre esses, estão: o assassinato de Carlos Prats, em Buenos Aires, do general René Schneider, do coronel uruguaio Ramón Tralbal, em Paris, e o atentado contra a vida de Bernardo Leighton, em Roma. Os países em questão – Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Brasil – e seus apoiadores também já contavam com estruturas policiais repressivas, assim como o apoio de grupos terroristas engajados com a luta anticomunista. A título de ilustração, é possível mencionar a Triple A argentina, os Esquadrões da Morte brasileiros, a Organização do Exército Secreto da França (OAS, na sigla em francês), o Pátria e Liberdade chileno, a Coordenação das Organizações Revolucionárias Unidas (CORU) de exilados cubanos, entre outros (ALMADA et al., 2018; CALLONI, 2016; MCSHERRY, 2005). Quanto às instituições securitárias, existia o Serviço Nacional de Informações (SNI) brasileiro, a

²⁴ A estratégia de exagerar, retoricamente, a ameaça comunista para obter apoio popular não era novidade. Já havia sido bem empregada pela Doutrina Truman e pelo macartismo, nos Estados Unidos da década de 1950. Com esse discurso, Truman obteve apoio do Congresso, afastou-se da política externa tradicionalmente isolacionista, assim como pôde elevar impostos e gastos militares (ALMADA et al., 2018).

DINA chilena, o Servicio de Informaciones de Defensa (SID) uruguaio, e os grupos de tarefas (GTs) argentinos (MCSHERRY, 2005). Sendo assim, Fernandes (2009, p. 13) aponta que a operação serviu para “redimensionar as relações que já existiam entre os regimes de Segurança Nacional”.

O preparo desses núcleos de inteligência foi semelhante em todos os casos mencionados, e contava com amparo estadunidense. Os EUA buscaram fortalecer uma densa rede de integração militar, composta por algumas instituições principais; entre elas, a Escola das Américas, a Junta Interamericana de Defesa (JID) e a Conferência de Exércitos Americanos. Particularmente, a Escola das Américas promovia o treinamento de métodos de ação contrainsurgente (MCSHERRY, 2005). Foram nessas instâncias que se definiu a guerra revolucionária como a nova estratégia de Moscou para conquistar novas zonas de influências. Não havia distinção quanto às formas que essa guerra poderia se manifestar, fossem guerrilhas, guerras de libertação nacional, terrorismo, todas se configurariam em etapas de um propósito maior comunista; portanto, a doutrina incorporava a contenção radical de quaisquer movimentos contestatórios dos governos ditatoriais na América Latina. Em decorrência disso, a história das sociedades dos países envolvidos foi completamente apagada, não interessava mais as peculiaridades dos movimentos de cada local, dado que todos os conflitos passaram a ser compreendidos dentro da lógica da bipolaridade (COMBLIN, 1978).

Isso não significa que os atores latino-americanos não tiveram agência para o emprego da doutrina no continente. Pelo contrário, o próprio SNI brasileiro foi também bastante relevante para a propagação do corpo doutrinário da DSN pela região. Conforme McSherry (2005, p. 70, tradução nossa):

A junta militar brasileira que tomou o poder em 1964 [...] criou um aparato secreto de inteligência, auxiliado pela CIA, denominado Serviço Nacional de Informações (SNI). Este poderoso órgão de inteligência, e seus grupos paramilitares associados, eram excepcionais na região porque se tornaram semi-autônomos e, ocasionalmente, agiam para inviabilizar o programa político do próprio governo militar, por meio de atos de terror.

Somado a isso, Fernandes (2009) apresenta também a reinterpretação dada pela Escola Superior de Guerra (ESG) à DSN, e como foi integrada ao entendimento de seus vizinhos – sobretudo a ênfase na geopolítica, na guerra revolucionária, e no desenvolvimento econômico nacional. Uma das bases para essa reinterpretação foi o livro “Geopolítica do Brasil”, redigido pelo general Golbery do Couto e Silva, em 1958, que sustentava a singularidade do Brasil, dada a

sua posição geográfica e a importância de sua projeção continental, inserida no ideal do “Brasil Potência”. As tendências expansionistas significavam que, quanto mais distante o inimigo, melhor; quando assimiladas à DSN, são traduzidas na necessidade de neutralizar, ideologicamente, os países vizinhos. Por essa razão, a política externa para a segurança estava atrelada à geopolítica e à preocupação com o inimigo interno, conformado nas fronteiras ideológicas latino-americanas (FERNANDES, 2009). Além disso, Golbery também defendeu a necessidade de uma guerra total, pela sobrevivência do Ocidente frente ao comunismo, trazendo traços messiânicos para o papel das políticas de defesa brasileiras no contexto da Guerra Fria. Proposta esta bastante compatível com a que Pinochet defendeu após a tomada do poder, pois afirmava que o Chile havia enfrentado a ameaça do marxismo-leninismo, e fazia-se necessária a vitória total do Ocidente (COMBLIN, 1978).

Quando a operação foi instituída de fato, ficou acordado que a DINA seria sua sede. Não havia, porém, uma centralização de comandos, os agentes obedeciam a seus superiores imediatos, não importando se havia o aval da sede. Como assinalado anteriormente, a operação contava com amplo apoio de outros grupos independentes dos governos nacionais. O mesmo era válido para membros da sociedade civil e empresas, afinal havia apoio de companhias aéreas, médicos, funcionários de cemitérios e Institutos Médicos Legais (QUADRAT, 2002). Em uma investigação realizada pelo jornalista argentino, Martín Sivak, no ano de 1997, o autor obteve a informação – de um funcionário empregado no Ministério do Interior da Bolívia – de que, além do agregado militar, a operação contava com a participação de alguns diplomatas e grande parte da comunicação era realizada por telex. Embora tenha existido tal descentralização no que tange aos agentes, a atuação da OC era sistemática. A compreensão sobre esse sistema pôde ser melhor apurada devido ao informe de 1976, do então agente especial do Federal Bureau of Investigation (FBI), Robert Scherrer, no qual relata três etapas principais: (i) localização, (ii) vigilância, e (iii) execução (CALLONI, 2016).

Para que esse *modus operandi* pudesse funcionar, Condor deveria passar por três processos – ou fases – distintos que fortalecesse e ampliasse o raio da sua rede. O primeiro, responsável por impulsionar todas as atividades que se seguiram, foi a criação de um banco de dados sobre organizações e pessoas que participavam politicamente. Esse banco possuía códigos próprios, de forma que as mensagens não pudessem ser decodificadas se interceptadas. Segundo o relatório da CNV, a tecnologia empregada era garantida pela CIA, pois o avanço das

telecomunicações ainda era bastante limitado nessa região, durante a década de 1970; ademais, “a informatização de dados criptográficos na área de segurança só poderia ser feita com know-how externo”²⁵ (BRASIL, 2014, p. 222). O segundo se referia às ações encobertas, às ações conjuntas e transfronteiriças – detenções, sequestros, interrogatórios. Nesse sentido, duas estratégias foram utilizadas: a criação de centros clandestinos de detenção – um emblemático foi a Oficina Automotiva Orletti, em Buenos Aires – e a apreensão noturna de dissidentes, para evitar que chamassem a atenção. Por fim, o objetivo último e mais ambicioso da operação era que esta tivesse capacidade para atuar em qualquer parte do mundo. Assim, foram criadas equipes especiais dos países membros capazes de viajar para localizar dissidentes latino-americanos e executá-los, independentemente de onde estivessem (CALLONI, 2016; QUADRAT, 2002).

O caso do assassinato de Orlando Letelier, em Washington, exemplifica bem como houve a expansão da rede, na terceira fase, que passou a operar para além das fronteiras da América Latina. Foi também esse caso que tornou mais evidente a existência de uma guerra suja sendo levada a cabo na região, o que pressionou os EUA e seus aliados a apresentarem responsabilidade frente aos direitos humanos, ensejando a atuação mais incisiva do então presidente Jimmy Carter. Letelier foi um grande aliado de Salvador Allende: em seu governo foi chanceler, ministro do interior, e, no momento do golpe, ministro de defesa. Ainda que tenha sido direcionado a um centro de detenção, quando do golpe, meses depois foi libertado, graças a uma pressão internacional, o que o levou a seu exílio em Washington D.C. (ALMADA et al., 2018). No dia 21 de setembro de 1976, Letelier balizava seu carro, acompanhado pela sua secretária Ronny Moffit e o esposo dela, Michael. Uma bomba, que havia sido instalada debaixo do chevrolet, foi acionada pelo contrarrevolucionário cubano José Dionisio Suarez, deixando mortos Letelier e Ronny. O então diretor da CIA, George Bush, havia alegado, na época, que o caso havia sido resultado de um embate entre grupos de esquerda. Contudo, investigações comprovaram o envolvimento do militar chileno, Armando Fernández Lario, e dos agentes da DINA, Michael Townley e Liliana Walker ²⁶ (ALMADA et al, 2018).

²⁵ A sede do Sistema Condortel estava localizada na área militar da Zona do Canal do Panamá, controlada pelos EUA (BRASIL, 2014).

²⁶ Townley tinha ficado responsável por instalar a bomba na noite anterior e viajou imediatamente à Miami para apagar seus rastros; ademais, o agente conseguiu ingressar nos EUA com passaportes falsos que obtiveram visto da embaixada estadunidense em Assunção, no Paraguai (ALMADA et al., 2018).

Michael Townley também esteve envolvido em outros assassinatos, como na chamada “Operação Andrea”, que custou a vida do hispano-chileno Carmelo Soria, funcionário das Nações Unidas e integrante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Na casa de Townley, Soria foi torturado e não resistiu. Ali foi também instalado, sob ordem de Pinochet, um laboratório para fabricar gás neurotóxico. Através de vários experimentos, inclusive em animais, produziu-se o gás Sarin, elemento-chave em muitos dos assassinatos posteriormente perpetrados, uma vez que induzia ataques cardíacos e não deixava vestígios do crime. Quem o desenvolveu foi o engenheiro químico Eugenio Berríos²⁷, e o líquido era comumente colocado em frascos do perfume Chanel nº 5, para evitar suspeitas em viagens internacionais (CALLONI, 2016).

No trabalho investigativo da jornalista Stella Calloni (2016), uma testemunha – que quis se manter em anonimato – havia levantado a possibilidade do ex-presidente brasileiro, João Goulart, ter sido morto, em 1976, por um desses frascos. Pouco se sabe sobre a morte de Goulart, sobretudo em razão da não realização de autópsia²⁸, e os estudos a esse respeito foram inconclusivos, o que levou a várias discordâncias entre os estudiosos. O historiador Moniz Bandeira, por exemplo, rechaça as hipóteses de assassinato e entende que a causa da morte teria sido um infarto (FRANCO, 2010). O falecimento do também ex-presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek (JK), esteve envolto por mistérios similares. Em agosto do mesmo ano, JK sofreu uma batida de carro e não resistiu. O caráter acidental ou proposital do evento é questionado desde então. Em 2001, após a abertura de uma comissão investigativa, a Câmara dos Deputados concluiu que teria se tratado de um mero acidente de carro, veredicto contestado pela Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, de São Paulo, e aceito pela CNV. Embora existam tantas polêmicas quanto às causas das mortes dos ex-presidentes, McSherry (2005) indica em sua obra que, independentemente de terem sido concretizadas pela operação, esses eram, sim, alvos de Condor. Uma carta trocada entre o então presidente brasileiro, João Figueiredo, e o diretor da

²⁷ O engenheiro também foi assassinado pelo mesmo sistema para o qual contribuiu. Em 1990, a Operação Controle de Baixas (tradução nossa), a cargo de Arturo Silva Valdés, visava a fuga de militares chilenos em risco de serem julgados pelos delitos cometidos. Essa operação atuava em conjunto com o grupo “*La Cofradía*”, formada por militares e agentes de inteligência e que conseguiu auxiliar a fuga do químico Eugenio Berríos. Apesar de ter fugido de processos judiciais, Berríos ficou completamente nas mãos de Valdés e seus aliados. Compreendendo sua condição de cárcere privado, tentou fugir, mas sua tentativa foi frustrada, pois foi recapturado. Após meses desaparecido, seus restos mortais foram identificados perto de Montevidéu e os legistas identificaram orifícios de 9mm correspondentes a projeteis e sinais de tortura. Ao final, seus supostos defensores tornaram-se seus algozes (ALMADA et al., 2018).

²⁸ Os governos de Jorge Videla e Ernesto Geisel não a teriam permitido (CALLONI, 2016).

DINA, Contreras, em agosto de 1975, apresenta o temor de ambos quanto à ascensão dos democratas nos EUA e seu possível apoio a figuras como JK e Letelier, e propunha a coordenação entre Chile e Brasil para a contenção de opositores políticos e religiosos. No ano seguinte, ambos mencionados na carta estavam mortos (MCSHERRY, 2005).

Se comparada com as experiências que a precederam, no Vietnã e na Argélia, observa-se, a partir dos exemplos mencionados, o grau de seletividade da Operação Condor, pois visava, sobretudo, lideranças políticas e intelectuais. Evidentemente, Condor atuava em um contexto diferente, pois não se falava abertamente em guerra, embora houvesse o entendimento de uma estratégia de guerra contrainsurgente. Assim, outro traço que a torna singular é o quão encoberta foi, pois as fronteiras ideológicas delineadas não poderiam ser fisicamente vistas, diferente das três zonas da operação *quadrillage* na Argélia, por exemplo, ou as agrovilas no Vietnã (MILLER, 2018; TACHIKAWA, 2017). Porém, como foi reforçado no capítulo anterior, os manuais desenvolvidos a partir dessas experiências foram aplicados na operação, especialmente no que tange às práticas de terror. A perspectiva de controle sobre a sociedade, por meio da guerra psicológica, é outro aspecto em comum. Além das campanhas e censuras, as histórias de sequestros e assassinatos eram manipuladas para corroborar com o argumento da ameaça comunista, como no exemplo do assassinato de Letelier. O mesmo ocorreu quando 119 corpos mutilados de esquerdistas chilenos foram encontrados em 1975, sobretudo na Argentina; alegou-se que a responsabilidade era do Movimento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), porém se tratavam de vítimas de Condor. Como parte da guerra psicológica, a DINA implantou identificações falsas nas vítimas a fim de obscurecer e confundir a história que se tornou pública (MCSHERRY, 2017). Conquanto encobertas, as atividades da operação também logravam o mesmo efeito que Humphrey (2000) havia apontado para as torturas e demais táticas contrainsurgentes na Argélia, ou seja, a violência passou a ser socialmente constitutiva.

A questão da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) também aparece como um fator determinante e motivador de todas as atividades da operação, uma vez que é impossível pensar nessa rede sem considerar o papel que foi incumbido aos países da América Latina pela política externa estadunidense à época, e sintetizado pelas escolas militares da região. Como foi apontado no capítulo anterior, para a estratégia dos EUA, os países do continente americano deveriam se responsabilizar pela contenção comunista, enquanto a prioridade da superpotência era lidar com a dissuasão nuclear (ALMADA et al., 2018; PECEQUILO, 2011). Ao mesmo tempo, era inegável

que os países do Cone Sul possuíam uma agenda anticomunista própria, o que ficou ainda mais nítido com a oposição do governo de Jimmy Carter, em sua defesa pelos direitos humanos (JOFFILY, 2018). Nenhuma dessas perspectivas estavam desconectadas da geopolítica, afinal as aspirações para um “Brasil Potência” já eram conhecidas como uma das metas das políticas para a projeção internacional do Brasil (FERNANDES, 2009), assim como o intento de Pinochet em conquistar a liderança na defesa da sociedade ocidental e cristã da região (CALLONI, 2016), e o desejo dos EUA em conservar sua área de influência sem que houvesse grandes dispêndios (ALMADA et al., 2018; PECEQUILO, 2011).

Deste modo, a CNV (BRASIL, 2014, p. 222) elencou algumas características gerais atribuídas à operação:

A Operação Condor teve características definidas: operação de natureza multinacional; ação transfronteiriça dirigida a pessoas exiladas no estrangeiro; estrutura paraestatal de funcionamento; seleção precisa de dissidentes; utilização de grupos extremistas, como “sindicatos do crime” e “esquadrões da morte”; e uso de tecnologia avançada para acesso a um banco de dados comum. Multinacional, porque suas unidades incluíam efetivos especialmente treinados em dois ou mais países e organizados em esquadrões baseados nas forças especiais do Exército dos Estados Unidos, US Army Special Operation Forces (SOF), que têm como missão treinar e conduzir quadros de combate não convencional ou de guerrilhas clandestinas. Transfronteiriça, porque utilizava os aparatos de Inteligência dos países parceiros ou as redes paramilitares dos países-membros nas ações de vigilância, seleção de objetivos, sequestro, tortura e traslado de exilados. Paraestatal, porque atuava em um Estado paralelo, à margem da lei, clandestinamente, sempre de forma coordenada. Precisa e seletiva, porque mirava alvos certos entre os líderes de organizações de esquerda e também outros dirigentes, reais ou potenciais, da resistência da sociedade civil às ditaduras militares do Cone Sul. Extremista, porque empregava unidades *hunter-killer* de civis e paramilitares, reunidas em “esquadrões da morte” clandestinos, para cometer execuções e atentados, especialmente na Fase 3.

Como mencionado anteriormente, o Brasil não ingressou na operação de imediato, em sua primeira reunião. Contudo, a colaboração com órgãos de inteligência estrangeiros já era uma ação presente durante os anos de ditadura brasileira, que, em 1975, já completava onze anos. Além disso, a experiência repressiva do país era vista como modelo pelos demais parceiros. O relatório final da comissão ratifica esses pontos ao apresentar os antecedentes brasileiros à Condor, como a atuação do delegado Sérgio Fleury no Uruguai e no Chile, os sequestros de Jefferson Osório e Edmur Camargo em Buenos Aires, e a presença brasileira no Estádio Nacional do Chile – transformado em centro de detenção à época do golpe contra o governo Allende –, onde 108 brasileiros teriam sido presos. Neste caso, o depoimento de Osni Geraldo Gomes, interrogado e torturado no estádio, consta a admiração dos oficiais chilenos em relação aos brasileiros, enquanto observavam o emprego do pau de arara e choques elétricos (BRASIL,

2014). Considerando esses fatores que dialogam com o capítulo anterior, bem como a conformação prática de OC, a fim de responder a pergunta que orienta esta monografia, faz-se necessária a compreensão dos cenários políticos-ideológicos do Brasil e Chile. Deste modo, buscar-se-á apreender quais aspectos ideológicos foram significativos para a adesão a esta operação, por esses países.

3.2 O CENÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO BRASILEIRO (1970-1975)

Os cinco anos que configuram o recorte temporal para a análise do cenário político brasileiro foram, sob a perspectiva do jornalista Elio Gaspari (2015), de ditadura escancarada, marcados pela promulgação do AI-5²⁹, ao final de 1968, até o conflito entre o Estado e os guerrilheiros do Araguaia, em 1974. O acirramento da repressão nos âmbitos clandestinos, em que o Estado se fazia presente, abalou profundamente a sociedade; afinal, como coloca Gaspari (2015, p. 27): “Mesmo clandestina, a tortura não pode viver enclausurada. Ainda que os torturadores respeitem a hierarquia, sem roubar nem extorquir, o fenômeno transborda naturalmente para outras áreas da atividade pública”. Como o autor coloca, era natural que uma atividade dessa ordem necessitasse do amparo de outros setores da sociedade para seguir atuando; concomitantemente, essa lógica não apenas era resultado da logística do terror, como um fim em si. Ao buscar apoio, era imprescindível a exacerbação da ameaça, justificando a própria excepcionalidade das medidas em resposta (GASPARI, 2015). No processo, é difundida a ideologia que orienta o governo, nesse caso, de viés contrainsurgente. Essa estratégia já havia sido empregada anteriormente, e, como foi mencionado no capítulo anterior, era uma preocupação presente nos manuais elaborados por Trinquier e Galula – afinal, o cuidado com a opinião pública era parte da guerra psicológica (VALEYRE; GUERIN, 2009). Do mesmo modo, Branche (2007), ao se referir ao caso argelino, acrescentou que a tortura era uma forma de obter informações, ao mesmo tempo que era uma maneira de veicular uma mensagem.

²⁹ “[O] AI-5 autorizou o presidente da República, independente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o confisco de “bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente” e a suspender a garantia de *habeas-corpus*. Ainda no dia 13 de dezembro, o AC-38 decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Logo após a edição do AI-5, foram presos diversos jornalistas e políticos que haviam manifestado sua oposição ao governo dentro ou fora do Congresso. Entre eles incluíram-se o ex-presidente Juscelino Kubitschek, e ex-governador Carlos Lacerda e vários deputados federais e estaduais dos partidos políticos da Arena ou do MDB (CALICCHIO, 2021, online)”.

Se no Chile o alvorecer dos anos 1970 era marcado pela crença em uma democracia tradicional e estável, no Brasil, a ditadura já era uma realidade concreta que se abatia com maior rigor sobre os resquícios da malfadada democracia. Nesse sentido, o país já adquirira alguma experiência com a operatividade de centros de inteligência e coordenação de departamentos militares e policiais. Ainda em 1969, existia uma operação, denominada Bandeirante (OBAN), que nada mais era que um “corpo de polícia política dentro do Exército” (GASPARI, 2015, p. 69). Esse sistema se assemelhava, quanto à sua autonomia, a um dispositivo criado pelo general francês, Jacques Massu, na Guerra da Argélia (GASPARI, 2015). Posteriormente, foi compartilhado, por meio da Operação Condor (OC). Desse modo, observa-se que o Brasil daquele período, dentro da lógica de uma guerra contrainsurgente encoberta, estava em estágios avançados. Não foi inusitada, portanto, a presença de militares brasileiros nas primeiras atividades de repressão chilena, como relatou Osni Gomes para a CNV, em 2013, sobre o emprego de pau de arara e choques elétricos no Estádio Nacional do Chile (BRASIL, 2014). Porém, as primeiras incursões do Brasil em atividades da OC podem ser caracterizadas como tímidas, afinal os representantes do país na primeira reunião eram observadores, e o documento final apenas foi assinado pelo país um ano mais tarde (CALLONI, 2016; BRASIL, 2014).

Apesar disso, a atuação brasileira na operação não foi menos significativa, colaborando com o sistema de comunicações, Condortel, por meio de amparo técnico, e dando aval para a incursão de militares estrangeiros a fim de perseguir dissidentes políticos de outros países da região dentro das fronteiras nacionais. Em relação às linhas mestras da política externa brasileira (PEB) do período, não é possível afirmar que a operação atendesse diretamente aos objetivos dos governos Costa e Silva, Médici ou Geisel para a política internacional. Contudo, foi eco da diplomacia implementada ainda durante o governo Castello Branco, caracterizada como uma diplomacia de segurança nacional, orientada pelas fronteiras ideológicas, conceito articulado por Golbery do Couto e Silva dentro da Escola Superior de Guerra (ESG) (FERNANDES, 2009). Após esse período, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) reavaliou essa diplomacia de segurança nacional, muito vinculada a um alinhamento rígido aos EUA, e retomou princípios da PEI. Essa revisão estava tanto associada à *détente*, quanto ao fracasso da Aliança para o Progresso (Alpro), e revela a busca do país, naquele momento, por obter maior autonomia no cenário internacional. Esta posição do MRE reforça a colocação de Joffily (2018) de que os países do Cone Sul possuíam uma agenda anticomunista própria, ou seja, havia o interesse de se

aproveitar dos benefícios da esfera de influência ocidental norte-americana; porém, mesmo quando esse alinhamento não estava sendo vantajoso, existiam outros fatores influentes e outras instâncias nacionais que poderiam se beneficiar da repressão.

As explicações para tanto podem ser identificadas na história do Brasil, assim como na própria internalização da ideologia da bipolaridade na dinâmica da política nacional. No livro “Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano”, Rodeghero (2007) aponta a persistência do imaginário anticomunista ao longo da história, e como este mediou as relações do Exército com outros grupos políticos, ao criar uma identidade em comum. Ademais, a autora explica:

O anticomunismo é entendido como uma postura de oposição sistemática ao comunismo que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. A historiografia tem mostrado que uma de suas facetas é o imaginário. O anticomunismo é uma construção imaginária na medida em que se constitui numa representação globalizante da situação vivida; em que define uma identidade distinguindo um “nós” – os não-comunistas – em relação aos “outros” – os comunistas; em que dirige a eleição de certos problemas e de soluções possíveis; em que se estrutura a partir de imagens, às quais podem ser dados diferentes significados; em que opera no campo das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade; em que se constitui numa realidade ao mesmo tempo distinta e interdependente da realidade palpável (RODEGHERO, 2007, p. 21).

Ou seja, o Sistema Internacional (SI) bipolar foi um constrangimento importante para entender o posicionamento brasileiro de alinhamento aos EUA, porém não explica, por si só, algumas das escolhas do país que impactavam sua projeção no cenário internacional. Além de a adesão à OC não ter sido interessante para política externa, considerando suas linhas mestras, a própria orientação da Política Externa (PEX) estadunidense não era plenamente favorável a isso – embora houvesse o apoio tácito de algumas figuras importantes, como Kissinger (MCSHERRY, 2005). O debate quanto aos direitos humanos ganhava espaço considerável na política estadunidense pós Guerra do Vietnã. Até o governo de Jimmy Carter (1977-1981), ainda vigorava o argumento de que o apoio às ditaduras latino-americanas seria um mal menor e que seus chefes de Estado eram moderados. Após a assunção de Carter, tampouco esse discurso se manteve (JOFFILY, 2018). Por essa razão, verifica-se que o imaginário anticomunista e a defesa dos valores ocidentais compunham uma ideologia que já havia permeado camadas sociais importantes do Brasil, e sobre ela que se amparavam as principais lideranças que haviam assumido o poder em 1964. Em outras palavras, a perseguição de dissidentes políticos pelo

Estado brasileiro era instrumento da política de defesa preconizada pelos EUA para a defesa das Américas (ALMADA et al., 2018; PECEQUILO, 2011), e havia se configurado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN); ao mesmo tempo, a doutrina havia sido internalizada pelo país e cumpria função importante na manutenção da estrutura e das alianças de poder nacional (RODEGHERO, 2007).

Em outubro de 1969, Emílio Garrastazu Médici, que havia sucedido Golbery do Couto e Silva na chefia do Sistema Nacional de Informações (SNI), assumiu o mandato presidencial anunciando que: “Quem semear a violência colherá fatalmente a violência” (MÉDICI, 1969 apud GASPARI, 2015, p. 126). Com essas palavras, encerrava-se aquilo que Gaspari (2015, p. 125) chamou de “a mais longa crise da anarquia militar da história do país”. Devido à isquemia cerebral do presidente anterior, Costa e Silva, e a sua improvável recuperação em médio prazo, a disputa pelo cargo da presidência acirrou os ânimos nas Forças Armadas. A situação já estava crítica desde o sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick, em setembro daquele ano, pelos grupos guerrilheiros do MR-8 e da Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi então que houve a rebelião dos paraquedistas, em que o comandante do I Exército, o general Syseno Sarmiento, contestou a cessão às exigências dos raptos por parte dos ministros militares. Essa inconformidade já era sinal da anarquia que viria a impactar nos debates sobre a nova presidência. Médici foi eleito em uma votação que contou com um mecanismo eleitoral caótico, no qual 118 generais foram distribuídos em onze distritos eleitorais. Porém, o comandante do III Exército, Médici, era a opção que se apresentava como mediadora da indisciplina militar, e, como ele mesmo indicou em seus primeiros discursos, valeu-se da força e das ferramentas já institucionalizadas, como o AI-5, para restaurar a ordem política da ditadura. Ademais, sua experiência em atividades de contrainsurgência no SNI também iria se refletir em sua postura como presidente (GASPARI, 2015).

O primeiro ano da presidência de Médici coincidiu com a de Salvador Allende, no Chile. Desde o início, a eleição do médico socialista preocupava Brasília, que considerava alarmante a ascensão de uma esquerda revolucionária por meio do voto. Em termos de geopolítica, que naquele período era uma orientação importante para os interesses do Estado brasileiro, a proximidade geográfica do Chile colocava em risco os interesses nacionais da projeção de um Brasil Potência. Este objetivo não se apresentava explicitamente nas linhas mestras da PEB desde Castello Branco, porém Moniz Bandeira (2003, online) explica:

A repressão, que o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1961-1974) internamente intensificara contra toda e qualquer oposição ao regime militar, projetou-se, por conseguinte, sobre outros países da América do Sul, sob a forma de intervenções mais ou menos encobertas, sem apelo à justificativa doutrinária das fronteiras ideológicas.

Ao que Simon (2021, p. 168, p. 183, p. 192) agrega:

Para os generais, além de uma ameaça direta à segurança nacional do Brasil, o modelo chileno de união eleitoral das esquerdas podia se alastrar por sistemas políticos vizinhos. [...] A segunda motivação central do regime militar brasileiro para agir no Chile era de ordem doméstica. Para a ditadura, o território chileno se tornara um vulnerável front na guerra contra a oposição clandestina nacional. Ao plano geopolítico, portanto, somava-se a luta contra o inimigo interno fora das fronteiras nacionais. [...] Em seus primeiros dias no poder, o regime Pinochet avisou à ditadura que 1297 brasileiros, “em sua maioria extremistas”, estavam em “situação irregular” no Chile.

Fica evidente, assim, o peso de uma agenda anticomunista própria do Brasil, alinhada à ideologia da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Mesmo em períodos em que seria desinteressante explicitar os avanços da repressão e do combate às dissidências de esquerda, de forma encoberta esses objetivos continuavam a ser perseguidos. Nesse sentido, Simon (2021) ressalta o papel de instituições como os centros de inteligência das forças militares, as polícias estaduais, o SNI e o próprio MRE, para que as operações em países vizinhos fossem bem-sucedidas. No caso do Estádio Nacional do Chile, por exemplo, não foram tomadas as devidas medidas para a proteção de comunidades brasileiras em território estrangeiro, houve uma recusa na emissão de salvo-condutos e, em decorrência, os direitos desses indivíduos foram violados. Assim, um ponto que tanto Gaspari (2015) quanto Simon (2021) convergem é na mitificação das exceções à regra para compor um cenário mais brando sobre os anos ditatoriais. Ou seja, a configuração dos torturadores como insanos e inerentemente perversos se converte em um instrumento, ou um alibi, ao retratar as violações de direitos humanos perpetradas como fardo único e exclusivo de determinados personagens. Do mesmo modo, o cenário colaboracionista à ingerência, por parte de instituições e de setores da sociedade civil, é ocultado ao se responsabilizar figuras explicitamente anticomunistas.

Portanto, independentemente das contradições identificadas nos órgãos estaduais, a DSN havia logrado seu objetivo principal, a mobilização da sociedade – usando uma lógica semelhante à de guerra total, ao fazer uso de recursos ilimitados e contar com a coesão social, acrítica (COMBLIN, 1978) – em defesa de valores transcendentais (MOULIAN, 2002) pouco definidos,

justificando a onipresença do Estado e a repressão – de ordem coercitiva, lesiva e destrutiva (ARANEDA, 2012) – do inimigo interno (COMBLIN, 1978). A doutrina já havia se tornado lei em 1968³⁰, mas sua eficácia esteve além da sua força como decreto. Observa-se na forma como remodelou o Estado e agregou aderência de setores civis; seja no aumento de aparelhos repressivos – CIE, CENIMAR, CISA, DOPS, DOI-CODI –, no apoio financeiro de instituições multinacionais – Grupo Ultra, Ford, General Motors –, ou na proliferação de grupos paramilitares – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), o Movimento Anticomunista (MAC), a Facção Anticomunista (FAC), a Vanguarda Anticomunista, o Grupo Anticomunista, a Ação Anticomunista Brasileira e a Falange Pátria Nossa – (COIMBRA, 2000).

Desse modo, se a participação do Brasil na OC, em um primeiro momento, parece incoerente com o período de distensão da Guerra Fria e com os propósitos apresentados pelo MRE para a política internacional, é possível observar que é coerente com as orientações assinaladas pela DSN. Ademais, expressava a estrutura sobre a qual o governo então vigente se amparava para justificar sua própria existência, e promover os interesses dos grupos políticos mais influentes à medida que constrangia e reprimia todo e qualquer conflito social. A impressão que era transmitida, assim, era de uma nação homogênea e harmônica, apolítica, que apoiava de maneira incontestada a onipresença do governo, visto a excepcionalidade da ameaça. Para tanto, a política entrou na caserna, já que, por sua vez, a guerra passa a governar a política. As Forças Armadas (F.A.) adquiriram novo papel na administração pública, assim como no policiamento urbano, como se viu na operação OBAN e nos Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs), em que houve a “policialização das operações militares” (GASPARI, 2015, p. 76). Considerando o contexto internacional, foi favorável o desenvolvimento de operações encobertas, como a OC, pois cumpria os desígnios da agenda anticomunista nacional e a projeção do país como uma potência regional, ao passo que não impedia a busca por maior autonomia em relação à superpotência, e tampouco ensejava novos confrontamentos ideológicos com esta. Assim, resta saber quais as principais diretrizes que movimentaram essa agenda até o Chile e fizeram que a operação se consolidasse.

³⁰ Publicação do decreto-lei no. 314/68 (BRASIL, 2021).

3.3 O CENÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO CHILENO (1970-1975)

O Chile do início dos anos 1970 foi caracterizado por mudanças importantes em sua orientação política, seja em razão da eleição de Salvador Allende, em 4 de novembro de 1970, seja em razão do golpe militar, levado a cabo em 11 de setembro de 1973, cuja ditadura perdurou por dezessete anos. É notável que, antes deste evento, o Chile possuía uma longa história democrática, se comparada com as de seus países vizinhos, e mesmo uma “tradição de reformas sociais que datavam do ano de 1920, quando foram adotados programas de segurança social e de código trabalhista” (SIGMUND, 1993, p. 15, tradução nossa). Era, portanto, bastante atrativo como um modelo para a Aliança para o Progresso, afinal, nas palavras de Kennedy, a Alpro iria:

[D]emonstrar ao mundo todo que a aspiração insaciável do homem por progresso econômico e justiça social pode ser melhor atingida por homens livres trabalhando com uma estrutura de instituições democráticas. [...] [U]m esforço vasto de cooperação, incomparável em magnitude e na nobreza da proposta, para satisfazer as necessidades básicas do povo latino-americano por casas, trabalho e terra, saúde e escolas. (KENNEDY, 1961 apud SIGMUND, 1993, p. 14, tradução nossa).

Ou seja, claramente havia o desejo de fazer uso da estrutura democrática chilena. Contudo, um empecilho importante foi a questão da reforma agrária, que fazia parte do projeto da Alpro. Essa ambição não foi vista com bons olhos pela elite local, uma vez que 7% das fazendas ocupavam 90% das terras aráveis, revelando a concentração de terras no país. Embora controversa, essa era uma pauta que se mostrava cada vez mais presente no debate político (SIGMUND, 1993). Além da agricultura, a elite também estava envolvida com a mineração e o comércio, e, desde o século XVIII, estava muito bem consolidada – enriquecida pelos lucros combinados desses setores, e bem estabelecida por uma rede de influência³¹ (WINN, 2010). Foi constituída uma elite intelectual econômica, conhecida como *Chicago boys*, na década de 1960, resultado de uma modernização na educação, na qual universidades chilenas fizeram parcerias com programas de ajuda externa estadunidense (SIGMUND, 1993). Além disso, a partir da Revolução Cubana, Washington passou a buscar conter os avanços da esquerda no país. Segundo Winn (2010), os EUA financiaram mais da metade da campanha de Eduardo Frei, em 1964, e

³¹ No século XVIII, as filhas da aristocracia eram casadas com altos oficiais do Exército de origem espanhola, os seus filhos, por sua vez, eram educados em escolas jesuítas (WINN, 2010).

promoveram campanhas midiáticas, de tom sensacionalista, que insinuavam o terror de uma ameaça comunista.

Assim, a vitória de Allende na eleição de 1970 foi um baque para vários setores da sociedade civil – que detinham elevado *status* social – e para a política externa estadunidense. Porém, existia um ambiente favorável para a sua eleição. Economicamente, a continuidade da estagflação e a incapacidade dos governos anteriores em saná-la; socialmente, o êxodo rural e a conformação desses migrantes, chamados de *pobladores*, em núcleos habitacionais urbanos precários, cujas ideias e anseios eram reprimidos violentamente³². Nesse contexto, a ousada plataforma de Allende – que combinava socialismo, populismo e democracia – repercutia positivamente para a população, e seu apelo e magnetismo lhe davam também ares personalistas, de modo que seus eleitores eram chamados de “allendistas” (WINN, 2010). Ainda assim, os resultados eleitorais foram contestados, principalmente pelo candidato Jorge Alessandri. Neste caso, o Congresso chileno³³ era a única instância com competência para impedir a assunção do poder, o que demandaria o apoio do Partido Democrata Cristão (PDC), que possuía maioria. Porém, após Allende aceitar as condições propostas por este – basicamente, a aceitação de emendas constitucionais, conhecidas como o Estatuto de Garantias Democráticas –, não houve maiores empecilhos constitucionais. Concomitantemente, a CIA³⁴ já trilhava um segundo caminho para a política chilena; um golpe militar duro e violento. Para tanto, fazia-se necessário instalar o caos econômico (SIGMUND, 1993; WINN, 2010).

Em decorrência, a economia chilena logo sentiu os impactos. Além de um anúncio alarmista realizado pelo Ministro das Finanças do Chile, os EUA pressionaram a suspensão de empréstimos internacionais ao país e a baixa do índice de crédito pelos bancos privados. Ademais, identificaram o general Camilo Valenzuela e o ex-general neofascista Roberto Viaux como possíveis apoiadores do golpe (WINN, 2010). Contudo, esse apoio logo foi deixado de lado, pois o embaixador norte-americano, Edward Korry, alertou sobre os riscos de uma aliança

³² O governo de Eduardo Frei foi marcado por várias repressões aos *pobladores*, como no caso do massacre de *pobladores* na cidade sulista de Puerto Montt, em 1969 (WINN, 2010).

³³ “Segundo a Constituição de 1925, se nenhum candidato recebesse uma maioria dos votos populares - uma ocorrência comum no sistema multipartidário do país -, caberia ao Congresso decidir entre os dois mais votados” (WINN, 2010, p. 69).

³⁴ Essas informações foram obtidas graças ao vazamento de documentos oficiais da empresa de telecomunicações ITT (International Telephone and Telegraph Company), pelo jornalista Jack Anderson, à investigação do Comitê de Inteligência do Senado dos EUA, liderada pelo senador Frank Church, e à liberação de documentos sob o “Freedom of Information Act” (SIGMUND, 1993).

com Viaux, vista a imprevisibilidade de seus comportamentos. Mesmo com a mudança de estratégia, abandonando a perspectiva de golpe, aliados golpistas seguiram tramando conspirações, que levaram ao assassinato do general Schneider, defensor do respeito à constituição (SIGMUND, 1993).

É interessante apontar o debate que há quanto ao envolvimento da CIA e da Casa Branca nesta etapa; pois, se, por um lado, Kissinger afirmou que o apoio do serviço secreto foi resultado de uma má interpretação das ordens da Casa Branca, por outro, a visão de mundo de Kissinger e de Nixon era de uma aversão explícita a qualquer presença de esquerda próxima ao comunismo nas Américas (SIGMUND, 1993). Sigmund (1993) argumenta que o envolvimento no processo eleitoral por subsídios e propaganda, assim como o abalo da economia eram estratégias já conhecidas naquele período de Guerra Fria. No entanto, atribui a tentativa de golpe ao perfil dos dois dirigentes, Nixon e Kissinger. O primeiro se elegeu com uma pauta radicalmente anticomunista, e o segundo possuía a visão geopolítica da balança de poder como o norte de suas políticas.

Embora os pontos do autor sejam coerentes, é cabível retomar o fato de que o Brasil já havia sofrido um golpe militar no ano de 1964, em um processo que contou com a Operação Brother Sam, amparada pela CIA. Mesmo que se tratasse de uma medida pouco convencional, como afirmou Sigmund, foi novamente utilizada no ano de 1973, aplicando-se novamente a estratégia do abalo econômico como pano de fundo. Um aspecto a ser ressaltado que diferencia o contexto desses dois países foi o rebuliço social no Chile, em razão dos embates entre proprietários de terra e seus antigos servidores, que as haviam expropriado – legalmente ou não. Winn (2010) indica um outro impasse atrelado a este: as divergências entre a revolução vinda de cima (implementada por Allende) e a de baixo (grupos que realizaram expropriações desligadas do plano estatal). Embora Allende tenha, em sua campanha, apoiado iniciativas de uma revolução vinda de baixo; “o escopo, a velocidade e o ritmo das ocupações” fez que o projeto de uma mudança estrutural mais lenta fosse abandonado (WINN, 2010, p.105). Ademais, para o autor, impulsionou a união do capitalismo nacional e internacional, e um contexto social mais violento.

Para além dos conflitos entre as duas vias revolucionárias de esquerda, a mobilização da elite chilena e das Forças Armadas (F.A.) foi um fator importante para explicar a derrocada do governo de Allende. Este movimento não passou despercebido pelo então presidente, afinal

contou com episódios marcantes, desde a Greve dos Patrões³⁵, em outubro de 1972, até o chamado *tancazo*³⁶, em 1973. Ainda assim, o chefe de Estado se sentia confiante na capacidade do General Carlos Prats – ministro da Defesa e comandante-em-chefe das F.A. – em conter essas ameaças e controlar as F.A., uma vez que havia sido bem sucedido nos casos supracitados, e o regimento prussiano militar conferia legitimidade e respeito à hierarquia, portanto, ao chefe do Estado-Maior. Contudo, os conspiradores foram capazes de pressionar o general até sua demissão, seja por emboscadas que gerassem polêmicas na mídia – na chamada “Marcha das Panelas Vazias”, colocaram uma mulher de trajes militares masculinos para confrontá-lo, até o ponto que ele apontou a arma em sua direção, sendo fotografado por vários jornalistas –, seja pela falta de apoio de seus generais. Após renunciar o cargo, indicou o General Augusto Pinochet como seu sucessor, cravando o futuro do país (WINN, 2010).

O período que se seguiu não foi de *ditablanda*, como alguns de seus apoiadores sustentavam. Desde os primeiros momentos de assunção do poder – como ficou explícita a partir da violência ostensiva pela qual o Palácio de la Moneda se desfez em chamas, após ser bombardeado por canhões do exército –, Pinochet trilhou uma via expressamente autoritária e dura para defender aqueles valores prometidos ao seu vizinho paraguaio, Alfredo Stroessner, e resumida por McSherry (2005) como a defesa do Ocidente e da civilização cristã. De acordo com Moulian (2002), houve um processo de contrarrevolução, que carecia de uma definição em si e baseava-se, sobretudo, em sua antítese, a via chilena ao socialismo, proposta por Allende. Ao argumentarem a restauração democrática, os militares que estavam no poder fundamentaram uma ideologia de necessidade histórica, discurso que produziu algum consenso entre o bloco golpista, de modo que outros traços fundamentais dessa ditadura eram relevados (MOULIAN, 2002). Entre esses, estava a crueldade e o terror, que permearam, em maior ou menor grau, os dezessete anos de regime militar. Moulian (2002) define essa situação como a de uma cumplicidade silenciosa, que negligenciou a ação terrorista do Estado, cujo poderio em grande parte se devia à

³⁵ A “Greve dos Patrões”, ou “Greve de Outubro”, foi resultado na mobilização da elite, de pequenos-burgueses (*gremios*), de opositores do Partido Democrático Cristão, e caminhoneiros, catalisando os anseios quanto a possibilidade de um Chile socialista e das expropriações de terra. Iniciou-se na província de Aysén, em que proprietários de caminhões paralisaram seus trabalhos a fim de protestar contra a proposta de criação de uma frota estatal. Logo, outras regiões do país aderiram, o que resultou na paralisação de outras profissões, como taxistas e varejistas. Foi uma poderosa ofensiva contrarrevolucionária que estagnou a economia e que visava a derrubada de Allende (WINN, 2010).

³⁶ Primeira tentativa de golpe contra o governo de Allende, consistiu no ataque com um regimento blindado ao palácio presidencial e outros prédios do governo, por parte da extrema direita. O ataque foi contido pelo general Prats, mas resultou em vinte mortes (WINN, 2010).

sua capacidade de “intervir nos corpos, e usar a dor e a morte em nome de princípios transcendentais porém daninhos, de soberania e de saber único” (MOULIAN, 2002, p. 29, tradução nossa).

Isso ocorreu no mesmo país cuja democracia era percebida como consolidada e estável, a ponto de suas estruturas institucionais serem atrativas para o emprego de um projeto de matiz democrático, como se pressupunha a Alpro – evidentemente, tal caráter pode ser contestado se consideradas as condições em que foi empregado no Brasil. Assim, uma questão decorrente de tal contexto se refere à veracidade dessa presumida estabilidade. Para autores como Costa (2007), Moulian (2012) e Souza (2007), a excepcionalidade do caso chileno se configura como um mito bem elaborado, que pôde seduzir intelectuais e líderes políticos, como o próprio Allende, e camuflar dissidências e fragilidades, por décadas. A percepção desse mito foi ainda mais acentuada nos anos 1960, quando vários países da América Latina passavam a ser governados por ditadores, e o governo chileno se preservava, transmitindo a ideia de ser um bastião da democracia, alheio à violência e ao autoritarismo do neoliberalismo, ou mesmo oriundos da Revolução Cubana (MOULIAN, 2012). Porém, a própria égide da Constituição de 1925, que orientou o país até o ano do golpe, relegava pouco espaço para a participação política e para os direitos políticos fundamentais. Por outro lado, herdou a acomodação da elite tradicional à organização política liberal, com a atribuição de amplos poderes ao Presidente, e mantendo o papel fiscalizador do Legislativo (COSTA, 2006). Moulian (2002) argumentou que esse mito foi calcado no esquecimento dos eventos políticos passados, como o período de instabilidade vivida no país entre 1891 e 1932 (que contou com intervenções militares em 1891 e 1924), o banimento do Partido Comunista, e a prisão arbitrária de dissidentes políticos no campo de concentração localizado em Pisagua.

Considerando esse cenário, é possível afirmar que os anos de 1970 a 1975, no Chile, foram, inegavelmente, marcados pelos condicionantes da bipolaridade na política internacional; embora não possam ser compreendidos, em sua integridade, se forem desconsideradas as peculiaridades nacionais que o caracterizaram e que, em alguma medida, também o mitificaram. A faceta legalista, que tornou o país tão interessante para projetos como a Alpro, bem como para a via democrática para o socialismo, esbarrava em obstáculos estruturais de uma democracia que ainda estava resguardada de uma efetiva participação popular, e cuja história havia sido fagocitada por um consenso nacional forjado (COSTA, 2006; MOULIAN, 2012). A conjuntura

nacional foi igualmente importante para explicar os desafios impostos à governança do país, sobretudo frente à proposta ousada de Allende. Afinal, a convulsão social resultante dos embates entre as duas revoluções, entre proprietários de terras e expropriadores, industriais e ex-servidores, esteve no cerne da dificuldade do então presidente em estabelecer alianças e defender seu projeto de ingerências externas (WINN, 2010). Por fim, foram nessas brechas, sociais e institucionais, que a CIA encontrou espaço para agência estadunidense. A possibilidade de um Chile socialista construído sobre bases democráticas colocava em risco a projeção dos EUA sobre toda a região, especialmente após a Crise dos Mísseis. Dado que já estava instaurado o caos social, e a democracia chilena não era excepcional como se pensava, o apoio da superpotência às Forças Armadas para o golpe foi um caminho que logrou êxito para garantir os interesses externos, ao menos naquele momento (SIGMUND, 1993).

No Chile de Pinochet, a DSN orientou as políticas de segurança. Como apontado anteriormente, a maleabilidade dos conceitos da doutrina permitia a onipresença do Estado em todos os âmbitos da sociedade. Considerando que esta encontrava-se polarizada, a ostensividade estatal foi exercida sem grandes empecilhos e se impunha como violência sobre os corpos, a fim de estabelecer a ordem capitalista e efetivar uma (contra)revolução neoliberal incontestada. A adesão à guerra suja foi, portanto, consequência de uma ideologia apolítica e tecnocrática (MOULIAN, 2002) que visava a coesão e o consenso quanto aos meios e fins da política por meio do extermínio, físico ou ideológico, de qualquer dissidência (MCSHERRY, 2005). Essa lógica foi ampliada para além das fronteiras nacionais, pois adotava o entendimento de fronteiras ideológicas. A fim de legitimar o seu governo e assumir um posicionamento de liderança, interessou também a Pinochet que o país liderasse a OC, o que foi de imediato compreendido na visita feita à Stroessner (CALLONI, 2016). O terrorismo de Estado converteu-se em um terrorismo estatal regional, que cumpria a função pragmática de manutenção de uma ordem subordinada ao sistema capitalista neoliberal, a uma só vez nacional e internacional. No Chile, cumpria a função de garantir o poder total (MOULIAN, 2002), ou seja, retomando as palavras que Humphrey (2000) usou para o caso argelino, a violência tornou-se socialmente constitutiva. Assim, o nexos entre os princípios do governo brasileiro e chileno se evidenciam, dado que partilhavam dessa visão de mundo e tornavam a questão bipolar uma constante no diálogo com a sociedade civil. Considerando a aproximação desses países em uma mesma tendência, cabe à

disciplina das RI compreender os fatores que culminaram na OC, e como eles podem se reproduzir na contemporaneidade, debate que será levantado no capítulo seguinte.

4 O PAPEL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA COMPREENSÃO DO FENÔMENO DA OPERAÇÃO CONDOR

Ao longo dos capítulos anteriores, discutiu-se o cenário internacional e doméstico – chileno e brasileiro – no período imediatamente anterior à consolidação da Operação Condor (OC). Assim, as considerações parciais desenvolvidas possuem alguns indícios sobre as motivações que fizeram os países aderirem à operação. Afinal, o contexto histórico de Guerra Fria, de conflitos no Terceiro Mundo e de derrocada de governos democráticos na América Latina ensejaram a difusão de ideologias intrinsecamente ligadas à bipolaridade, e alinhadas à concepção de defesa da zona de influência³⁷ hemisférica dos Estados Unidos. Nesse sentido, foi observada a ênfase no entendimento da sociedade como centro gravitacional da guerra; a presença de estratégias de guerra psicológica e contrarrevolucionária; e a concepção de um inimigo interno que ameaçava a ordem nacional, por sua vez fundamentada em valores transcendentais – como a civilização ocidental e cristã. Em alguma medida, todos esses traços foram sintetizados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que agregou a experiência das guerras na Argélia e Vietnã. Esse leque de conceitos e ideias são representações importantes da visão de mundo contemplada pelas principais lideranças políticas dos casos em tela, e se expressou em diversas esferas da sociedade.

Em última instância, evidenciou-se que a transnacionalidade foi um elemento que, particularmente, caracterizou a OC. Seja na sua própria atuação, que visava atingir alvos latino-americanos exilados na Europa e Estados Unidos, seja na constituição dos princípios que orientaram a doutrina securitária, e a história de triangulação das táticas de guerra desenvolvidas. É inegável, portanto, que a operação foi fruto de interesses comuns que se manifestaram, de forma clandestina, em um ambiente de anarquia no Sistema Internacional (SI), disputado por duas superpotências, e mesmo dois sistemas econômicos, políticos e sociais. Nessa contenda, Brasil e Chile situavam-se sob a esfera de influência estadunidense, por sua vez calcada nos ímpetos capitalistas. Portanto, o fenômeno da operação, nos moldes em que se concretizou, motivou reflexões acerca das redes de atores estatais e não estatais, legais ou clandestinos, no âmbito das Relações Internacionais (RI). A lógica que pautou a operação não pode ser

³⁷ Esse termo foi popularizado pelo cientista político Raymond Aron, em sua obra “Paz e Guerra entre nações” (1962), na qual explica a dinâmica de poder durante a Guerra Fria e a projeção das superpotências – política, cultural, militar – sobre outros espaços geográficos (EOM, 2022).

circunscrita à Guerra Fria – embora tenha sido um constrangimento de grande relevância –, uma vez que redes análogas podem ser observadas em conflitos, diretos e indiretos, em várias regiões do globo na contemporaneidade. Retomando as palavras de Halliday (2007), Merom (2003) e Visentini (2016), o papel das revoluções e contrarrevoluções nas RI foi relegado a segundo plano; contudo, o exame mais detalhado desses processos coloca em debate um dos argumentos mais fortes da vertente realista: a alegada pouca relevância das estruturas domésticas (HALLIDAY, 2007). Essa reflexão, por si só, já justifica a importância de trazer temas desse tipo para o âmbito acadêmico das RI. Ademais, o traço de transnacionalidade de redes criminosas é também um entrave em muitas das negociações de paz realizadas de forma transparente e legal – bilateralmente ou por meio de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) –, o que expressa a necessidade de endereçar tais objetos na literatura atual da disciplina sobre conflitos intra e interestatais.

Sendo assim, este capítulo se propôs a refletir sobre os motivadores da OC em seu aspecto mais amplo, tratando de organizações que escapam aos limites da legalidade e atuam para além das fronteiras estatais. Contemplou-se, deste modo, o papel das RI, como disciplina, em abordar e estudar fenômenos que, em um primeiro momento, parecem delimitados a uma conjuntura, porém são consequência de dinâmicas complexas e bem entranhadas no sistema. A fim de cumprir esse objetivo, fez-se necessária a retomada de alguns aportes e debates teóricos do campo das RI, como a definição de atores não estatais e de sociedade internacional, que serão explanadas na seção seguinte. Cabe ressaltar que a literatura não chegou a nenhum consenso quanto à aplicação desses termos, que se difere conforme a abordagem teórica utilizada. Por essa razão, a análise de casos empíricos pode corroborar para a reinterpretação de teorias *mainstream*, e para a elaboração de agendas de pesquisa futuras, que reflitam a acomodação desses elementos na dinâmica da política internacional. Em alguma medida, esta seção seguiu por esse caminho ao se propor depreender aspectos das RI na manifestação de um fenômeno – Operação Condor –, delimitado em tempo e espaço – década de 1970, América Latina.

4.1 A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE: O ELO ENTRE O NACIONAL E O INTERNACIONAL

Considerando que um dos pontos chave para entender os objetivos da operação foi a sociedade como centro gravitacional da guerra e que se tratou de uma aliança internacional, um questionamento resultante se refere ao que seria essa sociedade. Há que se ater também ao fato de que as agências de segurança possuíam a mesma ideia sobre inimigo interno, embora suas sedes se encontrassem em diferentes países. Para as RI, a expressão “sociedade internacional” pode possuir significados diferentes. Para os realistas da Escola Inglesa, representados no pensamento de Hedley Bull, por exemplo, esta consistiria no compartilhamento de valores e interesses, assim como normas, regras e instituições, capazes de auferir uma espécie de regência em um sistema desprovido de uma autoridade supranacional. Já na perspectiva gramsciana, essa difusão de valores é retrato de uma ideologia de dominação, e nada mais é do que um mecanismo de hegemonia e subjugação. Seguindo essa linha, a teoria alternativa, representada por Wallerstein e Hobsbawm, entende também como um processo de dominação, mas não de uma entidade hegemônica, mas sim de um sistema: o capitalismo; de modo que há a unificação do mundo por processos econômicos. Por fim, autores de vertentes diferentes se encontram no paradigma constitutivo sobre a homogeneização da sociedade (HALLIDAY, 2007). Sobre a perspectiva marxista, Halliday (2007, p. 127 e p. 128) resumiu da seguinte forma:

Para Marx, a questão central nas relações internacionais é como esta crescente homogeneização, um resultado da disseminação do capitalismo, afeta não somente a política doméstica e internacional de diferentes países, mas também sua estrutura social. [...] A premissa implícita no *Capital* é de que uma sociedade internacional está sendo criada pela disseminação global do capitalismo.

Fica expresso, portanto, o vínculo entre o capitalismo e a formação de uma sociedade internacional. Passa a ser assumida, assim, a dualidade entre a estrutura e os seus agentes, como propõe Anthony Giddens em sua teoria da estruturação (SILVA, 2018). Para o sociólogo, a reprodução das condutas e práticas sociais ao longo do tempo são fundamentais para compor as instituições que moldam as relações no sistema internacional, paradoxalmente anárquico (SILVA, 2018). Retomando a perspectiva de Halliday (2007), a socialização, que consolidaria a homogeneidade e a constituição de uma sociedade internacional, seria proporcionada por dois processos: os relacionamentos interestatais e transnacionais, também identificados pelas teorias apresentadas anteriormente. Em sua visão, ainda seria necessário especificar uma terceira dimensão, que abordaria de maneira mais detalhada os fatores sociais, políticos e ideológicos,

que não necessariamente estão sempre subordinados a estes processos. Se esses forem pensados na teoria da estruturação, seu ápice se daria na institucionalização:

Todos os seres humanos são agentes cognoscitivos [...] cuja análise da vida cotidiana é fundamental para entender a reprodução das práticas institucionalizadas [...] Essa reprodução das condutas sociais no espaço e no tempo geram as propriedades estruturais dos sistemas sociais e aquelas práticas que possuem uma maior extensão espaço temporal são designadas como instituições (GIDDENS, 2009, p. XXII-20, apud HALLIDAY, 2007, p. 35)

De todo modo, no que tange o objeto de estudo desta monografia, foi observado o nexo entre as relações interestatais e transnacionais; pois, ao passo que a OC foi estabelecida por autoridades de segurança e defesa dos Estados nacionais envolvidos, a presença de organismos paramilitares e outros grupos de interesse – além da autonomia adquirida pela operação – explicitam seu caráter transnacional, também conduzido por atores não estatais. A própria ideologia, de inimigo interno e segurança nacional, que regeu a operação, expressou o desenvolvimento de algum grau de homogeneidade entre países historicamente díspares, ainda que com semelhanças pontuais. Sobre essa disparidade, o capítulo anterior evidenciou, por exemplo, a consolidação da democracia como uma diferença notável entre Brasil e Chile. Da mesma forma, o governo brasileiro já possuía bastante experiência com a repressão de dissidentes na década de 1970, enquanto o Chile oscilava de uma via ao socialismo para uma ferrenha ditadura. Quanto a semelhanças, a influência estadunidense era relevante em ambos, bem como a pressão de grupos da elite preocupados com as possíveis alterações em suas propriedades privadas. Contudo, a proximidade entre os dois governos ficou mais clara a partir do governo de Pinochet, quando, de fato, passou a prevalecer uma visão geopolítica similar para a América Latina.

Quanto aos atores não estatais, uma primeira ressalva que deve ser feita é em relação à dificuldade em defini-los, que reside em sua variedade – tanto em natureza quanto em termos de estruturas de governança. Como coloca Josselin e Wallace (2001), classificá-los apenas com base em sua independência do Estado pode ser um processo enganoso, dado que há diferentes interesses que podem criar elos entre essas entidades. Esse é, inclusive, o caso das agências oficiais de inteligência, que, frequentemente, subsidiam grupos autônomos, situação que se repetiu na sistemática da OC. Conforme citado anteriormente, exemplos disso são os apoios de redes como a Triple A, os Esquadrões da Morte e a Organização Armada Secreta (OAS) (ALMADA et al., 2018; CALLONI, 2016; MCSHERRY, 2005). O grau de autonomia perante o

Estado também é bastante diverso entre um ator e outro; ademais, há muita disparidade entre os tipos de governança interna, o nível de influência no cenário internacional, os objetivos almejados e o *status* legal. Trata-se de uma categoria na qual há carência de padrões, e que engloba tanto organismos multilaterais – como bancos internacionais –, como empresas multinacionais e grupos terroristas. Assim, de maneira genérica, Josselin e Wallace (2001, p. 3, tradução nossa) elencaram as seguintes características para um ator não estatal:

[P]arcial ou totalmente autônomo do financiamento e controle do governo central: emana da sociedade civil, da economia de mercado, ou de impulsos políticos além do controle e direção do Estado; opera em, ou participa de, redes que se estendam além das fronteiras de dois ou mais Estados – envolvendo-se assim em relações transnacionais, ligando sistemas políticos, economias, sociedades; age de maneira que afeta os resultados políticos, seja dentro de um ou mais estados, ou dentro de instituições internacionais – de maneira proposital ou semi-proposital, tendo este como seu objetivo principal ou como um aspecto de suas atividades.

Foi durante a Guerra Fria, especialmente após a década de 1960, que houve o crescimento vertiginoso de organizações não governamentais. Não por coincidência, em um momento no qual a sociedade era também campo de batalha ideológica, e em que várias dessas entidades foram instrumentalizadas como armas de guerra (JOSSELIN, WALLACE, 2001). Quanto à OC, interessa mais a agência de grupos como os supramencionados, mas houve também o suporte de uma rede mais ampla, que envolveu setores da elite, empresas nacionais e multinacionais, organizações estudantis, Organizações Não Governamentais (ONGs), organizações de direitos humanos, institutos médicos etc (GASPARI, 2015; QUADRAT, 2002; WINN, 2010). Essa manifestação mais contundente de tais sujeitos incentivou estudos sobre seu papel na política internacional. Não havia mais dúvidas se cumpriam ou não algum papel; mas sim, qual sua relevância e como ele se apresenta. Várias abordagens epistemológicas se debruçaram sobre esse tema: as de ordem liberal enfatizaram o papel de instituições em mediar a influência desses atores, enquanto as mais realistas entenderam que estes apenas teriam importância se alterassem as preferências e as políticas dos Estados (JOSSELIN; WALLACE, 2001).

A questão do nível de influência dos atores não estatais recai sobre uma discussão similar, referente ao impacto das revoluções no SI. Afinal, se esses atores apenas são importantes quando interferem diretamente na macropolítica, como entender e explicar os efeitos de revoluções e contrarrevoluções, geograficamente abalizadas? Assim como na definição dos termos propostos anteriormente, também não há, nas RI, uma única resposta coesa e satisfatória que encerre esse

debate. Segundo Halliday (2007), para começar a responder a essa pergunta é preciso retornar ao tópico da promoção da homogeneidade na configuração dos países que compõem o SI. Nesse sentido, os benefícios da heterogeneidade para a manutenção do poder político seriam limitados – o autor exemplifica, como um ganho, a capacidade do fortalecimento do Estado, perante a sociedade civil, a partir de um objeto ameaçador, que catalisa as forças sociais. A constituição desse “outro” como estímulo à coesão e harmonia da sociedade foi uma estratégia amplamente utilizada pelas ditaduras militares latino-americanas, pois foi na exacerbação de uma ameaça que duros golpes de Estado foram executados (GASPARI, 2015). Porém, para Halliday (2007, p. 155), o que se sobrepõe a esse esquema é o seguinte raciocínio:

Os Estados não são unidades isoladas: eles existem em um contexto internacional e suas práticas, constituições, ordens sociais e econômicas retiram sua força do fato de que outros Estados comportam-se como eles. [...] O capitalismo e o Estado moderno nasceram em um contexto internacional, não o caminho inverso.

Portanto, a figura do inimigo interno possibilitava a mobilização social preconizada por Comblin (1978); a sobrevivência da nação deveria pautar toda política doméstica e externa, e, ao mesmo tempo, a despolitização social deveria ser acompanhada por apoio cego às medidas mais repressivas do Estado. Porém, agregando à essa interpretação a análise de Halliday (2007), existia uma preocupação quanto à inconformidade com o SI. Ou seja, enquanto governos e grupos de esquerda interpelassem as premissas capitalistas e passassem a demandar ações do Estado incompatíveis com o sistema vigente, a ameaça da revolução pairaria sobre todos os países da América Latina. O autor reitera que essa não é uma forma de corroborar com a teoria de dominós, que, em sua visão, não poderia estar mais equivocada; mas sim de entender o elo entre o internacional e o doméstico. A perturbação do sistema socioeconômico, no caso o capitalismo, implica o desafio dos demais países em lidar com a heterogeneidade em sua vizinhança. Além disso, grande parte dos movimentos revolucionários possuem a aspiração de transbordarem para as demais regiões. Esse fator é significativo para as RI, evidenciado pelo interessante cálculo realizado por Martin Wight (apud HALLIDAY, 2007), no qual averiguou que, considerando as datas emblemáticas do SI – a partir de 1492, com descobrimento das Américas –, foram 256 anos de revolução internacional, para 212 de não revolucionários³⁸.

³⁸ “Se, tomando datas convencionais, consideramos 1492-1517, 1643-1792 e 1871-1914 como anos não-revolucionários e 1517-1648, 1792-1871 e 1916-60 como revolucionários, então são 256 anos de revolução internacional para 212 não revolucionários” (WIGHT, 1946 apud HALLIDAY, 2007, p. 146).

É impossível abordar a dinâmica entre as políticas doméstica e externa sem retomar a crítica elaborada por Putnam (2010), inserida no texto “Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”. O autor propôs uma estrutura conceitual para contemplar o que ele chama de equilíbrio geral – utilizando como premissa os acordos de Bonn (1978), em que “a pressão internacional foi uma condição necessária para [...] mudanças de políticas” (PUTNAM, 2010, p. 149). Com isso, indica os limites das abordagens de equilíbrio parcial, como de Waltz (1959) ou Gourevitch (1978) (PUTNAM, 2010), que se baseiam em umnexo de causa e efeito entre o âmbito nacional e internacional. Na visão de Putnam (2010), há uma necessidade de compreender essa interação de forma simultânea, considerando causalidades recíprocas. Mais do que isso, ele frisou que houve, na literatura da disciplina, alguma atenção para as instituições intergovernamentais, a formação de regimes internacionais, e mesmo para o regionalismo; porém, dada a devida importância para esses conceitos, eles se direcionam justamente para o espectro do supranacional. Portanto, prevalece uma escassez de estudos que foquem a luta política, na qual se insere “os partidos, as classes sociais, os grupos de interesse (tanto econômicos quanto não-econômicos), os legisladores e mesmo a opinião pública e as eleições – e não apenas os funcionários do poder Executivo e os arranjos institucionais” (PUTNAM, 2010, p. 150).

É nessa multiplicidade de atores e na reciprocidade entre os dois níveis, nacional e internacional, que se encontram os grandes desafios de negociação de conflitos e cooperação, questão que se fez presente ao longo da Guerra Fria e se replicou no século XXI. Afinal, um dos principais instrumentos que visam a manutenção da paz, a Carta da ONU, revela uma preocupação “com a ordem mundial como se ela fosse separada da situação interna dos Estados” (VISENTINI, 2016, p. 96). Quando a OC se instituiu, ela atendeu a determinados interesses dos entes envolvidos. Para o Estado chileno, se considerado dentro da caixa preta e de um raciocínio unitário do Estado, havia o desejo em se projetar na região. Esse pensamento condiz com o que a historiografia aborda das atitudes de Manuel Contreras e Pinochet, dois personagens que tipificaram o que seria o poder Executivo, e os princípios que nortearam as políticas de Estado (ALMADA et al., 2018). Essa orientação não exclui a convergência de outros atores da elite econômica, como se evidenciou em protestos que mobilizaram setores importantes de todo o país durante os primeiros cinco anos da década de 1970, como o *tancazo* e a Greve dos Patrões (WINN, 2010). Ideologicamente, houve o respaldo de milícias engajadas na deposição de

Allende, e de membros da sociedade civil que consentiram os abusos de poder para manter o sistema. Afinal, duas características inegáveis da ditadura que foram sintomáticas na operação, a crueldade e o terror, foram relevadas por grupos mais moderados do bloco golpista, identificando um discurso de necessidade histórica que lhes parecia justificar a repressão (MOULIAN, 2002).

As guerras irregulares, essencialmente, necessitam dessa multiplicidade de atores para serem compreendidas como tal. De maneira resumida, Sousa (2018) aponta os elementos que as diferenciam da convencional: a participação popular, a presença de propaganda, a negação do confronto direto, a condução política e o apoio externo. Seja no caso de guerras contrainsurgentes, como Vietnã e Argélia, seja no caso de contrarrevolucionárias, no Chile e no Brasil, os elementos não estatais não são meros coadjuvantes do conflito. Esses entes podem ser interpretados como parte da estratégia de submergir o peixe (insurgente) na água (população) – metáfora utilizada por Mao Tsé-Tung para explicar a insurgência (ALMADA et al., 2018). Nas palavras de Sousa (2018, p. 460):

As dificuldades causadas pela assimetria entre os contendores podem ser minimizadas com a intensa participação popular, garantindo aos integrantes das forças irregulares a conveniente dissimulação entre a população civil, o apoio em suprimentos, além da força de combate obtida por meio do recrutamento de civis.

Não obstante a validade dessa colocação, o espaço social desse embate também possibilita a manifestação dos interesses dos atores não estatais, em conformidade com a dinâmica proporcionada pelo capitalismo. Por essa razão, não basta uma análise das guerras irregulares que desconsidere esses elementos, intrinsecamente combinados às forças políticas estatais em disputa. Por essa razão, a política interna é campo não apenas de dissimulação, como sugere Sousa (2018), mas também é o espaço de propulsão da guerra. No primeiro capítulo, ao abordar a revolução argelina, um apontamento relevante foi feito quanto ao elemento ideológico da sociedade: as divergências eram fruto da estratégia francesa de manipular os antagonismos presentes na sociedade e explorar as rivalidades entre os grupos, mas também eram a razão de seu fracasso, pois impossibilitou qualquer conciliação que atendesse à necessidade de uma harmonia social apolítica (ARAUJO, 2017; YAZBEK, 2008). No Brasil, por sua vez, a exacerbação da ameaça do comunismo e a configuração do inimigo interno foi uma mobilização importante para garantir a onipresença do governo nas atividades civis cotidianas, e, então, inicia-se a policialização das atividades militares (GASPARI, 2015). Com resultados diferentes, no que

tange aos objetivos políticos almejados, a sociedade se apresenta, em ambos os casos, no centro gravitacional das decisões políticas e militares.

Se esses fatores forem pensados em termos de sistema, a relação entre política nacional e internacional revela suas origens ainda mais profundas, como Visentini (2016, p. 95) indica ao citar Davis:

Ocorre que, durante a fase do imperialismo europeu, as contradições sociais mais agudas se deslocaram do centro para a periferia, onde o processo de proletarização se tornou mais acentuado, com o êxodo rural e a implantação da agricultura voltada ao mercado. É importante ressaltar que a dimensão internacional, já significativa nas revoluções clássicas, se torna ainda mais decisiva no quadro da crescente internacionalização aprofundada pelo capitalismo na periferia (Davis, 1985 apud VISENTINI, 2016).

A isso, complementa:

Para a sociologia histórica, o “internacional” criou o Estado, e não o contrário, e no tocante aos processos revolucionários aqui estudados em sua dimensão internacional, cabe ressaltar que guerras geram revoluções e vice-versa. Nos casos analisados, por exemplo, percebe-se que as revoluções dos anos 1970 levaram a guerras convencionais na periferia (com envolvimento de grandes potências), para as quais a comunidade internacional não estava preparada. Além disso, no plano regional o maior impacto não é tanto a ação deliberada, mas o exemplo, que serve de catalisador contra a ordem estabelecida (VISENTINI, 2016, p. 97).

Essa ordem estabelecida é fundamental para garantir o bom funcionamento do capitalismo. A obra do sociólogo Ruy Marini (2018), desenvolvida no período ditatorial brasileiro, ajuda a entender como essa lógica ecoa nos casos específicos da região da América Latina. Primeiramente, o autor parte da mudança de estratégia estadunidense. Assim como no primeiro capítulo foi dada ênfase na incumbência do aniquilamento da ameaça comunista, por meio de guerras sujas, aos países aliados (ALMADA et al., 2018); para Marini (2018, p. 2), a concepção de um Estado pautado nas táticas contrainsurgentes derivou da ameaça revolucionária em várias partes do mundo que fizeram “tremear a estrutura mundial da dominação imperialista”. Isso ajuda a explicar a colocação de Miller (2018), que afirmou a prevalência das fórmulas elaboradas em um contexto imperialista, nesse caso as táticas de guerra empregadas na Argélia e Vietnã, mesmo em um cenário que o capitalismo já adquirira novos moldes. Em outras palavras, a estrutura mundial possuía heranças importantes do imperialismo, embora este houvesse ruído após a Grande Depressão e as duas grandes guerras. Ainda sobre esse tema, segundo Hobsbawm (2016, p. 199): “permanece o fato de que a dinâmica da maior parte da história do mundo no Breve Século XX é derivada, não original”. Em sua interpretação, o historiador considera que “a

economia, a riqueza, as culturas e os sistemas políticos dos países [...] foram sugados para dentro do mercado mundial” (HOBSBAWM, 2016, p. 202).

Cessadas as hostilidades da Segunda Guerra Mundial, o início da Guerra Fria foi marcado pela aquiescência das duas superpotências em relação aos espaços dominados e à convivência pacífica. Segundo Hobsbawm (2016), essa dinâmica se altera no marco dos anos 1970, com a eclosão de revoluções no Terceiro Mundo e o desejo de expansão das zonas de influência. Todavia, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, que eram classificados como de Terceiro Mundo, sofriam com o vácuo herdado do período colonial, ou ainda, da dependência econômica, financeira e política aos países do centro. Essa instabilidade interna abria espaço para a política dos militares, uma vez que exigia-se, naquele contexto, Estados eficientes, funcionais e estáveis. Portanto, se a região da América Latina se distanciava dos países africanos e asiáticos devido ao seu afastamento do imperialismo do século XIX, por outro, enfrentava pressões similares ao se posicionar na disputa bipolar. Além disso, outro fenômeno, também explicitado por Hobsbawm (2016), aproximava essas regiões: a explosão demográfica, o aumento de pessoas com educação básica e ensino superior, a participação das mulheres na política e o êxodo rural. Essas mudanças sociais – nas palavras do autor, “súbitas e sísmicas” (HOBSBAWM, 2016, p. 283) – estavam ligadas aos processos de modernização, e tornavam impossível a manutenção acrítica da ordem estabelecida, o que fortaleceu as duas tendências que se seguiram: a revolução e a contrarrevolução.

Portanto, o papel secundário relegado a essas tendências nas RI não é coerente com sua relevância e impacto no sistema. O exercício de reflexão feito por autores da área – como Halliday (2007), Visentini (2016), Miller (2018) e Putnam (2010) – promove alguns indícios de como abordar e relacionar fenômenos regionais e mundiais. Para tanto, é importante compreender a formação do Estado e do capitalismo como resultado do ambiente internacional (HALLIDAY, 2007; VISENTINI, 2016); entender as causalidades recíprocas da política nacional e internacional (PUTNAM, 2010), bem como a formação de uma sociedade internacional formada pela co-constituição de estruturas e práticas sociais (GIDDENS, 2009 apud HALLIDAY, 2007). No caso específico das guerras irregulares, há ainda que considerar a instrumentalização de entidades não estatais, de diversas naturezas, que também se valem da disputa para manifestar seus interesses. De modo que a polarização social não é apenas parte da guerra, é também seu aspecto central, o que caracteriza a condução da política pela lógica da guerra e a onipresença da

doutrina de segurança no cotidiano da sociedade (COMBLIN, 1978). Nos dois estudos de caso trazidos no capítulo dois, essas características estiveram presentes. Afinal, a aliança entre Brasil e Chile na Operação Condor não se concretizaria se não fosse um mesmo entendimento quanto à geopolítica da Guerra Fria e a concepção de um “inimigo interno” comum aos dois territórios, cujas sociedades eram interpretadas pelas lentes da homogeneização – processo este fortalecido pela ação transnacional de grupos não estatais afins.

4.2 A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE OPERAÇÃO CONDOR NA CONTEMPORANEIDADE

Se, por um lado, a disciplina das Relações Internacionais (RI) permite uma nova compreensão sobre os elementos que configuraram a Operação Condor, seus impactos e suas causas; por outro, a compreensão desse fenômeno da década de 1970 tem importantes implicações para a análise de episódios contemporâneos no sistema internacional. Quanto à ação contrarrevolucionária e o amparo de grupos paramilitares, o impacto na segurança regional foi contundente. O sistema de comunicações Condortel foi emulado, nos anos 1980 e 1990, a fim de derrubar o governo da Frente Sandinista de Libertação (FSLN), na Nicarágua, a partir de Honduras – que havia se tornado centro militar norte-americano. Assim como na OC, os soldados ali eram treinados com base em manuais de guerra aplicados no Vietnã, e operações de sequestro, desaparecimentos e manipulação de imprensa eram usados desenfreadamente (ALMADA et al., 2018). O apoio estatal a uma rede encoberta na década de 1970 abriu espaço para o fortalecimento de grupos paramilitares, que conquistaram autonomia do governo ao passar dos anos, e contavam com a anuência dos países envolvidos.

A decorrência disso é o fortalecimento de redes ilegais de financiamento, como o narcotráfico. Mesmo antes da formalização transnacional da OC, os Esquadrões da Morte (EM) brasileiros estiveram envolvidos em atividades expressamente ilícitas, como tráfico de drogas e armas, roubo de veículos, prostituição e jogos de sorte ilegais (ALMADA et al., 2018). Segundo Almada et al. (2018), essas práticas levaram ao prolongamento de uma rede clandestina de contrainsurgência que envolvia Miami, Buenos Aires, Paraguai e Centroamérica. Mesmo com a transição democrática em grande parte do continente, as estruturas, redes e conexões da OC continuaram dando amparo ao crime internacional. Ademais, as atividades policiais dos países envolvidos ficaram permanentemente afetadas pelos envoltimentos encobertos que criaram uma

dinâmica própria na segurança pública, e pelo viés político-ideológico que permeou as estruturas repressivas.

Como uma liderança importante da operação foi os EUA, as decisões tomadas são indicativos de estratégias disponíveis ao governo estadunidense em sua projeção internacional. Nesse sentido, McSherry (2005, p. XVIII, tradução nossa) introduz, no prefácio do seu livro *Predatory States*, um primeiro ponto que explica o porquê de abordar a OC atualmente, à luz das RI. Segundo a autora, a guerra ao terror, esteio da Doutrina Bush de 2002, possuía importantes paralelos com a “cruzada anticomunista liderada pelos EUA” na América Latina. Os atentados do 11 de setembro de 2001 nos EUA, segundo Cristina Pecequilo (2011), ocorreram no momento de reordenamento do poder mundial no Pós-Guerra Fria, e foram, em alguma medida, catalisadores desse processo. A agenda da política externa estadunidense a partir de então rompeu com a noção de ameaça estatal para converter em alvos os chamados inimigos da democracia e da liberdade.

Ainda assim, esses alvos eram, em discursos, localizados em Estados criando as fronteiras do terror. Isso permitia aos EUA justificar sua incursão sobre países estrangeiros e instrumentalizar o medo a fim de mobilizar sua população (PECEQUILO, 2011). Isto é, valores transcendentais – como a liberdade – foram mais uma vez utilizados para aglutinar a população a uma mesma causa, além de a exacerbação da ameaça e do medo ter sido parte de uma estratégia mais ampla de guerra, que autorizava, retoricamente, a ampliação da presença militar norte-americana no mundo. Como explica Pecequilo (2011, p. 398):

O mundo da NSS [Estratégia de Segurança Nacional] é bastante simplista, dividido entre amigos e inimigos, opondo a liberdade ao medo, em um projeto abrangente de reestruturação hegemônica e transformação do *status quo*. O modelo nacional norte-americano é descrito como um sucesso que, dada sua importância e centralidade, é objeto de ataque dos que não desejam ver o progresso da democracia. Uma vez que o experimento se dissemina, por sua própria força, ele converte as demais nações, devendo-se, portanto, minar suas raízes.

Essas estratégias não eram uma inovação, apresentando fórmulas que já haviam sido bem aplicadas no Cone Sul décadas antes. Outro ponto, quando se trata de participação popular e condução da política pela guerra, refere-se à guerra híbrida, conceito de Andrew Korybko (2018) para compreender as táticas dos EUA que visam à substituição de governos não alinhados em países estrangeiros. A OC se situou em um período posterior aos golpes de Estado, o que, em um primeiro momento, pode obscurecer o nexos entre esses dois temas. Porém, a OC não se consolidaria se não fosse um ambiente propício para isso, e pode ser interpretada como o ápice da

polarização na sociedade civil, da repressão a grupos dissidentes e do anticomunismo regional. Todos esses elementos estavam presentes nos anos ditatoriais brasileiros e chilenos, liderados pela superpotência do continente. Assim, torna-se mais nítido o porquê das guerras híbridas terem se baseado em uma série de táticas de ingerência externa que focalizam a sociedade civil, embora de maneira menos escancarada e dispendiosa do que nos golpes do período de bipolaridade. Um termo que ajuda a defini-la é estratégia holística, pois tem objetivos amplos e ambiciosos, mas, concomitantemente, faz uso de recursos e táticas modestos. Muitos desses provêm das guerras irregulares tradicionais – como as do Cone Sul dos anos 1970 –, por exemplo, a atuação de agências de inteligência, a manipulação de informação e o emprego de técnicas psicológicas de natureza ideológica. Evidentemente, a propaganda no século XXI conta com meios avançados de tecnologia e de redes sociais, mas aplicando premissas básicas da guerra psicológica do século XX (KORYBKO, 2018).

Tais fatores dão conta de tendências que, em alguma medida, devem-se à reverberação da lógica político-ideológica da Operação Condor nas estratégias de obtenção de poder e manutenção da ordem – com base na repressão, violência e desrespeito aos direitos humanos. A consideração das causalidades recíprocas de fenômenos que se manifestaram, por vezes, em diferentes regiões do globo é uma ferramenta interessante para que o analista de RI possa situar as origens de dilemas que afetam a salvaguarda da paz mundial. Isto posto, é válido ressaltar como um único objeto – nesse caso, a operação – perpassa por temas importantes da disciplina, e promove a reflexão sobre problemas e paradoxos sobre os quais ainda não se há um consenso, e que merecem relevância no estudo das RI contemporâneas. Assim, a dimensão que abrange os direitos humanos, mesmo que não tenha sido cerne dos estudos realizados aqui, também é passível de novas investigações, em virtude de muitas das vítimas da operação jamais terem sido encontradas, e do fato de que medidas violentas contra grupos dissidentes terem sido desenvolvidas nesse momento.

Visando evitar retrocessos na proteção da dignidade humana, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU) coloca que:

[t]odos devem ser considerados inocentes até que se prove o contrário; todos têm direito a um julgamento justo; ninguém deve ser sujeito a interferências arbitrárias em sua vida privada; nenhuma pressão de ordem física ou psicológica deve ser usada; tortura e outros tratamentos degradantes são expressamente proibidos; ninguém deve ser compelido a confessar ou testemunhar contra si mesmo (OHCHR 2004, p. 10, tradução nossa).

Ao que se acrescenta:

[m]edidas não violentas devem ser tentadas inicialmente; a força deve ser usada apenas com o objetivo de aplicação da lei; [...] o uso da força deve ser proporcional ao seus objetivos legais; todos os oficiais devem ser treinados sobre os variados instrumentos de força para distingui-los [...]; armas de fogo devem ser usadas apenas em circunstâncias extremas; oficiais superiores devem ser responsáveis pelos atos de seus subordinados; oficiais que se recusam a seguir ordens ilegais devem receber imunidade (OHCHR 2004, p. 23, tradução nossa).

Apesar da maior atenção a esses aspectos em um órgão tão importante quanto o CDHNU, estratégias contrainsurgentes continuam sendo utilizadas. Somado a isso, a saturação da população carcerária e os abusos e violências em interrogatórios são um problema comum a muitos países, o que revela a necessidade de um monitoramento ativo e atento da comunidade internacional e de profissionais, para o respeito de tais termos acordados. Atrelado a essa questão está a utilização de arquivos e documentos desclassificados como etapa importante para o exercício de justiça e reparação, atividade esta que apresenta desafios próprios. A manipulação desses documentos deve levar em conta alguns debates teóricos que permeiam a historiografia e a arquivologia, e que afetam as análises feitas em cima dessas fontes. Em relação a isso está o dilema quanto à busca pela verdade.

Como pontua Joffily (2014), os documentos das polícias repressivas podem ter sua autenticidade averiguada pela emissão de uma série de papeis carimbados e assinados, sendo que vários deles indicam os órgãos pelos quais foram emitidos. Contudo, as inferências deles derivadas podem ambicionar apenas se aproximar de uma verdade possível, e devem ser ratificadas pelo cruzamento com fontes variadas. Isso porque raramente a transcrição de um interrogatório, por exemplo, vai dispor explicitamente as perguntas feitas, e as violências perpetradas não são registradas. Assim, a primeira impressão é de um interrogatório frio e objetivo, até mesmo sem hostilidades, perspectiva concretamente inverossímil, e que pode ser objetada, sem maiores dificuldades, ao ser contraposta com outras fontes, e mesmo se inserida em seu contexto histórico mais amplo. Porém, esses arquivos não deixam de dar pistas sobre as trajetórias percorridas pelos órgãos repressivos, seus alvos e objetivos, o que é identificado pela linguagem empregada, pela prioridade de destacar determinados temas, ou mesmo a repetição de determinadas táticas (JOFFILY, 2014).

Feitas as devidas ressalvas, cabe reafirmar a relevância que esses arquivos possuíam – e possuem – nos períodos ditatoriais, afinal esses regimes contavam com órgãos de inteligência que

dependiam de extensa documentação sobre seus cidadãos para imprimir a repressão que os caracterizavam. Esse não foi um traço exclusivo dos governos latino-americanos, o processo de arquivamento foi importante para vários outros regimes que se baseavam em uma máquina de Estado repressiva. O controle estrito de cidadãos, classificados com base em suas posições ideológicas – em alguns casos, também de raça e etnia –, possibilitava aprisionamento e execuções em massa, suportadas por infraestrutura e logística sofisticadas, e ampla rede de contatos em vários setores da sociedade (BOEL; CANAVAGGIO; QUINTANA, 2021). Ou seja, é inegável que a burocracia é elemento central no funcionamento de governos autoritários, e por essa razão os arquivos deles herdados não devem ser desprezados; e, sim, entendidos como uma ferramenta relevante para compreender as ditaduras, e também as operações que delas derivaram, uma vez que partiam da lógica de hipervigilância do inimigo (FRANKENBERG, 2018).

Explicitou-se, dessa maneira, algumas questões que tangenciam o objeto de estudo aqui explorado. Seja a respeito do uso de arquivos tornados públicos para pesquisa de regimes autoritários, da proteção dos direitos humanos na contemporaneidade – valendo-se das lições de experiências passadas –; passando por temas concernentes à política externa estadunidense e às formas de guerra atuais, até o problema contínuo de operações clandestinas paramilitares na América Latina, o entendimento da Operação Condor permanece como um objeto de investigação valioso para a disciplina das Relações Internacionais. Como visto na seção anterior, as práticas sociais podem constituir estruturas e culminar em instituições (GIDDENS, 2009 apud HALLIDAY, 2007). Nesse sentido, há uma dificuldade em situar um ponto final para as atividades da operação; mas, sobretudo, a sua lógica remanesceu em instituições, mesmo após a transição democrática. Do mesmo modo que, no século XX, a truculência contra insurgentes na Argélia influenciou a perseguição e execução de dissidentes políticos no Cone Sul, os laços globais e transnacionais que sustentam operações encobertas e criminosas ainda compõem a realidade atual. Mais do que isso, a presença de atores não estatais em conflitos e em tentativas de derrubada de governos é um obstáculo, e um desafio, para a proteção dos direitos humanos e para a preservação da paz no SI. Ademais, as táticas de guerras irregulares são opções disponíveis para a ingerência externa e para a disputa política em países polarizados, o que torna esse assunto ineludível para compreender as relações internacionais e o jogo político dentro das fronteiras nacionais.

5 CONCLUSÃO

O histórico das guerras irregulares contrainsurgentes no Terceiro Mundo e da política externa estadunidense são fundamentais para situar a Operação Condor (OC). A experiência argelina foi, notoriamente, fruto de um empreendimento imperialista que buscava manter a dominação estabelecida um século antes. Apesar do fracasso da França em seu objetivo último, da intensificação das dissidências sociais e dos custos humanos irreparáveis que resultaram do conflito, as táticas ali empregadas foram formalizadas em manuais de guerra que compuseram toda uma doutrina militar da Escola Francesa. Posteriormente, essa doutrina, então adaptada a sociedades completamente díspares, foi aplicada no Vietnã. Ali, ficou nítido o aspecto assimétrico da guerra em termos de capacidade bélica. Enquanto os EUA detinham aviões bombardeiros Boeing-B 52 adequados para enfrentar outra potência industrializada, os insurgentes dispunham de recursos comparativamente limitados em meio a uma sociedade rural. Mais uma vez, a potência envolvida não obteve a vitória política desejada. Pelo contrário, o resultado não poderia ter sido mais distante: o governo norte-americano teve de lidar com a insatisfação da própria população civil, em luto pelos militares que retornaram à sua terra natal em sacos pretos. Assim como ocorreu com a Argélia, o Vietnã sofreu inúmeros massacres e teve de realizar grandes esforços políticos para reconstituir o tecido social esfacelado e superar as desconfianças entre os indivíduos que lutaram em lados opostos.

Portanto, é importante assinalar que essa contrainsurgência, nos moldes da Escola Francesa, não está desvinculada de um sistema político de dominação e ingerência. A busca pela sedução dos corações e mentes, fazendo uso tanto de propostas de reformas estruturais como de tortura, coloca a sociedade no centro gravitacional da guerra, que passa a permear todos os aspectos da vida cotidiana. E essa busca representa, principalmente, o desconhecimento desse agente externo sobre as peculiaridades do país e do povo que ali habita. Por longo período, esse desconhecimento foi estratégico para justificar ideologias – simplistas por natureza – como o fardo do homem branco. Com a instabilidade política e o vácuo de poder promovidos pelas guerras mundiais, esses valores atrelados às missões civilizatórias passaram a ser questionados.

Após ter passado pelas experiências francesa e norte-americana, as táticas contrainsurgentes desenvolvidas nessas guerras coloniais foram adaptadas para fazer frente à presença comunista nas Américas, especialmente após a Crise dos Mísseis em 1962. Contudo, a receptividade a essas técnicas dependia também da existência de governos dispostos a aplicá-las

no continente americano. Por essa razão, foi interessante para os EUA fomentar polarizações dentro da sociedade civil, assim como abalar o sistema econômico de várias das democracias americanas, a fim de levar a cabo golpes militares mediante, sobretudo, a coordenação da CIA. Como se observou na seção 2.2, o Brasil de João Goulart (1961-1964) se apresentava com bastante cautela e reserva nas reuniões diplomáticas em que os EUA expunham seus planos de contenção baseados em um policiamento ostensivo da população civil. Depois de concretizado o golpe militar no Brasil, em 1964, o que se seguiu foi um efeito dominó em toda a região latino-americana: as democracias nos países vizinhos estavam com os dias contados. Quase uma década mais tarde, em 1973, o Chile, uma das mais bem consolidadas democracias na América do Sul, sofreu então o golpe liderado pelo General Augusto Pinochet.

A Operação Condor (OC), por sua vez, foi resultado do alinhamento ideológico dos países do Cone Sul nesse período. Propiciou-se tal alinhamento pela combinação da posição geopolítica incumbida à América Latina naquele contexto e os interesses de atores importantes na consolidação dos golpes militares na região. Se, por um lado, o apoio político e o amparo técnico dos EUA foram essenciais para que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) fosse internalizada no preparo militar desses países, por outro, o viés anticomunista já estava presente, em maior ou menor grau, nas dinâmicas políticas tanto do Brasil como do Chile, acomodando os interesses dos grupos no poder.

A questão geopolítica também foi uma constante nesse processo; afinal, ambos os países passaram a adotar uma perspectiva de projeção regional e internacional de poder para conduzir suas políticas. No Brasil, essa visão de mundo esteve mais presente nos anos imediatamente posteriores ao golpe, com uma política externa fundamentada no ideal elaborado por Golbery do Couto e Silva, do chamado “Brasil Potência”; suas diretrizes quanto às fronteiras ideológicas persistiram mesmo com as mudanças de governo e ecoavam, embora de modo encoberto, na atuação de instituições e da sociedade civil. Já no Chile, essa orientação foi importante ao longo de todo o governo de Pinochet, que assumiu para si a responsabilidade de ser o promotor dos valores ocidentais na região.

As atividades da OC apenas vieram à tona com a descoberta dos Arquivos do Terror, em 1992, embora já houvesse indícios da existência de uma guerra suja na região, como revelou o caso Letelier. Com a divulgação de documentos que mencionavam a OC e explicitavam seu *modus operandi*, foi possível o aprofundamento dos estudos sobre a operação por autores como

Patrice McSherry, Stella Calloni, Martín Almada e Samantha Quadrat, incorporando interpretações sobre a DSN que já eram desenvolvidas desde a década de 1980, como as do teólogo da Teologia da Libertação, Joseph Comblin. Isso porque o norte da operação era a própria DSN, e as táticas empregadas já haviam sido elaboradas em manuais de guerra com base nas experiências na Argélia e na antiga Indochina. Ou seja, as origens da lógica de isolamento e extermínio do inimigo interno, convertendo a sociedade no centro gravitacional do conflito, encontram-se em guerras que, deflagradas em outras regiões do globo, estavam associadas a uma relação de dominação entre metrópoles e colônias. Para que essas táticas fossem transmitidas aos Estados do Cone Sul, foi necessário o apagamento das peculiaridades históricas desses países, que então puderam incorporar o raciocínio simplista do “*nós versus eles*”, no qual se baseou a retórica anticomunista que amalgamava os princípios da DSN, ensejando a coesão nacional e o silenciamento social.

Assim, evidenciam-se semelhanças nas motivações que levaram Brasil e Chile a concretizar a operação. Considerando o recorte temporal escolhido, 1970 a 1975, é importante observar que esses países se encontravam em situações políticas diferentes: ao passo que o Brasil era uma ditadura que se tornava ainda mais rígida, o Chile vivenciava a ascensão e queda de uma via democrática ao socialismo. Desse modo, a ingerência externa exerceu influência importante na convergência ideológica desses países. Afinal, conquanto não seja o único fator explicativo, a pressão estadunidense – em termos políticos, econômicos e diplomáticos – sobre o governo de Salvador Allende foi relevante para alçar a participação política de grupos e atores que até então se encontravam marginalizados ou conformados, como no exemplo mais extremo em que se aventou o apoio dos EUA ao ex-General Roberto Viaux.

O impedimento da emergência de um vizinho socialista foi uma questão também visada por entidades brasileiras, que contribuíram para tal pressão. Inclusive, a presença de militares brasileiros em repressões no Chile, assim como a passividade dos órgãos estatais do Brasil em amparar seus cidadãos vitimados pelo Chile de Pinochet, foi outro símbolo indicativo da consolidação de uma nova aliança entre os países ditatoriais. Destarte, a conjugação desses fatores culminou em ideologias semelhantes, que pautariam a OC. A violência de Estado passou a reger, de forma agressiva, a conduta social, sendo mesmo caracterizada como um tipo de terrorismo. Ademais, a violência remodelou os aparelhos de Estado para que fossem acobertadas as extrapolações cometidas por autoridades ligadas à polícia e às Forças Armadas, ou mesmo por

elementos que compunham forças paraestatais; em grande medida, poder-se-ia considerar a OC um sistema paraestatal. O empenho em executar operações sigilosas foi eficiente, pois, embora muitos arquivos então classificados sejam acessíveis atualmente, ainda perduram com vigor narrativas que camuflam a conivência de determinados setores da sociedade com atividades contrainsurgentes – atividades cujos reflexos ainda se fazem notar nas instituições, na cultura política e nas relações internacionais dos países afetados.

REFERÊNCIAS

ALMADA, M. et al. **Operación Cóndor 40 años después**. Titivilus: Editor digital, 2018.

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARANEDA, D. G. M. La dictadura cívico-militar del general Augusto Pinochet como proceso institucionalizado de violencia política. **Sociedad Hoy**, Concepción, n.23, v.2, 2012.

ARAUJO, R. N. A voz da Argélia. A propaganda revolucionária da Frente de Libertação Nacional argelina no Brasil. Independência nacional e revolução socialista (1954-1962). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 61, v. 30, maio-agosto 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/99WmnGqrKxfptgQ9nrRRD9z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de jul. 2021.

AVILA, C. F. D. A Conferência de Punta del Este cinquenta anos depois: um estudo da VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Américas (1962). **Carta Internacional**, Belo Horizonte, n. 1, v. 6, jan.- jun. 2011. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/24/11>. Acesso em: 20 de ago. 2021.

BANDEIRA, L. A. M. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 28, 5 ago. 2020.

BOEL, J.; CANAVAGGIO, P.; QUINTANA, A. **Archives and Human Rights**. Londres: Routledge, 2021. *E-book* (352 p.). ISBN: 9780429054624. Disponível em: <https://www.routledge.com/Archives-and-Human-Rights/Boel-Canavaggio-Quintana/p/book/9780367150341>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRANCHE, R. Torture of terrorists? Use of torture in a “war against terrorism”: justifications, methods and effects: the case of France in Algeria, 1954–1962. **International Review of the Red Cross**, Cambridge University Press, Cambridge, v. 89, n. 867, 2007. Disponível em: <https://international-review.icrc.org/sites/default/files/irrc-867-3.pdf>. Acesso em: 20 agosto 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. 1. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 1 dez. 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **A CNV: Conheça a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Câmara Legislativa. **Legislação Informatizada: Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967 - Publicação Original**. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 dez. 2021.

BUENO, G. Détente. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/glossario/detente/>. Acesso em: 18 abril. 2022.

BUZAN, B. **People, States, and Fear: The National Security Problem in International Relations**. Brighton: Wheatsheaf Books, 1983.

CALICCHIO, V. Atos Institucionais. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acesso em: 24 jan. 2022.

CALLONI, S. **Operación Cóndor, Pacto Criminal**. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2016.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o Colonialismo**. Lisboa: Augusto Sá da Costa, Ltda, 1978.

CHILE. Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación: RETTIG**. Tomo 2. Chile, 1991.

CHENNTOUF, T. O chifre da África e a África setentrional. *In: MAZRUI, A; WONDJI, C. História Geral da África: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CHOMSKY, N. Statement Of Noam Chomsky, Ferrari P. Ward Professor Of Linguistics , Massachusetts Inst Itut E Of Technology. *In: COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS. Causes, Origins, and Lessons of the Vietnam War: hearings*. Washington, D.C.: US Government Printing Office, 1973.

COIMBRA, C. M. B. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yTsV8g8BbVZgPGFYsfkpCTH/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2021.

COMBLIN, J. **A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, J. A. C. O mito da racionalidade institucional e a construção da democracia no processo de emergência e consolidação do Estado chileno. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 11, 2007.

CUMINGS, Bruce. *Abroad in Search of Monsters to Destroy*. *In: Dominion from Sea to Sea: Ascendancy and American Power*. New Heaven: Yale University Press, 2009.

DINGES, John. Encontro em Santiago. *In: DINGES, John. Os anos do Condor*. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DOMINGOS, C. S. M. **Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis**. Orientadora: Carla Bransalise. Tese (Pós-Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre.

FERNANDES, A. S. **Quando o inimigo ultrapassa: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. Orientador: Enrique Serra Padrós. 2009. 275 f. Dissertação (Pós Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre.

FERNANDES, J. P. T. Da geopolítica clássica à geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade. **Nação Defesa**, n. 105, p. 221-244, Verão 2003.

FRANCO, B. M. Historiador rejeita tese de conspiração contra João Goulart. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de maio de 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2905201030.htm>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FRANÇOIS, P. Travando a Contrainsurgência na Argélia, o ponto de vista francês. **Military Review**, Edição Brasileira, Centro de Armas Combinadas, Forte Leavenworth, Kansas, 2009.

FRANKENBERG, G. **Técnicas de Estado**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

GASPARI, E. **A Ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

GOETZKE, K. A Review Of The Algerian War Of National Liberation Using The U.S. Army's Current Counterinsurgency Doctrine. **Usawc Strategy Research Project**, U.S. Army War College, Pennsylvania, 2005.

GEOGERAL. América do Sul Político. Disponível em: <https://geogeral.com/h/m/s/amsl.htm>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GREEN, J.N. ; JONES, A. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. **Revista Brasileira de História**, v.29, n.57, p.67-89, 2009.

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 2016.

HOLLANDA, C. B.; ISRAEL, V. P. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, 2019. DOI:10.1590/1678-987319277006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/72818>. Acesso em: 24 jan. 2022.

HRBEK, I. A África setentrional e o chifre da África. In: MAZRUI, A; WONDJI, C. **História Geral da África: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>. Acesso em: 20 agosto 2021.

HUMPHREY, M. Violence, Voice And Identity In Algeria. **Arab Studies Quarterly**, v. 22, n. 1, p. 1-23, 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41858318>. Acesso em: 31 ago. 2021.

JOFFILY, M. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, vol. 32, p. 2-28, 2014. ISSN: 2179-8869.

JOFFILY, M. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 38, v. 19, maio-agosto, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/MPKnbvVZMspJCSTL7xnWTkS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 agosto 2021.

JOSSELIN, D.; WALLACE, W. Non-state Actors in World Politics: a Framework. *In*: JOSSELIN, D.; WALLACE, W. **Non-state Actors in World Politics**. Londres: Palgrave Macmillan, divisão de Macmillan Publishers Limited 2001.

KEYS, B. The End of the Vietnam War and the Rise of Human Rights. *In*: MOSES, D.; DURANTIL, M.; BURKE, R. **Decolonization, Self-Determination, and the Rise of Global Human Rights Politics**. DOI: 10.1017/9781108783170.018. Cambridge, Cambridge University Press, 2020.

KOLKO, G. The Nature of the Vietnam War. *In*: **Congressional Conference on “War and National Responsibility”**, Washington, fevereiro, 1970.

KORYBKO, A. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAFER, C. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). *In*: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da Paz: os tratados que desenharam o planeta**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LEAL, F. E. A Guerra Irregular - A Conspiração do Silêncio no século XXI?. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2515, set. de 2011. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/671>. Acesso em: 15 mar. 2021.

LOUREIRO, L. P. **A Aliança para o Progresso e o Governo de João Goulart (1962-1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

MARINI, R. M. O Estado de Contrainsurgência. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v.12, n.3, p. 1-15, 2018. DOI: 10.21057/10.21057/repamv12n3.2018.31528. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/20985/19316/36652>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MCSHERRY, J. P. Operación Cóndor: Sistema Interamericano Clandestino. **Justicia Social**, v. 26, 1999.

MCSHERRY, J. P. **Predatory states**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

MEROM, G. Introduction. *In*: MEROM, Gil. **How Democracies Lose Small Wars**: State, Society, and the Failures of France in Algeria, Israel in Lebanon, and the United States in Vietnam. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. DOI:10.1017/CBO9780511808227. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/how-democracies-lose-small-wars/74B08003103C8E81F94B7D>. Acesso: 30 jun. 2021.

MILLER, E. Development, Space, and Counterinsurgency in South Vietnam's B n Tre Province, 1954–1960. *In*: MACEKURA, S.; MANELA, E. **Part II - Development in a Decolonizing World**: Between Local and Global. DOI:10.1017/9781108678940.008. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

MILLER, E. Behind the Phoenix Program. *The New York Times*, Nova Iorque, 29 dez. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/12/29/opinion/behind-the-phoenix-program.html>. Acesso em: 17 set. 2021.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS (MINJUSTICIA). **Comisiones**: Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación (Informe Rettig). Disponível em: <https://pdh.minjusticia.gob.cl/comisiones/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MOULIAN, T. **Chile actual Anatomía de un mito**. Santiago de Chile: LOM ediciones, 2002.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR), Human Rights Standards and Practice for the Police. Professional Training Series No. 5/Add.3 (2004). Disponível em <https://www.ohchr.org/documents/publications/training5add3en.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

OLIVEIRA, J. Justiça do Brasil inicia o processo de exumação do ex-ditador Alfredo Stroessner. **El País**, São Paulo, 20 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-20/justica-do-brasil-inicia-o-processo-de-exumacao-do-ex-ditador-alfredo-stroessner.html>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Conselho Permanente da OEA. Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. s.d. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/pr/RC/atas.asp>. Acesso em 25 out. 2021.

PAINTER, D. S. Explaining U.S. Relations with the Third World. **Diplomatic History**, Oxford, v. 19, n. 3, p. 525–548, 1995. DOI:10.1111/j.1467-7709.1995.tb00648. Disponível em: <https://academic.oup.com/dh/article-abstract/19/3/525/441796?redirectedFrom=PDF>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PECEQUILO, C. S. **A Política Externa dos Estados Unidos**: continuidade ou mudança?. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PINTO, M. C. Nacionalismo árabe e pan-arabismo. **Revista Janus**, Lisboa, p. 84-85, 2015.

PUTNAM, R. D. Diplomacia E Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polít., Curitiba**, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

QUADRAT, S. V. Operação Condor: o “mercosul” do terror. **Estudos Ibero-Americanos**, n.1, p.167-182, 2002.

¿QUÉ es una zona de influencia y cómo han servido para moldear el mundo?. **El Orden Mundial (EOM)**, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://elordenmundial.com/que-es-una-zona-de-influencia-y-como-han-servido-para-moldear-el-mundo/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

REIS, B. C. Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais como a Guerrilha e o Terrorismo. **IDN Cadernos**, Porto, n. 26, agosto de 2017.

REZEK, F. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2014.

RODEGHERO, C. S. **Capítulos da Guerra Fria**: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROSALES, S. A Guerra de Insurgência na Atualidade: A Longa Guerra; Um Estudo de como as Insurgências têm Evoluído no Início do Século XXI. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 231 – 257, jan./jun. 2014.

ROSENAU, W. The Phoenix Program and Contemporary Counterinsurgency. **National Defense Research Institute**, Santa Monica, p. 1-25, 2009.

ROUQUIÉ, A. As Forças Armadas. *In*: ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo Ocidente**. Introdução à América Latina. São Paulo: Edusp, 1991.

SIGMUND, P. **The United States and democracy in Chile**. London: The Johns Hopkins Press Ltd, 1993.

SILVA, A. R. A. Diplomacia como instituição. *In*: SILVA, A. R. A. **A Diplomacia de Defesa na Política Internacional**. Porto Alegre: Palmarinca/ Rio de Janeiro: ESG, 2018.

SIMON, R. **O Brasil contra a democracia**: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SOUZA, M. B. A guerra irregular. *In*: DA SILVA, F. C. T.; LEÃO, K. S. S. **Por que a guerra?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.

SOUZA, A. C. A. Salvador Allende e o Mito da Estabilidade Chilena. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, n. 6, v. 3, jan./jun. 2007.

SOUZA, R. A. M. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional - algumas considerações sobre a Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 6-38, 2013.

TACHIKAWA, K. The Algerian War: A Model for Counterinsurgency Operations. *In: International Forum on War History: Proceedings, National Institute for Defense Studies (NIDS)*, Tóquio, 2017.

TANDONNET, M. 19 mars: quand François Mitterrand déclarait, <<1'Algérie, c'est la France...>>. **Le Figaro**, Paris, 2016. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/vox/histoire/2016/03/18/31005-20160318ARTFIG00198-19-mars-quand-francois-mitterrand-declarait-l-algerie-c-est-la-france.php>. Acesso em: 28 jul. 2021.

TRAGTENBERG, M. **Max Weber: Textos Selecionados - Os Pensadores**. 2ª ed. São Paulo: Copyright Abril S.A. Cultural e Industrial. 1980.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Terrorism and the Media: a Handbook for Journalists*. Paris: UNESCO, 2017.

VALEYRE, B; GUERIN, A. **De Galula A Petraeus: L'heritage Français Dans La Pensee Americaine De La Contre-insurrection**. Centre de Doctrine d'Emploi des Forces (CDEF), Ministère de la Défense, Cahier de la Recherche, 2009.

VICENZI, R. A. N. **Nacionalismo árabe: apogeu e declínio**. Orientador: Prof. Dr. Cicero Romão Resende de Araujo. 2006. 227f. Tese (Pós-Graduação em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

VISENTINI, P. G. F. O impacto das revoluções na ordem mundial: uma ausência nos Estudos de Defesa. **Rev. Bra. Est. Def.**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 91-101, jul./dez. 2016. ISSN 2358-3932. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/issue/view/2975>. Acesso em: 17 fev. 2022.

VIZENTINI, P. G. F. **A Guerra do Vietnã: descolonização e revolução**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

WEBSTER. Maghreb. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/maghreb>. Acesso em: 18 abr. 2022.

WILSON CENTER. **The Internationalization of the Algerian Problem and Its Inscription on the Agenda of the General Assembly of the United Nations from 1957-1959**. Digital Archive International History Declassified, s.d. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121601.pdf?v=61f42a455d8d6ed82b162e27a720b2b0>. Acesso em: 31 agosto 2021.

WINN, P. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WORLD IN MAPS. Cold War Maps: The non-Aligned Movement (1961). Disponível em: <https://worldinmaps.com/cold-war/#non-aligned>. Acesso em: 25 mar. 2022.

YAZBEK, M. **A Revolução Argelina**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.